

**COLÔMBIA E SEUS VIZINHOS:  
OS TENTÁCULOS DA INSTABILIDADE**

8 de abril de 2003



international  
crisis group

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>SUMÁRIO EXECUTIVO E RECOMENDAÇÕES.....</b>                         | <b>i</b>  |
| <b>I. INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>1</b>  |
| A. GRUPOS IRREGULARES ARMADOS, COLOMBIANOS, NAS FRONTEIRAS. ....      | 3         |
| B. ARMAS E DROGAS .....   | 3         |
| C. REFUGIADOS E IMIGRANTES COLOMBIANOS .....                          | 4         |
| D. DESCONFIANÇA E FALTA DE COOPERAÇÃO.....                            | 5         |
| <b>II. A DINÂMICA DAS POLÍTICAS REGIONAIS E O CONFLITO COLOMBIANO</b> | <b>8</b>  |
| A. EQUADOR .....  | 8         |
| B. VENEZUELA .....  | 13        |
| C. PANAMÁ .....   | 18        |
| D. PERU.....  | 21        |
| E. BRASIL .....   | 24        |
| <b>III. CONCLUSÃO.....</b>  | <b>29</b> |
| <b>ANEXOS</b>   |           |
| A MAPA DA COLÔMBIA E DOS SEUS VIZINHOS .....                          | 33        |
| B REFUGIADOS COLOMBIANOS E SOLICITANTES DE ASILO.....                 | 34        |
| C GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....                              | 35        |
| D SOBRE O INTERNATIONAL CRISIS GROUP .....                            | 36        |
| E RELATÓRIOS E DOCUMENTOS INFORMATIVOS DO ICG.....                    | 37        |
| F MEMBROS DO CONSELHO DIRETIVO DO ICG .....                           | 42        |



## COLÔMBIA E SEUS VIZINHOS: OS TENTÁCULOS DA INSTABILIDADE

### SUMÁRIO EXECUTIVO E RECOMENDAÇÕES

Enquanto que o conflito armado na Colômbia cria profundas raízes na história, ele cresce, sendo alimentado pela entrada de armas, explosivos e precursores químicos e financiado pelo escoamento de drogas. Os tentáculos dessa instabilidade estendem-se pelos 9000 quilômetros de terra e água que tanto separam como ligam a Colômbia a seus cinco vizinhos: Equador, Peru, Brasil, Venezuela e Panamá. Essas fronteiras são de difícil controle e o Governo Colombiano tem aumentado sua demanda por uma maior cooperação regional. Seus vizinhos mostram-se muito relutantes, em parte por causa de crises internas e em parte por conta de suas próprias visões sobre o conflito. Entretanto a Colômbia necessita de mais ajuda, por parte destes, para conseguir por fim a este conflito. Em contrapartida, a paz na Colômbia proporcionaria aos vizinhos melhores chances para a resolução de seus sérios problemas internos.

Os primeiros meses de 2003 testemunharam uma marcada ressurgência da violência. As FARC tentaram assassinar o presidente Álvaro Uribe. Uma unidade paramilitar fez uma incursão através da fronteira panamenha e ambas, as FARC e o ELN fizeram um determinado esforço para conter o avanço do exército colombiano que, apoiado pelos EUA, tenta proteger o maior oleoduto, que cruza as províncias fronteiriças da Venezuela. A morte de dois tripulantes por ocasião de um pouso forçado de um avião de reconhecimento dos EUA, devido ao fogo das FARC, e o seqüestro dos três sobreviventes americanos, pelos insurgentes, aumentaram o grau de envolvimento militar dos EUA, pelo menos em operações de resgate, assim como, a intensidade com a qual o hemisfério tem focalizado o conflito.

O presidente Uribe desafiou seus vizinhos a declararem as FARC como uma organização terrorista e a darem um suporte substancial em inteligência, para a repressão das drogas e da insurgência. Embora ele tenha recebido resoluções encorajadoras numa cúpula presidencial Centro-Americana, do Conselho Permanente da OEA e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apenas o Panamá cumpriu completamente às requisições em relação às FARC. Em geral uma nova e concreta cooperação, tem sido insuficiente.

As relações entre a Colômbia e o Governo Chávez, na Venezuela, tornaram-se tensas nos últimos tempos, devido à uma tolerância, no mínimo tática, por parte deste, para com os insurgentes, que movem-se quase que livremente através da fronteira venezuelana, como também, pela significativa entrada de drogas naquele país. A Venezuela, o Equador e o Panamá sentem-se vulneráveis ao impacto do conflito interno vizinho, não somente pelo fato das áreas de fronteiras em questão, serem pobres e estruturalmente subdesenvolvidas. Esses acusam a Colômbia de não estar fazendo o suficiente para conter o conflito e por isso submetê-los, à incursões de grupos irregulares armados, às drogas e a traficantes de armas, assim como a refugiados. Ainda que o Peru e o Brasil mostrem-se confiantes de poderem controlar qualquer desbordamento, principalmente devido à proibitiva geografia da área, eles temem o tráfico de drogas e os efeitos colaterais da política anti-drogas da Colômbia e dos EUA. A apreensão peruana está relacionada ao súbito aumento do cultivo da coca, que poderá por em dúvida os recentes avanços colombianos em termos de erradicação. O Brasil sabe que o aumento da

criminalidade e dos problemas relacionados às drogas, em suas principais cidades, tem ligações diretas com a Colômbia mas o novo governo ainda está revendo este programa e mostra-se claramente incomodado com a linha adotada por Washington em vista ao Plano Colômbia.

As reações dos vizinhos da Colômbia dependem substancialmente da dinâmica de suas próprias políticas internas. Todos os cinco têm profundos problemas econômicos e sociais. O Brasil e o Equador inauguraram novas presidências, no início de 2003, e ainda estão afinando seus programas em relação à Colômbia. O presidente da Venezuela, Chávez, sobressaiu-se de uma imponente greve geral, de dois meses, porém a sobrevivência de seu governo e a estabilidade do país ainda estão longe de estarem asseguradas. O Presidente do Peru, Alejandro Toledo viu o seu índice de aprovação popular diminuir e a assinatura de seu projeto de reforma política ameaçada. O conflito colombiano representa um sério problema de segurança ao Panamá.

Esse relatório examina o impacto do conflito armado na Colômbia em seus vizinhos de fronteira. Nada alterou as responsabilidades básicas da Colômbia quanto a administração do conflito. Ela necessita mover-se em direção a negociação de uma solução, buscando uma ampla estratégia de segurança integrada que combine um reforço das forças de segurança, respeitando os direitos humanos, assegurando o cumprimento da lei e implementando reformas político-econômicas de credibilidade. Porém uma cooperação regional de segurança mais efetiva, o fim das recriminações mútuas e o estabelecimento de uma política conjunta poderia ajudar consideravelmente a administração Uribe. Operacionalmente a Colômbia e os seus vizinhos devem dar prioridade para assegurarem um desenvolvimento e um controle conjunto de suas fronteiras, uma troca de informações e cooperação judicial mais efetiva, uma colaboração entre forças militares e policiais e uma ação anti-drogas mais harmônica.

## RECOMENDAÇÕES

### Ao Governo da Colômbia:

1. Dar alta prioridade ao estabelecimento ou reforço da segurança e da lei no Estado, com um completo respeito aos direitos humanos, um novo desenvolvimento social e econômico

e programas de proteção ambiental, nas províncias fronteiriças, como parte de uma nova estratégia de desenvolvimento rural.

2. Prosseguir com o Programa Quadro da Comunidade Andina, mas incluindo o Brasil e o Panamá, numa estratégia de segurança conjunta para impedir que os grupos armados ilegais e os traficantes de drogas movam-se livremente através das fronteiras dessa região.
3. Negar refúgio aos grupos armados ilegais, desenvolvendo um sistema de troca de informações operacionais, em tempo real, com os vizinhos, e um plano conjunto de reforço militar e legislativa.
4. Requisitar à ONU, à OEA e às instituições financeiras internacionais a juntarem-se à Comunidade Andina, juntamente com o Panamá e o Brasil na busca de planos e projetos de curto e longo prazo para a proteção das fronteiras, a conservação e o desenvolvimento, de acordo com as características de cada fronteira.
5. Revisar o planejamento, os serviços de inteligência, a comunicação e os transportes, junto com os seus vizinhos e patrocinadores internacionais, incluindo o Escritório das Nações Unidas para o Controle das Drogas e a Prevenção do Crime (UNDCP) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso das Drogas (CICAD), para que se possa construir um sistema mais eficiente para o patrulhamento das fronteiras, e promover uma nova revisão regional do conjunto de políticas anti-drogas, buscando uma abordagem comum onde possível e uma compreensão mútua, com relação às diferenças sobre erradicação, interdição, reforço das leis e o desenvolvimento alternativo.
6. Dar prioridade ao restabelecimento do governo e das cortes de justiça locais, provendo a segurança adequada e em harmonia com a infra-estrutura da comunidade local e dos projetos de desenvolvimento econômico, especialmente nos municípios da fronteira que vinham sendo esquecidos pelas autoridades.

### Às Nações Unidas:

7. Trabalhar junto a outras organizações internacionais, incluindo a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e doadores bilaterais e juntar-se à Comunidade Andina, ao Brasil e ao Panamá,

num planejamento adequado de curto e longo prazo para as fronteiras colombianas, incluindo:

- a) Segurança, desenvolvimento econômico e municipal;
  - b) Conservação da floresta úmida, gerenciamento bilateral dos recursos hidrográficos e proteção de outros recursos naturais vulneráveis, quando se faça necessário.
8. Assegurar assessoria e proteção contínua aos refugiados, forçados a fugir através das fronteiras colombianas, e planificar junto com os governos da região, uma ação visando uma rápida repatriação e assentamento dos mesmos.
9. Explorar vias inovadoras para valorizar o apoio dos vizinhos andinos aos esforços de acordos humanitários e de cessar fogo.

#### **Aos Membros da Comunidade Andina, Brasil e Panamá:**

10. Ratificar a Convenção Interamericana Contra o Terrorismo e adotar uma legislação apropriada, aplicada particularmente no combate à lavagem de dinheiro e à cooperação no controle das fronteiras bem como; entre organismos de segurança.
11. Expandir a cooperação entre as forças armadas e as polícias de fronteira, a fim de permitir respostas operacionais imediatas às solicitações colombianas, a fim de impedir os grupos armados de obterem refúgio.
12. Desenvolver junto às entidades especializadas da OEA, planos de ação, bilaterais e multilaterais, para aumentar a capacidade de prevenção do escoamento ilegal de drogas e armas, através das fronteiras.
13. Com a assistência da ONU e da OEA e o suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Central, designar programas de curto prazo para reforçar a economia, os municípios e a conservação dos recursos, assim como; estratégias plausíveis, de longo prazo, para as estratégias de desenvolvimento rural.
14. Tratar as FARC, a AUC e o ELN como organizações terroristas, até que estes adotem acordos humanitários e de cessar fogo e encerrem as suas ações criminosas.

#### **À Comunidade Internacional:**

15. Os governos doadores, incluindo os EUA, através da Iniciativa Andina de Contenção às Drogas, a UE, as organizações internacionais e as instituições financeiras internacionais, deveriam:
  - a) Aumentar substancialmente e melhor coordenar as ajudas às ONGs colombianas e ao desenvolvimento alternativo governamental, ao desenvolvimento econômico e social comunitário e à regulamentação dos projetos de lei e;
  - b) Ajudar a Colômbia e os outros países andinos a designarem estratégias de desenvolvimento rural, de longo prazo, direcionadas à redução da pobreza, e a viabilizar recursos, para ajudar a implementação dessas estratégias.
16. Os EUA devem, através de sua Iniciativa Andina Anti-drogas e em acordo com outros países provedores de segurança cooperativa, dar assistência financeira e técnica e trocar informações, de inteligência, para melhorar a segurança dessas fronteiras e os mecanismos de policiamento e oferecer um treinamento conjunto, às forças armadas e à polícia, enviadas às fronteiras pelos vizinhos colombianos.
17. A UE, através dos seus estados membros, os EUA, o Canadá e as instituições financeiras internacionais deveriam, aumentar o apoio aos programas da região andina para as fronteiras, com objetivos múltiplos de promoção à segurança, negando refúgio para grupos armados ilegais, combater as rotas de comercialização de armamento e tráfico de drogas e promover o desenvolvimento sustentável.
18. Os países que produzem precursores químicos deveriam, explorar medidas adicionais para regulamentar o uso final dos mesmos, reforçando inclusive o intercâmbio de informação com a Colômbia e seus vizinhos andinos, o Brasil e o Panamá e, em coordenação com as entidades apropriadas da ONU e da OEA, promover um treinamento adicional, para seus clientes nacionais e para a polícia de fronteira.

**Bogotá/Bruxelas 8 de abril de 2003**

## COLÔMBIA E SEUS VIZINHOS: OS TENTÁCULOS DA INSTABILIDADE

### I. INTRODUÇÃO

A Colômbia, imersa num longo conflito armado interno, alimentado por uma imensa e ilegal indústria de drogas, deseja mais reforço legislativo e político e um apoio militar de seus vizinhos. Historicamente suas fronteiras têm sido porosas, fracamente patrulhadas e politicamente negligenciadas. O aumento das pressões militares do governo, sobre as guerrilhas, tem produzido uma violenta reação nas cidades, incluindo estas situadas nas, recém criadas, Zonas de Reabilitação e Consolidação (ZCR), sem estabelecer um controle mais firme das fronteiras<sup>1</sup>. Atualmente, seus vizinhos não apenas temem a propagação dessa instabilidade, inerente à interminável violência, mas também confrontam condições internas que comprometem as suas próprias estabilidades. Todos os cinco vizinhos da Colômbia, atravessam crises políticas e econômicas, ainda que em diferentes níveis.

- Na Venezuela, desde o final de 2001, Hugo Chávez tem sido enfrentado por opositores de seu estilo desordenado de governo, através de manifestações populares e greves e até mesmo de um golpe de estado, que o levou à uma deposição temporária. Levará anos para que o país se recupere dos danos econômicos causados. Seu futuro político continua incerto visto que seus opositores estão determinados a encontrar um mecanismo para por um fim antecipado à sua administração.

- Em 24 de outubro de 2002, Lucio Gutiérrez, um coronel da reserva, que participou em 2000, da revolta que derrubou o presidente, democraticamente eleito, Jamil Mahuad, foi eleito presidente do Equador. Em seis anos o Equador sofreu dois golpes civil-militares (fevereiro de 1997 e janeiro de 2000), teve dois governos provisórios e uma nova constituição (1998). Gutiérrez, enfrenta uma forte oposição, por parte do parlamento e das maiores forças do setor econômico e tem que fazer frente a uma situação econômica e social, extremamente difícil.
- O governo Alejandro Toledo no Peru, ainda que democraticamente eleito em junho de 2001, tem tido dificuldade para estabilizar o país, depois da espetacular queda, em 2000, do regime autocrático e corrupto do presidente Fujimori. Após um ano, seu índice de aceitação caiu para 14 por cento e, ainda que este tenha melhorado um pouco, continua abaixo dos 30 por cento. Sua administração está envolvida num enorme projeto de descentralização política e territorial, ao mesmo tempo em que confronta-se com um preocupante renascimento do cultivo da coca, que parece ser um conseqüência direta, da campanha de erradicação na Colômbia.
- Em outubro de 2002, o Brasil, o maior e mais afastado vizinho da Colômbia, elegeu como presidente, Luíz Inácio “Lula” da Silva. Esse ex-metalúrgico e líder do socialista, Partido dos Trabalhados (PT), é o primeiro chefe de estado, declaradamente

<sup>1</sup> As ZCR, três das quais, foram criadas até então, formam o núcleo da “política de segurança democrática” da administração Uribe. Dentre as suas principais atribuições estão uma presença militar mais vigorosa e o fortalecimento dos oficiais militares, os quais atuam como governadores e prefeitos, no controle do porte de arma e no movimento de pessoas e veículos.

de esquerda, no Brasil, desde o retorno da democracia a este país, em 1985. Contrariamente às expectativas, os mercados internacionais reagiram positivamente e Lula tem clamado por um papel mais importante para o Brasil, na região. Entretanto, os analistas temem pela precária situação financeira e macroeconômica, em que poderá se encontrar o Brasil, se Lula optar por uma política re-distributiva de combate à pobreza ou, por um efeito nefasto ao país em caso de uma não adoção de tais políticas.

- Desde a extinção de suas forças armadas, a retirada das tropas americanas da Zona do Canal e as sérias crises econômicas, o Panamá confronta-se a uma crescente insegurança interna e vulnerabilidade externa. As incursões de grupos irregulares armados, colombianos e o tráfico, em larga escala, de armas e drogas, através de sua fronteira leste, transformou-se na principal preocupação em termos de segurança, para a administração do presidente Moscoso.

Estas dinâmicas regionais, ainda que sejam mais particularmente comuns à Venezuela, constituem-se, num desafio adicional para a administração Uribe. A isto somam-se o conflito civil, as drogas, o desemprego e a pobreza. Desde a sua posse em 7 de agosto de 2002, estes fatores estimularam, o desenvolvimento urgente de uma “política de segurança democrática” que incluiu novos mecanismos de segurança e fez subir o número de efetivos e de investimentos no programa – porém sem satisfazer plenamente ao cumprimento das normas dos direitos humanos;<sup>2</sup> tão pouco às reformas tributárias, trabalhistas e previdenciárias; à intensificação da pulverização aérea dos cultivos ilícitos; e à preparação de um “referendum contra a corrupção e a politicagem”.<sup>3</sup> Uribe também fez um apelo à comunidade internacional e em particular os vizinhos da Colômbia para participarem mais

efetivamente no combate às drogas e aos grupos armados irregulares. A Ministra da Defesa, Senhora Martha Lucía Ramírez tem enfatizado continuamente a necessidade de uma maior cooperação andina, no controle das fronteiras e na troca de informações de inteligência. Em 7 de fevereiro de 2003 um ataque à bomba ao clube executivo El Nogal, em Bogotá, uma tentativa de assassinato ao presidente, a derrubada de dois aviões de reconhecimento, financiados pelos EUA, e o seqüestro de três americanos pelas FARC, acentuaram as preocupação.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Em 7 de fevereiro, um carro bomba explodiu no estacionamento interno do clube social El Nogal, em Bogotá, matando 36 pessoas, incluindo 6 crianças e, ferindo mais de 150 pessoas. Ainda que nenhum grupo tenha assumido a autoria, o governo disse que o atentado foi cometido pelas FARC. O El Nogal, que era avizinhado, por várias embaixadas, abrigava um complexo de lojas, bares, restaurantes e espaços recreativos, freqüentado por políticos e executivos. Antes de tomar posse, como Ministro do Interior, Fernando Londoño foi presidente do El Nogal. Em 14 de fevereiro, uma segunda explosão estremeceu a cidade de Neiva, no Sul da Colômbia, quando autoridades locais procuravam um depósito de explosivos. Dezesete pessoas morreram, mais de trinta ficaram feridas e várias casas foram destruídas. Os investigadores acreditam que a detonação foi feita por controle remoto e que o alvo era o Presidente Uribe, que estava agendado para visitar a cidade no dia seguinte. Em 13 de fevereiro, três americanos foram seqüestrados e um foi morto junto com um colombiano, pelas FARC quando o avião no qual se encontravam, fez um pouso forçado, numa área de selva, no município de Caquetá. Em março, um segundo avião caiu em Caquetá. Os três americanos que estavam a bordo foram mortos. As pessoas seqüestradas foram identificadas, por oficiais em Washington, como sendo contratados pelo Departamento de Defesa. Cerca de 2.000 soldados colombianos procuraram a clareira no Sul da Colômbia, ajudados por especialistas em resgate americanos, equipados com aparelhos de rádio de alta tecnologia e guiados por um avião de reconhecimento. No entanto não existem pistas dos três americanos, que acredita-se, tenham sido levados por seus seqüestradores para um esconderijo distante do local da queda. O presidente dos EUA, George Bush, anunciou o envio de um grupo adicional de 150 militares americanos à Colômbia para participarem das operações de busca e resgate. Para essa operação de resgate, a tropa adicional não se inclui dentro do limite estabelecido pelo Congresso Americano (400). Um amplo espectro político colombiano tem alertado sobre um aumento da presença militar americana no país. De acordo com a Constituição, o presidente necessita de uma aprovação do Senado ou do Concelho de Estado, para permitir a entrada de tropas estrangeiras no país.

---

<sup>2</sup> A versão preliminar do relatório do Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, para a 59<sup>a</sup> sessão da Comissão dos Direitos Humanos, (E/CN.4/2003/13) relata, em relação à Colômbia, “um significativo aumento, nos relatórios de casos de violações dos direitos humanos, atribuídos diretamente a membros das Forças de Segurança, em comparação a 2001. Vários desses atos foram cometidos no cumprimento da nova política de segurança do governo, particularmente na implementação das normas adotadas durante o estado de alerta declarado em agosto. Algumas foram praticadas com a participação ou a autorização de membros da Procuradoria Geral.

<sup>3</sup> Para uma discussão das políticas da administração Uribe, ver o artigo do ICG sobre a América Latina: *Colômbia: Will Uribe's Honeymoon Last?*, 19 de dezembro de 2002.

O presidente Uribe propôs uma reunião de cúpula, entre os Chefes de Estado da Comunidade Andina de Nações (CAN), Brasil e Panamá, contando ainda com a presença de observadores da U.E. e dos E.U.A., em 12 de março de 2003 em Bogotá, para discutir questões de segurança regional, numa antecipação à Cúpula de Segurança do Hemisfério, realizada em maio, no México. Esta resolução reafirmou o apoio desses países às resoluções da OEA e da ONU, que condenam o terrorismo e o tráfico de drogas e que pregam por uma cooperação com a Colômbia, em termos gerais. De concreto, pouco foi conseguido e o sucesso dessa reunião dependerá do prosseguimento dessas negociações.<sup>5</sup> O presidente Uribe também escreveu diretamente aos presidentes vizinhos, pedindo por maior colaboração na luta contra as drogas e os grupos armados irregulares.<sup>6</sup>

#### **A. GRUPOS IRREGULARES ARMADOS, COLOMBIANOS, NAS FRONTEIRAS.**

As fronteiras colombianas têm sido pouco mais que linhas sobre um mapa, devido à topografia, a abstinência política e a uma limitada capacidade governamental. Os equipamentos e a infra-estrutura, dos guardas de fronteiras colombianos, são totalmente inadequados, para o policiamento dos limites que separam este país de seus cinco vizinhos. Ao todo são 6.000 quilômetros de terra, que variam entre floresta tropical, montanhas, desertos e mais de 3.000 quilômetros, que são banhados pelo Mar do Caribe, o Oceano Pacífico e que comportam ainda uma extensa rede de vias fluviais.<sup>7</sup> Historicamente, essa multitude de fatores, aliada a uma grande corrupção, tem permitido aos traficantes, de drogas e de armamentos, assim como aos contrabandistas, de todas as ordens, e aos grupos irregulares armados, um trânsito quase que sem impedimentos, tanto para dentro, como para fora da Colômbia. Os grupos irregulares armados usam o território dos países vizinhos como, refúgio e como bases, para o tráfico criminoso de drogas e armas. Eles também entram em combate com os seus adversários e inimigos e muitas vezes, hostilizam, seqüestram e até matam civis, fora da Colômbia. Por exemplo, em janeiro de 2003 os paramilitares atacaram dois vilarejos

no Panamá, assassinando três panamenhos e seqüestrando três jornalistas americanos. Em abril de 2002, foram descobertos na Venezuela<sup>8</sup>, o único país onde um fator visivelmente ideológico explica, em parte, o desejo de, na medida do possível, se ignorar os insurgentes, três acampamentos das FARC, usados como abrigos e como bases para ataques transfronteiriços<sup>9</sup>. As FARC seqüestram e extorquem fazendeiros na Venezuela, e as forças paramilitares colombianas e venezuelanas começaram a operar em conjunto nesse país. As FARC estão também intermitentemente presentes no Equador e no Panamá. Relatórios recentes da imprensa dizem que as autoridades estão, inclusive, investigando sobre esconderijos das FARC no Brasil.<sup>10</sup>

#### **B. ARMAS E DROGAS**

O tráfico de drogas e o contrabando de armas vai, de mão em mão na Colômbia. Desde que a guerrilha e os paramilitares aumentaram seus investimentos em narcótico e suas capacidades em comprar armas e munições no mercado negro internacional. Essas atividades criminosas partilham a mesma infra-estrutura de transporte e as mesmas vias estratégicas<sup>11</sup>. Uma rede de transações que troca armas por drogas e vice-versa, desenvolveu-se de uma forma em que os preços são calculados não em dinheiro, mas em quilos de cocaína ou de heroína.<sup>12</sup> Os países fronteiriços também participam no contrabando

<sup>5</sup> “Declaración de Cancilleres y Ministros de Defensa Andinos”, Bogotá, 12 March 2003. CNE.

<http://www.presidencia.gov.co/documentos/framdoc.htm>

<sup>6</sup> Ver: <http://www.presidencia.gov.co/cne/2003/febrero/febrero.htm>

<sup>7</sup> Em comparação, a fronteira entre os USA e o México, que é considerada de difícil patrulhamento tem uma extensão de 3.500 Km.

<sup>8</sup> “Linea caliente”, in *Cambio*, 8-15 de abril de 2002, pp. 28-29.

<sup>9</sup> Isso parece estar mudando, desde que a prioridade do presidente Chávez passou a ser, sobreviver às campanhas para a sua deposição, antes do final do seu mandato. Entrevista do ICG, Washington, 14 de fevereiro de 2003.

<sup>10</sup> <http://www.washtimes.com/world/20030304-7618764.htm>.

<sup>11</sup> Ver: “Hemispheric Report – Evaluation of Progress in Drug Control 2001-2002”, 30 de janeiro de 2003, OEA; Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), [www.cicad.oas.org](http://www.cicad.oas.org).

<sup>12</sup> Para os grupos armados ilegais, isso significa que eles estão sempre forçados a comprar armas superfaturadas por conta das drogas, que triplicam de valor uma vez que entram nos mercados americano e europeu. Enquanto que um fuzil de assalto AK-47, custa U.S.\$100, na Nicarágua, no momento em que ele entra na Colômbia, ele passa, para no mínimo, mais de U.S.\$1.000. *El Espectador*, “Alimento para diez mil fusiles”, 10 de fevereiro de 2002.

de armas para a Colômbia. A cumplicidade de autoridades locais corrompidas, é um fator necessário para a realização desse negócio. Sendo assim, as drogas e as armas entram por vários pontos, dessa extensa fronteira, sempre em pequenas quantidades, difíceis de serem detectadas. Entretanto, desde 1999, tem sido relatado o contrabando, de pelo menos, 20.000 fuzis de assalto AKs-47, para a guerrilha e para os grupos paramilitares.<sup>13</sup> Ainda que o AK-47 seja o armamento mais contrabandeado, a polícia tem também apreendido, granadas, rifles lança-granadas e submetralhadoras que, apenas poderiam ter sido entregues por fornecedores estrangeiros. As fontes incluem os estoques remanescentes da Guerra Fria, do antigo bloco soviético e da América Central, mas existe uma crescente evidência que, muito provavelmente, as munições, vêm dos países vizinhos.<sup>14</sup>

A produção e o tráfico de drogas é uma transação criminosa, que envolve a maioria dos países da região, em pelo menos um dos estágios da produção, distribuição ou lavagem do dinheiro. Todas as fronteiras da Colômbia são usadas, não apenas para o escoamento da cocaína purificada, para a heroína e para a maconha, mas também para a entrada de pasta de coca, cuja grande quantidade é produzida em outras partes da Colômbia, e dos precursores químicos, necessários à produção da droga.<sup>15</sup> É impossível se fazer uma estimativa precisa da quantidade, mas as tendências e as rotas primárias podem ser identificadas, baseando-se em apreensões e em informações da inteligência. De acordo com a Direção Nacional de Entorpecentes (DNE), que coordena a política nacional de drogas colombiana, o método preferido para tirar a cocaína do país é pelo mar, seja à bordo de navios cargueiros, escondida em barcos de pesca ou em lanchas de corrida, as quais são difíceis de detectar e que podem ser reabastecidas durante o percurso.

Fontes do governo dos E.U.A. confirmam a preferência marítima, mesmo se algo como 65 por cento da cocaína entre atualmente nos E.U.A, por terra, vinda do México.<sup>16</sup> A Venezuela e o Brasil são também pontos de embarque, para uma quantidade significativa, do produto finalizado que atualmente tem ido parar na Europa.<sup>17</sup>

A maior parte dos produtos químicos, necessários à produção da heroína ou da cocaína refinada, como por exemplo a gasolina, são usados em atividades industriais legais, o que torna difícil a identificação das quantidades e das fontes que estão sendo usadas pela indústria do narcotráfico. Produtos que não são de uso doméstico, são importados com licenças legítimas e depois desviados. Os países exportadores têm responsabilidades legais, devendo garantir o uso final desses produtos. A Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilegal de Substâncias Narcóticas e Psicotrópicas, da qual a Colômbia e os seus vizinhos fazem parte, lista uma série de produtos químicos, que estão submetidos a um controle mais restrito, para a comercialização, por parte desses países. Acordos similares também foram feitos a nível regional, no Plano de Cooperação Andino para a luta contra as drogas ilícitas e crimes relacionados. Entretanto ainda existem algumas lacunas legais e deficiências na regulamentação.<sup>18</sup> Uma quantidade menor de precursores químicos são contrabandeados do Brasil, do Peru e do Equador, para a Colômbia.<sup>19</sup>

### C. REFUGIADOS E IMIGRANTES COLOMBIANOS

O número de colombianos cruzando a fronteira, em busca de proteção, aumentou dramaticamente nos últimos dois anos, mesmo tendo sido em uma quantidade menor do que temiam os países

---

<sup>13</sup> *El Tiempo*, “Cuatro arsenales en 2 años”, 8 de maio de 2002, p.1/9.

<sup>14</sup> Uma pesquisa conduzida pelas autoridades colombianas, sobre a origem das armas apreendidas entre 2000 e 2001, concluiu que uma grande parte destas era, ou perdida ou roubada no Equador e na Venezuela. Dirección Nacional de Estupefacientes, “La lucha de Colombia contra las drogas ilícitas: acciones y resultados 2001”, Bogotá (março de 2002), p. 91.

<sup>15</sup> Base de coca, também conhecida como, pasta de coca, trata-se de um extrato das folhas da planta de coca. A purificação da pasta de coca produz a cocaína refinada, conhecida também como cocaína HCL. Ver: [http://www.undcp.org/odccp/report\\_1998-10-01\\_1\\_page\\_007.html](http://www.undcp.org/odccp/report_1998-10-01_1_page_007.html).

---

<sup>16</sup> Entrevista do ICG, Washington, 14 de fevereiro de 2003.

<sup>17</sup> Entrevista do ICG, Washington, 27 de fevereiro de 2003.

<sup>18</sup> Departamento de Estado dos Estados Unidos/ Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs, “International Narcotics Control Strategy Report”, março de 2002, p. X-4.

<sup>19</sup> *Ibid*, p. XI-15.

vizinhos.<sup>20</sup> Ainda que os números atuais mostrem-se relativamente baixos, se comparados com os dos deslocamentos internos, esta questão tem que ser tratada com a sua devida atenção. Na verdade, ambas as situações seguem padrões semelhantes, mas os colombianos no exterior enfrentam desafios de diferentes qualidades. Assim como para os deslocamentos internos, as principais razões citadas pelos refugiados, para cruzarem a fronteira são as ameaças dos grupos armados, as acusações de estarem colaborando com um ou outro grupo, os massacres, o recrutamento forçado e os assassinatos seletivos.<sup>21</sup> Um grupo crescente de camponeses que atravessaram do departamento de Putumayo para o Equador, disseram que o motivo da saída era o aumento da pressão dos grupos armados irregulares, que estão brigando pelo controle das plantações da coca.<sup>22</sup>

Apenas uma fração dos colombianos que cruzam a fronteira se enquadram dentro da definição legal de “refugiados”, descrita na convenção da ONU, relativa a este estatuto. Seria mais adequado classificar a estes como sendo colombianos que buscam refúgio, temporário ou permanente, devido aos impactos diretos do conflito armado, sem que fosse necessário enquadrar-los no estatuto de refugiados.<sup>23</sup> A assistência

a todos os pedidos de proteção é essencial e não deve depender do reconhecimento do estatuto de refugiado. Em muitos casos, os colombianos que respondem plenamente à condição oficial de refugiados, não querem ser denominados como tal, pelo fato de haverem riscos para as pessoas que o são, (particularmente o risco de retaliação aos membros da família, que ficaram no país, ou mesmo contra suas próprias vidas, quando estes regressarem ao país). Normalmente essas possibilidades superam os benefícios obtidos com estatuto de refugiado. ONGs internacionais tais como *Project Counselling Service (PCS)*, que monitoram as fronteiras, estimam que ao longo dos dois últimos anos, cerca de 100.000 colombianos, em algum momento, buscaram proteção num país vizinho.<sup>24</sup> As estatísticas oficiais confirmam que apenas alguns pediram para receber o estatuto de refugiado. A PCS estima que cerca de 30.000 colombianos, podem ter solicitado ao Equador mas apenas 1.671, o fizeram, nos primeiros nove meses de 2002.<sup>25</sup>

#### D. DESCONFIANÇA E FALTA DE COOPERAÇÃO

Ao invés de abordarem a importante questão sobre uma maior e melhor cooperação para a segurança regional, o normal é haverem repetidas recriminações. Durante os últimos quatro anos, a suposição de que a administração Chávez tem apoiado as FARC suscitou fortes protestos na Colômbia. A afinidade do presidente venezuelano com as FARC tem também sido duramente criticada na Venezuela, por seus opositores e inclusive por algumas partes das forças armadas. Os governos de outros países fronteiriços, como o

---

<sup>20</sup> Por exemplo, o número de pessoas solicitando abrigo ou mesmo asilo, ao Equador, dos quais 99 por cento são colombianos, aumentou sete vezes entre os anos 2000 (1.752 pessoas) e 2002 (10.958 pessoas). Entretanto, quando o Plano Colômbia foi anunciado, alguns países vizinhos esperavam um influxo de várias dezenas ou milhares de colombianos. Para mais detalhes, veja o Apêndice B abaixo, o gráfico preparado pela Organização Internacional para as Migrações à partir dos dados da ACNUR.

<sup>21</sup> Ver por exemplo, Codhes “Caracterización del desplazamiento y del refugio en la frontera colombo-ecuatoriana”, at [www.codhes.org.co](http://www.codhes.org.co). Para mais informações sobre os deslocamentos internos na Colômbia ver: ICG Latin America Report N<sup>o</sup> 1, *Colombia's Elusive Quest for Peace*, 26 de março de 2002.

<sup>22</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 19 de novembro de 2002. Ver também, Codhes, “Caracterización del desplazamiento y del refugio en la frontera colombo-ecuatoriana”, at [www.codhes.org.co](http://www.codhes.org.co)

<sup>23</sup> Por exemplo, indivíduos que não tenham sido agredidos diretamente mas, que estejam reagindo a um senso comum de insegurança ou camponeses que deixam as suas terras por causa dos efeitos da pulverização aérea das plantações ilegais e das pressões militares dos grupos armados que acompanham este processo. Entrevista do ICG, Bogotá, 19 de novembro de 2002. A Convenção Internacional relativa ao Estatuto de Refugiado (instituída em 22 de abril de 1954), assegura a qualquer indivíduo, que tenha saído de seu próprio país, “devido a uma perseguição, devidamente comprovada, que seja por motivos raciais, de nacionalidade, religiosos, estatuto social,

---

participação a um determinado grupo social ou opinião política”, não especificando quem causou esse sentimento. Nas Américas, ha uma forte tradição de asilo e a proteção aos refugiados está incorporada à Convenção Americana dos Direitos Humanos (que entrou em vigor em 18 de julho de 1978), Artigo 22, parágrafos 8 e 9 que proíbem a deportação de indivíduos ou grupos de estrangeiros, se seus “direitos à vida ou liberdade pessoal estejam em perigo ou tenham sido violados por causa de ... raça, nacionalidade, religião, estatuto social, ou opiniões políticas.”

<sup>24</sup> Entrevista do ICG, Bogotá 19 de novembro de 2002. Ver também: *El Colombiano*, “Lucha Antiterrorista opaca el drama de los refugiados”, 15 de setembro de 2002.

<sup>25</sup> *El Colombiano*, “Lucha Antiterrorista opaca el drama de los refugiados”, 15 de setembro de 2002.

Peru e o Equador, acusam a Colômbia de não estar fazendo o suficiente, para conter o seu conflito armado, e para impedir que grupos armados irregulares e os refugiados cruzem as suas fronteiras. Em agosto de 2002, o Equador impôs restrições de viagem aos colombianos e aumentou a segurança ao longo de sua fronteira Norte. O Panamá tem exigido visto de entrada no país, aos colombianos, com o argumento de que o aumento de sua violência doméstica esteja relacionado ao conflito armado vizinho e à indústria das drogas.<sup>26</sup> Mesmo contando o Brasil com a barreira natural que é a Floresta Amazônica, ele teme que a causa do aumento da criminalidade e dos problemas relacionados às drogas, esteja diretamente ligado ao conflito na Colômbia. O Brasil desenvolveu e parcialmente instalou o Sistema Integrado de Vigilância e Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM), que deverá reunir dados sobre os movimentos, as violações de fronteiras, as pistas de pouso ilegais e o cultivo das drogas, em sua vasta região de floresta ao longo de suas fronteiras Norte e Oeste. Ele recentemente ofereceu os benefícios desse sistema à Colômbia.<sup>27</sup>

Os esforços para a elaboração e implementação de uma política de segurança regional que fortalecesse a cooperação técnica, o intercâmbio de informações de inteligência, entre as forças de segurança e os sistemas judiciários desses países, têm sido limitados. A disputa entre a Colômbia e a Venezuela, pela fronteira marítima do Golfo da Venezuela, não está formalmente encerrada. Especialmente antes do 11 de setembro de 2001, o Plano Colômbia e a política americana de combate às drogas, foram vistos por alguns países, e principalmente pelo Brasil, como uma intervenção “hegemônica” e um obstáculo para a estabilidade política e econômica regional.

Os últimos relatórios do Departamento de Estado dos E.U.A., da Colômbia e da ONU, mostram uma clara redução em hectares, dentro do cultivo da coca, alcançada, pela primeira vez, em mais de uma década, devido a uma massiva pulverização aérea com herbicidas, em particular no Sul da Colômbia, desde que Uribe tomou posse. Em Putumayo e Caquetá, os dados da Colômbia e dos EUA indicam que o número

de hectares usados para o cultivo da coca, caiu de 80.000 para 40.000 entre 2001 e 2002, principalmente nos últimos seis meses. Entretanto, novos cultivos nas províncias de Vichada e Guaviare, reduziram um pouco essa queda. Os dados fornecidos pela ONU, em 18 de março de 2003, mostram uma redução geral de cerca de 30 por cento e um número total de hectares cultivados, próximo dos 105.000, no final de 2002.<sup>28</sup> O sucesso da Colômbia repercutiu no Peru e na Bolívia, onde o cultivo da coca tem mostrado o primeiro crescimento em vários anos. O Equador também está preocupado com os impactos ecológicos, sociais e de segurança causados pela política anti-drogas da Colômbia e dos EUA, em suas províncias do Norte, onde todos os grupos entram e saem e por onde grandes carregamentos de drogas atravessam país.

A expansão do Plano Colômbia visando um enfoque Andino, respondendo a uma crítica regional e às preocupações com o desbordamento, refletiu-se na Iniciativa Regional Andina (IRA), lançada em 2001. Ela também influenciou a aprovação, pelo Congresso Americano, da solicitação da administração Bush, para a expansão da Lei Andina de Preferência Comercial; *Andean Trade Preference Act* (ATPA), reduzindo algumas barreiras comerciais para a exportação de produtos da região para os EUA. O Programa Andino direciona os fundos não apenas para a Colômbia, mas, de uma maneira crescente, para todos os países andinos, e também para o Brasil e o Panamá.<sup>29</sup> O total de

<sup>26</sup> Esse foi um dos tópicos da discussão entre os presidentes Moscové e Uribe, durante o encontro destes em Bogotá. Para mostrar solidariedade com a Colômbia, o Panamá não tem requerido visto de entrada aos colombianos. Entretanto o Panamá tem requerido a estes, a posse de um cartão de crédito válido e mais US\$ 1.000,00 em espécie. Entrevista do ICG, Bogotá, 25 de fevereiro de 2003.

<sup>27</sup> Entrevista do ICG, Washington, 14 de fevereiro de 2003.

<sup>28</sup> [http://www.unodc.org/pdf/colombia/report\\_2003-03-01\\_1 .pdf](http://www.unodc.org/pdf/colombia/report_2003-03-01_1.pdf). As mais recentes indicações mostram que os números dessa redução eram de 15 por cento e que a Colômbia possui 144.450 hectares de cultivo da coca. Ver o depoimento de John P. Walters, Diretor de Estratégia Nacional Para o Controle das Drogas, Comissão de Relações Internacionais da Câmara de Representantes, Sub-comitê para o Hemisfério Oeste, “Overview of U.S. Policy Toward the Western Hemisphere,” 27 de fevereiro de 2003. Se acredita que no Peru houve um aumento de 8 por cento e que na Bolívia esse aumento foi de 20 por cento. Ver também [http://story.news.yahoo.com/news?tmpl=story&u=/ap/20030228/ap\\_wo\\_en\\_po/na\\_gen\\_us\\_colombia\\_2](http://story.news.yahoo.com/news?tmpl=story&u=/ap/20030228/ap_wo_en_po/na_gen_us_colombia_2).

<sup>29</sup> Serviço de Pesquisa do Congresso, Livraria do Congresso dos EUA, “Andean Regional Initiative (ARI): FY2002 Supplemental and FY2003 Assistance for Colombia and Neighbors,” K. Larry Storrs and Nina

fundos aprovado pelo Congresso para os planos anti-drogas da IRA (rebatizada de Iniciativa Andina Anti-drogas) para o Ano Fiscal de 2003, é de U.S.\$ 700 milhões.<sup>30</sup> Mais uma vez, outros fundos virão diretamente do orçamento da defesa, sendo o maior valor individual, de cerca de U.S.\$ 100 milhões, para equipar e treinar unidades especiais colombianas a darem proteção ao oleoduto Caño Limón. O Congresso aprovou e a administração solicitou para que se apagasse a linha que separa os programas antiterrorismo e anti-drogas, permitindo que toda a ajuda relativa à segurança fosse direcionada também ao combate às guerrilhas e aos paramilitares, mesmo que estes não estejam diretamente ligados ao tráfico de drogas.<sup>31</sup> O orçamento proposto para o Ano Fiscal de 2004 é basicamente uma duplicata do que foi pedido no ano anterior.<sup>32</sup> Os críticos supõem que o

---

M. Serafino; Report to the Congress, Order Code RL31383 12 de junho de 2002. A administração Clinton propôs direcionar 67 por cento do fundo de U.S \$1.3 bilhões do Plano Colômbia, para a Colômbia. Desse total, 75 por cento eram para implantar três batalhões militares anti-drogas no Sul da Colômbia, equipados com helicópteros. Suas missões eram dar apoio aos planos de erradicação, com pressão militar sobre as guerrilhas e grupos paramilitares diretamente ligados às operações de tráfico de drogas. Esses fundos eram complementados por um suporte ao desenvolvimento alternativo, direitos humanos e reforma judiciária. Os quase U.S.\$ 1 bilhão, propostos ao IRA pelo presidente Bush em 2001, ainda que descritos como fazendo parte dos “três Dês –Democracia, Desenvolvimento e Drogas” – também se focalizavam na política anti-drogas e eram fortemente orientados à segurança. A administração Bush descreveu seus propósitos como sendo designado a apoiar a democracia, promovendo ajuda técnica e financeira à reforma judicial, a medidas anti-corrupção, ao governo e a algumas ONGs de direitos humanos e para processos de paz; para ajudar o desenvolvimento econômico através de um desenvolvimento econômico alternativo, da proteção ambiental e da renovação da ATPA; e uma redução significativa do fornecimento de drogas ilegais para os EUA.

<sup>30</sup>Conference Report on H.J. Res. 2 the Omnibus Appropriations for FY2003, Title V. at <http://thomas.loc.gov/cgi-bin/cpquery/z?cp108:hr010>. A administração Bush pediu U.S.\$ 731 milhões.

<sup>31</sup> Ibid. O Congresso manteve as suas condições quanto aos direitos humanos a insistiu que os militares colombianos cortassem suas relações com os paramilitares. O Congresso também aprovou cerca de U.S.\$ 100 milhões para a ajuda à sobrevivência infantil e para a ajuda ao desenvolvimento, sem relação com o programa anti-drogas nos países andinos. O Congresso também ordenou que não menos que U.S.\$ 250 milhões em fundos, fossem transferidos diretamente ao programa USAID, para benefício da comunidade, do desenvolvimento econômico municipal e dos programas alternativos de governo e de desenvolvimento.

<sup>32</sup> O orçamento do presidente Bush, para a assistência a estrangeiros para o Ano Fiscal de 2004, [duro enfoque conferido à segurança e o apoio ao combate à insurgência poderá gerar mais violência e possivelmente um sofrimento inevitável, à população civil que se encontra envolvida. Eles também estão de acordo com o fato de que o programa falha na abordagem ao crescimento das forças paramilitares, nas ligações entre os militares e os paramilitares e nos abusos aos direitos humanos, associados à questão. Alguns dos vizinhos colombianos mostraram reservas à prioridade dada à Colômbia, quanto aos financiamentos.<sup>33</sup> O governo colombiano e os EUA argumentam que a situação da Colômbia é mais grave e que a ajuda militar é essencial para o combate aos grupos armados ilegais que ameaçam o Estado, as instituições e a população colombiana. Esses países também apontam para os resultados positivos da ajuda não relacionada à segurança.<sup>34</sup> Entretanto, eles também](http://www.state.gov/m/</a></p></div><div data-bbox=)

---

[rm/rls/cbj/2004/](http://rm/rls/cbj/2004/). Para um detalhe pormenorizado ver as Tabelas de Contas, pp.68-69. Mais uma vez, ha uma requisição de U.S.\$ 731 milhões para o Programa Andino anti-drogas do IRA, que seria para financiar a erradicação, uma pulverização aérea das culturas em larga escala; a interdição, o reforço das leis, e o desenvolvimento alternativo, e outros U.S.\$ 100 milhões requisitados para o fundo da saúde e do desenvolvimento, não relacionados às drogas e alguns U.S.\$ 110 milhões mais para os gastos com a defesa. As diferenças no conteúdo das atividades anti-drogas na Colômbia e nos países vizinhos, reflete bem o conflito na Colômbia e é evidente para a o programa de repartição proposto pela administração:

| País      | Total    | Erradicação/<br>Interdição | Des. Alt./ Fort.<br>Instituições |
|-----------|----------|----------------------------|----------------------------------|
| Colômbia  | \$463 m. | \$313 m.                   | \$150 m.                         |
| Peru      | \$116 m. | \$66 m.                    | \$50 m.                          |
| Bolívia   | \$91 m.  | \$49 m.                    | \$42 m.                          |
| Equador   | \$35 m.  | \$20 m.                    | \$15 m.                          |
| Brasil    | \$12 m.  |                            |                                  |
| Venezuela | \$5m.    |                            |                                  |
| Panamá    | \$9 m.   |                            |                                  |

<sup>33</sup> Center for International Policy, “The ‘War on Drugs’ meets the ‘War on Terror’”, Ingrid Vaicius and Adam Isacson, fevereiro de 2003.

<sup>34</sup> Op. cit. Audiência da Sub-comissão para o Hemisfério Ocidental, Testimunho de Adolfo A. Franco, Assistente de Administração, Escritório para a América Latina e Caribe, USAID e documentos não publicados, distribuídos no informativo da CSIS sobre os aspectos econômicos e sociais da ajuda à Colômbia, 8 de março de 2003, citando entre os sucessos acumulados pela ajuda ao Plano Colômbia durante vários anos: 20.000 famílias, ex-plantadoras de coca, de um total estimado entre 120.000 a 150.000, beneficiam-se de 16.000 hectares de cultivo

reconhecem as pressões sobre a fronteira colombiana.<sup>35</sup> Devido a esta situação, a demanda da Colômbia por uma maior segurança regional torna-se justificável. Entretanto a nova política de segurança regional não deverá ser baseada no pressuposto de que o conflito colombiano e a indústria das drogas são a única ameaça para a estabilidade andina. Esse cenário de desbordamento existe, mas ocorre quase sempre em sentido único, da Colômbia para fora e não está sendo tomado em consideração, os efeitos que o resultado dessas ações, nos países limítrofes, causam à situação interna colombiana.<sup>36</sup>

A presença de grupos irregulares armados colombianos, nos países limítrofes, é um fato. Ainda assim, nenhum desses grupos parece interessado em, ou capaz de, estender sua “revolucionária” ou “contra-revolucionária” luta, através da região. Sua presença deve-se principalmente a fatores técnicos, econômicos e de estratégia militar<sup>37</sup>. Eles conseguiram sozinho, prosperar durante décadas, dentro do vasto território colombiano. Mas uma quase inevitável melhoria nas forças de segurança colombianas faz com que as unidades das FARC e do ELN saiam, com mais frequência em busca de refúgios, de curta duração, nos outros lados da fronteira. Conseqüências semelhantes acometerão o grupo paramilitar AUC, se as operações anti-drogas se intensificarem e se a sua desmobilização, que é atualmente explorada por uma comissão do governo, for adiada.<sup>38</sup> A situação política na Venezuela, no Equador, no Peru, no Panamá e, numa menor escala, no Brasil, torna difícil a construção de uma bem sucedida estratégia de cooperação à segurança regional. Resumindo. Sem uma boa estabilidade nos países vizinhos, a administração Uribe irá encontrar dificuldades para reduzir, substancialmente, o impacto negativo do conflito colombiano e conseguir o crucial apoio regional.

---

legal financiados, 208 projetos sociais de infra-estrutura, tais como rodovias, pontes, escolas e água potável, 31 casas de justiça, que reúnem 1.5 milhão de queixas, 600.000 retirantes assistidos, 2.543 jornalistas e outros profissionais sob proteção, 51 organismos do governo e ONGs de direitos humanos, sob proteção.

<sup>35</sup> Testemunha, na audiência Walters, op.cit.

<sup>36</sup> Para uma discussão focalizada no desbordamento, ver Richard Millett, “Colombia’s Conflicts: The Spill-Over Effects of a Wider War”, The North-South Agenda, paper N°57 (Miami, setembro de 2002).

<sup>37</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 13 de novembro de 2002.

<sup>38</sup> Um relatório do ICG que está por vir irá abordar os grupos paramilitares em detalhe.

## II. A DINÂMICA DAS POLÍTICAS REGIONAIS E O CONFLITO COLOMBIANO

### A. EQUADOR

Existe um consenso geral no Equador, a respeito do perigo crescente e eminente, proveniente do conflito armado de seu vizinho, não apenas na região de fronteira com a Colômbia, que é tensa, violenta e repleta de crimes e pobreza, mas também em outras, regiões mais centrais do país.<sup>39</sup>

De acordo com as fontes militares equatorianas, existe uma evidência de atividades de grupos armados irregulares colombianos, em regiões distantes da fronteira, tais como as províncias amazônicas de Napo e Orellana, as províncias de Carchi (montanhas) e Esmeraldas (costeira), e mesmo em Imbabura e Pichincha, e na província da capital, Quito.<sup>40</sup> Organizações acadêmicas e de direitos humanos, confirmaram casos de extorção e seqüestros em todas as províncias que fazem fronteira com Colômbia.<sup>41</sup> Esses casos incluem o seqüestro do pessoal técnico, que trabalha em projetos de companhias petrolíferas estrangeiras. Alguns dos implicados são delinquentes comuns, que fazem uso dessa cobertura política, mas existem também grupos armados irregulares que usam esse artifício, para poderem conseguir fundos.

As AUC estão na província de Sucumbios, especialmente adjacente à ponte que cruza o Rio San Miguel. Esquadrões paramilitares, que traficam precursores químicos e armamentos, instalaram por lá, pequenos laboratórios para processamento de coca. De acordo com fontes da inteligência militar equatoriana, esse grupo também firmaram presença em General Farfán, em Cáscales e na província capital, Nueva Loja.

---

<sup>39</sup> Adrián Bonilla, “Implicaciones de la política de seguridad estadounidense para la región andina: el caso Ecuador”, *paper* apresentado na Conferência: “U.S. Security Policy Towards the Andean Region”, San Diego State University, novembro de 2002.

<sup>40</sup> Entrevista do ICG, Quito, novembro de 2002.

<sup>41</sup> Entrevista do ICG, Quito, novembro de 2002; Observatorio Internacional por la Paz, *Testimonios de Frontera, Efectos del Plan Colombia en la frontera Colombo-Ecuatoriana*, (Quito, maio de 2002).

O 48º destacamento das FARC, opera no extremo leste de Sucumbios mas ainda não lançou nenhuma operação militar.<sup>42</sup> Em outubro de 2002, dois supostos membros das FARC foram detidos em Lago Agrio, juntamente com outros colombianos, supostamente paramilitares, justamente no momento em que atos de violência pareciam prontos para começar. O 32º destacamento das FARC e o exército colombiano estão ambos infiltrados na floresta, ao longo das montanhas, do lado colombiano da fronteira. O ELN tem uma presença limitada nas regiões colombianas de Tumaco e Mataje e por vezes, penetra na zona rural do Equador, na província de Esmeraldas. As AUC estão também presente na região costeira do Equador, assim como os grupos menores das FARC. No início de março, o Equador anunciou, como indício de sua preocupação, a transferência de quatro aviões para uma patrulha aérea, baseada em Lago Agrio e a implantação de uma nova unidade da polícia antiterrorismo, aparentemente por causa de evidências de combates na fronteira entre as FARC, as AUC e o exército colombiano.<sup>43</sup>

Grupos insurgentes colombianos e equatorianos se uniram durante os anos oitenta. Mais notadamente o grupo equatoriano “Alvaro Vive Carajo” (AVC), que mantém ligações com o M-19. Atualmente nenhum grupo radical equatoriano apoia os combatentes armados da Colômbia. Entretanto, existem relatos, não confirmados, de que em 2000, as autoridades descobriram a existência das Forças Armadas Revolucionárias do Equador (FARE). Supostamente esse grupo é composto por 400 homens, que foram treinados pelas FARC. A este grupo tem sido imputado um recente atentado à bomba, em Guayaquil.<sup>44</sup> Enquanto que o ministro da defesa acredita que as FARC não são um problema para a segurança, a polícia vê o fato diferentemente.<sup>45</sup>

Desde o final dos anos 80, o Equador não desenvolve políticas anti-drogas próprias, mas ao invés disso, segue as iniciativas regionais dos E.U.A., como a Estratégia Andina de 1990 e a Iniciativa Andina de 2001. A explicação é a de que o país não está

envolvido com o cultivo e no processamento de drogas ilícitas mas, é essencialmente um ponto de trânsito para os precursores químicos e a cocaína e um local para a lavagem de dinheiro. Em 1998 o Equador e os E.U.A. assinaram um acordo para a transformação da Base Aérea de Manta em uma Base Avançada de Operações dos E.U.A. Cerca de 475 soldados americanos podem estar baseados em Manta, para desenvolver um trabalho de inteligência e monitorar aviões e plantações ilícitas, na região Sudoeste da Amazônia colombiana. A Marinha Americana também recebeu a autorização para operar nas águas equatorianas, ainda que o Equador queira expandir a sua marinha para poder tomar conta dessas operações, ele mesmo.

As fronteiras equatorianas são particularmente vulneráveis ao tráfico de drogas, armamentos e casos relacionados, devido à sua proximidade com os departamentos de Putumayo e Nariño, locais onde são cultivados 37 por cento da coca no país. Além do mais, Putumayo e, cada vez mais, Nariño, têm sido o centro das pulverizações aéreas com herbicida, da estratégia de erradicação, do Plano Colômbia e há também o fato de que os paramilitares e as FARC encontrarem-se numa feroz disputa pelo controle do cultivo da coca.<sup>46</sup> A pasta de coca é contrabandeada de Putumayo, no lado leste dos Andes, para o Equador e transportada de volta para a Colômbia via Nariño, no lado oeste dos Andes, para ser refinada. A cocaína refinada e a heroína são contrabandeadas para o Equador para serem então distribuídas internacionalmente, por via marítima saindo por Guayaquil ou por Esmeraldas.<sup>47</sup> As autoridades militares colombianas queixam-se de que, pelo menos 50 por cento da munição que entra na Colômbia venha pelo Equador.<sup>48</sup> Devido a não estarem inclinados a enfrentar grupos guerrilheiros bem armados, a polícia militar equatoriana estabeleceu, no Norte do país, uma forma de convívio, perigosa, com os grupos ilegais armados paramilitares e com as

---

<sup>42</sup> Uma pesquisa que esta sendo feita atualmente por antropólogos e sociólogos confirmou a presença de guerrilhas das FARC na Amazônia equatoriana.

<sup>43</sup> “Ecuador steps up security along border with Colombia”, EFE News Services, 4 de março de 2002, Quito

<sup>44</sup> STRATFOR, “New Rebel Group in Ecuador Claims Ties to FARC”, 16 de setembro de 2002, em [http://www.stratfor.com/standard/analysis\\_view.php](http://www.stratfor.com/standard/analysis_view.php) ID

<sup>45</sup> “No hay guerrilla en el Ecuador”, no *El Comercio*, 25 de setembro de 2002.

---

<sup>46</sup> Dirección Nacional de Estupefacientes, “La lucha de Colombia contra las drogas ilícitas: acciones y resultados 2001”, Bogotá (março de 2002), p.11

<sup>47</sup> Ibid. p. IV-30

<sup>48</sup> A munição é supostamente transportada em pequenas quantidades, da região de Esmeraldas, no Equador, para o território colombiano. *EL Espectador*, “Desvían a FARC explosivos militares”, 10 de fevereiro de 2002.

guerrilhas. Estes não são desafiados, quando fazem curtas incursões para “descansarem e recuperarem-se” ou quando estão fugindo das Forças Armadas Colombianas, mas não está autorizada a instalação de acampamentos permanentes. Recentemente, no final de 2002, um helicóptero equatoriano observava um acampamento das FARC, com várias centenas de combatentes, à cerca da fronteira norte. No momento em que algumas tropas foram enviadas, as FARC fugiram e o acampamento foi desmontado. Igualmente, as forças equatorianas não têm tentado seriamente acabar com o trânsito de folhas de coca, que cruza o Equador, vindo do Sul da Colômbia, e que volta para Nariño para ser transformado em produto final e então ser exportado. Mas eles parecem estar determinados a evitar uma disseminação do cultivo da droga e, das ainda mais frequentes, tentativas de instalação de pontos de refinamento de droga, no Equador, próximo aos campos de Putumayo e Caqueta.<sup>49</sup>

Desde o final da década passada e, particularmente desde o 11 de setembro de 2001 e das mudanças resultantes na política de segurança dos E.U.A., um alerta sobre uma possível disseminação do conflito colombiano, causou um forte impacto na opinião pública, na elite política, na sociedade civil e no meio acadêmico equatoriano. Em 1999, o Grupo de Monitoria do Plano Colômbia, contribuiu com numerosas ONGs que trabalham com direitos humanos, refugiados e pesquisas biológicas, na Floresta Amazônica. Esses grupos mobilizaram a opinião pública contra a política dos E.U.A. especialmente com relação à base aérea de Manta. Um relatório apresentado em outubro de 2002, como resultado de uma missão de verificação feita por diversas organizações sociais, concluiu que o lado equatoriano da fronteira foi pulverizado com glisofato. Alegou-se que o estado de saúde da população local foi afetado e tanto a fauna como a flora sofreram danos indeterminados, devido à pulverização aérea.<sup>50</sup> Ainda que esse informe não tenha sido comprovado cientificamente, ele alarma uma parte da sociedade equatoriana.<sup>51</sup> – Não é apenas pelo fato de a província de Sucumbios, adjacente ao Rio Putumayo, ser uma das mais subdesenvolvidas do país, com uma população historicamente ligada ao lado colombiano

através de uma fronteira altamente permeável. Mas isso tudo alimenta o temor de um possível influxo, em massa, de refugiados colombianos vindo por causa das pulverizações ou da violência relacionada às drogas. Os oficiais americanos contam que cerca de 10 por cento das fazendeiros de coca de Putumayo, saíram em seguida a um recente episódio de pulverização concentrada, mas não ficou claro, para onde eles foram ou o que eles estão fazendo.<sup>52</sup>

A política de emigração equatoriana ficou mais flexível, como resultado de acordos sobre desenvolvimento de fronteiras elaborados pela Comissão de Fronteira Colombo-equatoriana e de outros acordos que datam de 1989 e da política econômica de integração regional.<sup>53</sup> Existem muitos colombianos, no Equador, particularmente em Sucumbios.<sup>54</sup> Pelo fato de o lado colombiano da fronteira ser rico em coca, ele tem sido o centro da disputa territorial, entre os paramilitares e as FARC. A população civil colombiana, que se encontra no meio desse conflito, é forçada a fugir para o Equador.

Existe o consenso de que, dentre todos os vizinhos da Colômbia, o Equador é o mais preparado para receber e dar assistência a indivíduos que cruzam a fronteira buscando proteção e é o que está mais alerta às ações, que causam esses deslocamentos. Existe uma estrutura legal para processar as demandas, e as autoridades mantêm registros relativamente atualizados. Ainda assim, poucos colombianos solicitaram o estatuto de refugiados, por temerem represálias dos grupos armados irregulares tais como maus tratos e, também a deportação forçada por parte da polícia e ou do exército do Equador. Nos primeiros nove meses de 2002, 1.671 pessoas solicitaram o estatuto de refugiado, destes, apenas 719 (43 por cento) o obtiveram.<sup>55</sup>

<sup>49</sup> Entrevista do ICG, U.S. and OAS officials, 10-14 de fevereiro de 2003.

<sup>50</sup> De acordo com o relatório, aproximadamente 2.560 hectares de vários cultivos e 11.828 animais foram afetados pela pulverização. Informe Misión de Verificación, op. cit., p. 4, table 1c.

<sup>51</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 5 de fevereiro de 2003.

<sup>52</sup> Walters testemunho ouvido, op. cit.

<sup>53</sup> Como o acordo bi-nacional para a criação de uma Zona de Integração de Fronteira firmado em 1989.

<sup>54</sup> Não existem dados oficiais do número de colombianos vivendo no Equador. Algumas estimativas são de cerca de 300.000. Ver: Freddy Rivera, *Informe sobre desplazados y refugiados colombianos en el Ecuador*, FLACSO-ACNUR (Quito, 2003).

<sup>55</sup> As estatísticas da PCS mostram que, 1.800 colombianos receberam o status de refugiado. *EL Colombiano*, “Lucha Antiterrorista opaca el drama de los refugiados”, 15 de setembro de 2002.

O sistema está sobrecarregado pelas solicitações, o que tem causado sério atraso no processo de asilo. Num país onde a maioria vive na pobreza, as oportunidades são limitadas e os recursos para assistir à população refugiada são escassos.

Ainda que, em agosto de 2002 foi informado que os efetivos do exército em Sucumbios aumentariam para 12.000 homens, continua sendo muito difícil patrulhar os 630 quilômetros da fronteira. A guarda de fronteira equatoriana e os militares, operam de forma precária e com pouco equipamento. O trabalho deles torna-se mais difícil, devido à falta de apoio da parte colombiana, ao longo dessa vasta área.<sup>56</sup> O acordo bilateral de 1989 para a criação de uma Zona de Fronteira Integrada e o acordo de 2000 para a cooperação policial, são exemplos dos esforços feitos para corrigir esta situação.<sup>57</sup> Entretanto os resultados foram ilusórios, em grande parte devido a falta de recursos, mas também de um compromisso político.

As estimativas são de que pelo menos U.S.\$ 82 milhões são necessários para o estabelecimento de um controle, ainda que mínimo, ao longo da fronteira e para construir a base para um desenvolvimento amplo da região. Em 2002 os E.U.A. disponibilizaram U.S.\$ 25 milhões para o desenvolvimento alternativo/interdição. Para 2003 serão disponibilizados \$ 31 milhões – previstos principalmente para a fronteira norte.<sup>58</sup> O projeto de lei aprovado em fevereiro de 2003 mostra um sutil aumento nos fundos de subvenção dos E.U.A., e a administração Bush solicitou uma contribuição ainda maior para o Ano Fiscal de 2004,<sup>59</sup> algo como \$ 35 milhões, para combate às drogas, dos quais cerca de \$ 15 milhões poderiam ser para o desenvolvimento alternativo. Ela também propõe \$ 15 milhões para o Financiamento Militar Estrangeiro (FME) e \$ 24 milhões para a reforma da justiça e o desenvolvimento econômico e social.<sup>60</sup>

Apesar dos problemas de segurança da fronteira, os Ministros das Relações Exteriores da Colômbia e do Equador disseram, em novembro de 2002, que o Plano

de Desenvolvimento da Fronteira, atualmente em seus últimos estágios de elaboração, irá entrar em efeito em breve. Isso mostra que ambos os governos compreendem que a segurança da fronteira e o desenvolvimento estão interligados. Um plano semelhante está sendo feito, entre o Equador e o Peru, servindo como um importante instrumento para fazer sarar as feridas deixadas pela Guerra de 1995.<sup>61</sup> As lições tiradas dessa experiência podem ser um importante ponto de referência.

Existe um outra razão para se perseguir estratégias de desenvolvimento bem sucedidas. Nem todo o deslocamento humano no local é de fugitivos colombianos. Vindos particularmente do Norte do país, um número significativo de equatorianos, vão à Colômbia para trabalhar no plantio, na colheita e no processamento da folha de coca, nas regiões de Putumayo, Nariño e Caquetá.<sup>62</sup> Seria interessante para todos os envolvidos, se o novo governo equatoriano pudesse oferecer a esses migrantes, maneiras alternativas de ganhar algum dinheiro.

O Coronel da Reserva, Lucio Gutiérrez foi eleito presidente do Equador, em 24 de novembro de 2002, vencendo Álvaro Noboa, o mais rico executivo do país. Em janeiro de 2000, Gutiérrez, ainda subdiretor da Academia Militar, conduziu um golpe de estado que depôs temporariamente o presidente Jamil Mahuad,<sup>63</sup> tendo por isso ido à corte, acusado de comandar uma revolta militar e perdido o direito de exercer suas funções. Existe uma grande descontentamento, no Equador, com o tipo de democracia que o seu desacreditado sistema político e seus partidos vêm produzindo.

<sup>56</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 5 de fevereiro de 2003.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> CRS Report for Congress, Andean Regional Initiative (ARI): FY 2002 Supplemental and FY2003 Assistance for Colombia and Neighbours (Washington, 12 de junho de 2002).

<sup>59</sup> Conference Report on J.J. Res. 2, the 2003 Omnibus Appropriations bill, [www.ciponline.org/colombia/03021301.htm](http://www.ciponline.org/colombia/03021301.htm); and President Bush's foreign assistance budget for FY2004, at <http://www.state.gov/m/rm/rls/cbj/2004/>.

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> O Plano Bi-nacional de Desenvolvimento da Fronteira está contido no acordo de paz de 1998, entre o Equador e o Peru. Ele contempla os seguintes tipos de programas: programa bi-nacional para o desenvolvimento da infraestrutura econômica e social, programas bi-nacionais para a construção e a melhoria da infraestrutura econômica e social e das questões ambientais e os programas para a promoção da iniciativa privada.

<sup>62</sup> Entrevista do ICG, Washington 21 de março de 2003.

<sup>63</sup> Gutiérrez comandou a revolta dos cadêtes e de membros de outras faculdades militares, contra os oficiais militares de alto grado e apoiou a tomada do Parlamento, pela Confederação de Nacionalidades Indígenas Equatorianas (CONAIE). Ver também: Franklín Ramírez, "Las paradojas de la *cuestión indígena* en el Ecuador", in *Nueva Sociedad*, N<sup>o</sup>176, November-December 2001, pp. 17-23.

Reformas institucionais, tais como a promulgação de uma nova Constituição em 1998, falharam em trazer a estabilidade. Desde 1997 o país sofreu dois golpes de estado e teve quatro presidentes.

De 1998 a 2000 o Equador viveu uma crise financeira e bancária de proporções nunca vistas. Apenas 23 dos 44 bancos que existiam em 1996, continuaram funcionando, três anos depois. Estima-se que a operação “Salvação dos Bancos” custou entre U.S.\$ 2,7 bilhões a \$ 4 bilhões, e a crise financeira ainda está longe do fim.<sup>64</sup> Uma inflação incontrolável, levou o governo Mahaud a dolarizar a economia em janeiro de 2000,<sup>65</sup> o que significa a necessidade da entrada contínua de moeda americana para fazer face a um declínio próximo de 30 por cento do PIB (U.S \$ 20 bilhões em 1998 para \$ 14 bilhões em 2000). O Equador consegue contornar essa situação, graças ao preço de seu petróleo, que manteve um preço alto no mercado mundial e, por causa das divisas enviadas ao país, por equatorianos que vivem no exterior (U.S. \$ 1.2 a 2 bilhões anualmente).<sup>66</sup> Entretanto a fragilidade da sua economia é indicada pelo declínio de suas exportações, no setor não petrolífero e, pelos dez anos consecutivos de balança comercial negativa.<sup>67</sup>

A eleição de Gutiérrez foi recebida com cautela, principalmente, por causa das questionáveis credenciais democráticas do novo presidente. Em todos os setores ele enfrenta desafios monumentais: reduzir a enorme dívida externa, reativar a economia, gerar empregos, combater a pobreza, melhorar as relações com os E.U.A. – e idealizar uma política efetiva para o conflito colombiano.<sup>68</sup> As comparações com o presidente Chávez da Venezuela, entretanto,

são principalmente especulações. Durante a sua campanha, Gutiérrez tentou mitigar o receio da comunidade empresarial, ampliando a sua base, majoritariamente de esquerda. Num discurso em Washington em 11 de fevereiro de 2003, ele respondeu a questões relativas às diferenças entre ele e Chávez, enfatizando a necessidade da inclusão do diálogo e participação de todos os grupos no governo e no processo político. Ele também apresentou a si próprio como sendo “o amigo mais próximo dos Estados Unidos” e confirmou seu apoio ao envolvimento da ONU na resolução do problema venezuelano.<sup>69</sup>

Os simpatizantes do novo presidente são minoria incontestável dentre os 100 acentos do Parlamento. Ele terá que mobilizar organizações de base e sindicatos e ter cuidado para ter junto a si, o CONAIE, poderoso movimento indígena, que desempenhou um papel importante na sua vitória e que conta com dois acentos no Gabinete, incluindo o Ministério do Exterior. Essa aliança vital, já está ameaçada devido às medidas austeras, tomadas por sua administração.<sup>70</sup> Gutiérrez está consciente de que está andando numa corda bamba, entre as grandes metas não atingidas, particularmente dentre as comunidades indígenas, e as severas limitações de sua habilidade em gastar e tomar emprestado. Ele conta com o novo oleoduto, para poder recuperar o fôlego financeiro, uma vez que este comece a transportar o petróleo. Enquanto isso, o acordo de 10 de fevereiro de 2003, com o FMI, para o empréstimo de U.S.\$ 200 milhões, também pode causar dificuldades com os seus simpatizantes, mesmo que o FMI o tenha assegurado, que pode manter um rede de segurança social adequada.<sup>71</sup>

Tão logo tomou posse, o novo presidente iniciou um “Diálogo Nacional”, sobre a corrupção, a

---

<sup>64</sup> Edwards, Sandra, “Colombian Conflict Impacts Ecuador”, Washington Office on Latin America (Washington, junho de 2002), p. 1.

<sup>65</sup> Ver: Paul Beckerman, “La vía ecuatoriana hacia la dolarización”, in *Nueva Sociedad*, N<sup>o</sup>172, março-abril de 2001, pp. 111-124

<sup>66</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 12 de fevereiro de 2003; Mauricio León, *Informe sobre migración*, SIISE (Quito 2003). Outra fonte de ajuda é o investimento internacional para a construção de um novo oleoduto para óleo bruto pesado, prevista para ser finalizada em dois anos e que espera gerar U.S.\$ 700 milhões por ano. Ver: Lowell Fleischer, “Challenges Lie Ahead for Ecuador Despite IMF Agreement”, CSIS Hemisphere Focus, Vol. XI, Issue 4, 7 de fevereiro de 2003.

<sup>67</sup> Juan Tacone and Uzel Nogueira, eds., *Informe Andino* (Buenos Aires, 2002), p. 45, table 15.

<sup>68</sup> Miguel Díaz, “Former Coup Leaders Make Gains”, in CSIS, Hemisphere Focus, Vol. X, Issue 20, 25 de novembro de 2002; Fleischer, “Challenges Lie Ahead for Ecuador”, op. cit.

---

<sup>69</sup> Em tom de gozação, Gutiérrez falou que Chávez era um pouco mais gordo que ele mas que ambos eram “Presidentes-coronéis”. Discurso feito pelo Presidente Lucio Gutiérrez no Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, Washington, DC, 10 de fevereiro de 2003. <http://www.csis.org/americas/sa/030210Gutierrez.pdf>.

<sup>70</sup> Enquanto que o CONAIE aceitou as medidas de austeridade e decidiu seguir apoiando o presidente, Gutiérrez teve que prometer aumentar os gastos com segurança social nos setores mais vulneráveis da sociedade equatoriana. “Ecuador: El “debut” de Lucio Gutiérrez”, in *Informativo Andino*, N<sup>o</sup>193, year 16, janeiro de 2003.

<sup>71</sup> Discurso do President Gutiérrez, op cit.

reativação da economia e da competitividade, a pobreza, a política internacional e a segurança da população.<sup>72</sup> Entretanto, a fragilidade do sistema político e a difícil matemática parlamentar sugerem que existe um risco de uma crise política, que poderia fazer pressão para uma nova mudança de governo nos próximos dezoito meses, quando as metas do FMI terão que ser cumpridas, como uma condição para empréstimos futuros.<sup>73</sup>

Internacionalmente, acredita-se que a administração Gutiérrez deva optar por um outro caminho. Os objetivos de sua principal política estrangeira são os de estabelecer uma boa reação com o governo dos E.U.A. A vitória de “Lula” da Silva, no Brasil, ofereceu a Gutiérrez uma margem de manobra maior do que a que ele podia esperar apenas alguns meses antes. Espera-se que o Equador mostre, de alguma maneira, uma maior vontade em apoiar Uribe. A posição oficial do novo governo é a de que a Colômbia tem que resolver, por conta própria, seus conflitos armados internos. Entretanto, desde que tomou posse, Gutiérrez alterou consideravelmente o seu discurso e agora diz que a região não pode ignorar a guerra. Ainda que ele tenha rejeitado as sugestões de uma ajuda militar direta, ele mostrou-se mais aberto, durante a sua visita a Washington, expressando um forte apoio a Uribe, com quem disse se identificar, quando falou que está combatendo os “grupos terroristas” e os traficantes de drogas, que têm causado repercussões negativas para o Equador. Ele prometeu intensificar suas relações com a Colômbia, na segurança da fronteira e no desenvolvimento da infra-estrutura, na luta contra o tráfico de drogas, na preservação do meio-ambiente e na proteção das questões sociais e humanitárias,<sup>74</sup> e reiterou também seu apoio aos esforços da ONU para tentar trazer uma solução negociável ao problema na Colômbia.<sup>75</sup> Ele também usou essa viagem para obter um maior compromisso, dos E.U.A para a ajuda aos programas sociais e econômicos e a seus militares.<sup>76</sup>

<sup>72</sup> “Ecuador: El “debut” de Gutiérrez”, op. cit.

<sup>73</sup> Na verdade, Gutiérrez já tomou um golpe, quando Guillermo Landázuri, da Esquerda Democrática opositora, foi eleito vice-presidente do Parlamento e em seguida assumiu a presidência deste. Entrevista do ICG, 14 de fevereiro de 2003.

<sup>74</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 5 de fevereiro de 2003. Public statement by President Gutierrez in Washington, CSIS forum, 10 de fevereiro de 2003.

<sup>75</sup> Discurso do President Gutiérrez, op.cit.

<sup>76</sup> A administração Bush, prometeu uma combinação totalizando cerca de U.S.\$ 57 milhões, provenientes do orçamento para ajuda estrangeira, que fôra pedido ao Congresso, para o ano fiscal de 2004, sem contra com o que pode ser disponibilizado diretamente pelas fontes do Departamento de Defesa.

## B. VENEZUELA

A Colômbia e a Venezuela compartilham uma longa história em comum, mais de 2.000 quilômetros de fronteiras geralmente desabitadas e um intercâmbio econômico e humano intenso. Cada um é o maior parceiro comercial do outro. Os desacordos sobre algumas questões pendentes sobre a fronteira, incluindo as delimitações, são usados pelos dois países para propósitos políticos.<sup>77</sup> As FARC, o ELN e os paramilitares operam ao longo dessa fronteira, onde são encontrados cultivos significantes de coca e de papoula para produzir ópio, e onde jazem, recursos estratégicos de petróleo. Mesmo que os E.U.A. treinem as tropas colombianas para protegerem o maior oleoduto, Caño Limón-Coveñas e a desafiar o controle que a guerrilha exerce sobre a região de Arauca, os níveis de violência e deslocamentos, nos departamentos colombianos, opostos à Venezuela, estão crescendo.

Ainda que a Guarda Nacional da Venezuela assegure controlar a fronteira, há evidências de que vários grupos armados ilegais atuam lá – tanto as colombianas quanto as Autodefesas

---

<http://www.state.gov/m/rm/rls/cbj/2004/> (Tabelas de contas, páginas 61, 64, 68, 74).

<sup>77</sup> A delimitação do leito submarino, no Golfo da Venezuela, também conhecido como Golfo de Coquivacoa, é particularmente importante, para ambos, considerando-se o potencial de reservas petrolíferas. A disputa, que durou uma década, depois que os dois países delimitaram suas fronteiras em 1941, é centrada no status de Los Monjes, um arquipélago, localizado entre as ilhas de Aruba e a costa do departamento de Guajira, na Colômbia. Venezuela reclama que Los Monjes é composto por dez ilhas o que confere ao país direitos territoriais adicionais sobre as áreas marinhas e submarinas que as envolve. A Colômbia argumenta que Los Monjes é apenas um conjunto de ilhas rochosas, virtualmente desabitadas, exceto pela presença de um ancoradouro, que Segundo as leis internacionais, não basta para conferir à Venezuela, direitos territoriais adicionais. A questão continua em disputa. Em 1990, uma comissão bi-nacional foi estabelecida para negociar cinco questões: delimitação de áreas marinhas e submarinas, rios que cruzam fronteiras, bacias hidrográficas, migrações e projetos de demarcação e desertificação de marcos limítrofes. Durante os anos 90s, a comissão também abordou outras questões, tais como o comércio bilateral e os investimentos. Socorro Ramírez *et al.*, eds., *Colombia-Venezuela, Agenda común para el siglo XXI* (Bogotá, 1999), pp. 162-163.

Unidas da Venezuela<sup>78</sup>. Em março de 2002, o general Martín Carreño culpou os acampamentos das FARC, na Venezuela de terem atacado as tropas colombianas, através da fronteira. Poucas semanas mais tarde, camponeses colombianos, descobriram um acampamento das FARC na província venezuelana de Zulia, adjacente ao departamento colombiano de Norte de Santander. Enquanto que o presidente Hugo Chávez negava que existiam acampamentos de guerrilhas colombianas dentro da Venezuela, várias testemunhas contaram que poucos dias depois, helicópteros das Forças Aéreas Venezuelanas, destruíram um acampamento grande o suficiente para acomodar 150 guerrilheiros.<sup>79</sup>

A Venezuela é um importante ponto de trânsito para as drogas produzidas na Colômbia e em outros países andinos e segundo algumas estimativas, o segundo mais importante ponto de embarque para a cocaína sul-americana destinada aos E.U.A e a Europa.<sup>80</sup> As drogas são contrabandeadas da Colômbia para a Venezuela, não apenas pelo mar, mas também por terra e através do Rio Orinoco, por exemplo, através do departamento de Norte de Santander, para o estado de Táchira.<sup>81</sup> Em um relatório recente, do DNE, notou também que as aeronaves que fazem o contrabando para o Caribe, não mais reabastecem no Norte da Colômbia, devido ao aumento das patrulhas aéreas, mas agora estão usando o território venezuelano, para esse propósito.<sup>82</sup> Entretanto a retomada, na Venezuela, da interdição conjunta americano-venezuelana, que o presidente Chávez havia desativado, por um certo tempo, torna essa rota mais difícil.<sup>83</sup> Em janeiro de 2001, 15.000 cargas de munição

para fuzis de assalto AK-47, foram apreendidos, depois que a Colômbia, derrubou um avião que voava da Venezuela para o departamento colombiano de Arauca.<sup>84</sup> A inteligência militar indica que vôos trazendo armas da Venezuela para a Colômbia e que pousam em pistas clandestinas nos departamentos do leste, como Arauca ou Guainía, são freqüentes.<sup>85</sup> O suposto envolvimento de membros da Guarda Nacional Venezuelana no comércio de armas com a guerrilha colombiana, está sob investigação na Colômbia e é um assunto controvertido para a política na Venezuela.<sup>86</sup> O exército venezuelano, nega veementemente essas acusações, mas diz que não pode garantir que membros das forças armadas não estejam envolvidos.<sup>87</sup>

Cerca de 1.5 milhão de colombianos, vivem na Venezuela, em sua maioria próximos à fronteira, mas destes, apenas uma parte pode ser considerada como sendo refugiados.<sup>88</sup> De acordo com o ACNUR, durante os três primeiros meses de 2002, 387 colombianos solicitaram o estatuto de refugiado, na Venezuela, comparados com 311 em 2001 e 75 em 2000.<sup>89</sup> O número dos que poderiam ser considerados como refugiados, na

<sup>78</sup> Project Counseling Service-Frontiers Program, *Frontiers Report* (Bogotá, julho de 2002).

<sup>79</sup> *El Tiempo*, 1 de abril de 2002.

<sup>80</sup> Se acredita que pelo menos 150 toneladas métricas transitam pelo país anualmente. United States Department of State Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs "International Narcotics Control Strategy Report" (março de 2003) <http://www.state.gov/documents/organization/18169.pdf> p. IV – 53.

<sup>81</sup> López Restrepo and Hernández Arvelo, "Colombia y Venezuela frente al narcotráfico", in Ramírez *et al.*, *Colombia - Venezuela: Agenda Común para el Siglo XXI*, (Bogotá, 1999), pp. 255-256.

<sup>82</sup> Durante 2001, 28 vôos ilegais, da Colômbia para a Venezuela, foram detectados, em comparação com apenas (25), para o Brasil. Para o Peru, apenas um vôo, foi detectado e nenhum para o Equador ou Panamá. Dirección Nacional de Estupefacientes, "La lucha de Colombia contra las drogas ilícitas: acciones y resultados 2001" (Bogotá, March 2002), p. 56.

<sup>83</sup> Um artigo publicado no início desse ano, pela revista colombiana, *Cambio*, mostra que, entre 1999 e 2001, os radars americanos e colombianos detectaram mais de 270 vôos

clandestinos, sobre a Venezuela, que não eram incomodados pelas autoridades venezuelana. "Cielos Abiertos", in *Cambio*, N°458, 1 de abril de 2002.

<sup>84</sup> O corredor Venezuela-Arauca, tornou-se muito popular para o contrabando de drogas e armamentos depois que as autoridades venezuelanas relaxaram as atividades de interdição em 1999 e então as suspenderam em 2001. "Cielos Abiertos", *op. cit.*

<sup>85</sup> <sup>85</sup> "Las armas de Chávez", in *Cambio*, N°489, 19 de agosto de 2002. O rei da droga, no Brasil Fernandinho pretende que entre 1999 e 2001 ele contrabandeou, por ar, do Paraguai e do Brasil, cerca de 150,000 cargas de munição. "La Confesión de Fernandinho", in *Cambio*, N° 463, 6 de maio de 2002.

<sup>86</sup> As autoridades colombianas estão investigando informações de que militares venezuelanos, de alto grau, se encontraram, em 2001, com as guerrilhas, em Arauca, para acertar a entrega de armamentos, fabricados na Venezuela. Outras acusações semelhantes estão sendo feitas por vários militares venezuelanos, que se esforçam para destronar o presidente Chávez.

<sup>87</sup> *El Universal*, "Baduel desconoce venta ilegal de armas", 5 de novembro de 2002.

<sup>88</sup> Project Counseling Service-Frontiers Program, *Frontiers Report* (Bogotá, octubre del 2000). Entrevista de ICG, Washington, 14 de fevereiro de 2003.

<sup>89</sup> ACNUR, "Colombia: miles huyen en las regiones fronterizas", at [www.acnur.org/index.php?id\\_pag=511](http://www.acnur.org/index.php?id_pag=511).

verdade é muito maior: 50.000 a 75.000.<sup>90</sup> A Venezuela aprovou uma lei, sobre refugiados em 2001 que, ainda que bem concebida, é ineficiente pelo fato de que a Comissão Nacional para Refugiados, que deveria aplicá-la, ainda não foi criada. Por isso as solicitações não estão sendo processadas e os colombianos que as enviam, vivem ilegalmente, como se em uma espécie de 'limbo'. O ministro das Relações Exteriores e a Procuradoria Nacional estão revendo um número limitado de casos particulares de maneira *ad hoc*, mas oficialmente, os colombianos que buscam esse estatuto são rotulados de "retirantes em trânsito", um conceito que não existe na Lei Internacional.<sup>91</sup> A Venezuela deporta entre 40 a 50 colombianos, diariamente, o que segundo o ACNUR pode estar pondo em risco, a vida dessas pessoas.<sup>92</sup> Existe também um alerta sobre casos de mortes violentas, de colombianos que vivem na Venezuela, próximos à fronteira.<sup>93</sup>

Hugo Chávez tem tido um difícil relacionamento com a Colômbia, de cima de sua problemática prescindência.<sup>94</sup> A origem das controvérsias é devido, ao menos em parte, à sua visão do mundo, a qual envolve uma considerável dose de ceticismo sobre a influência dos E.U.A na América Latina em geral, e, particularmente, na Colômbia – Através do Plano Colômbia. Chávez fortaleceu suas relações diplomáticas com Cuba, e também com o Iraque, o Irã e a Líbia, através do quadro da OPEP, onde ele almeja uma política que aumente o poder de barganha dos países produtores de petróleo.<sup>95</sup>

Logo que assumiu a prescindência em fevereiro de 1999, Chávez ofereceu-se para negociar os acordos de paz, entre o ELN e o governo colombiano, em Caracas. Isso já havia acontecido uma vez, em 1991, durante o

segundo período da presidência de Carlos Andrés Pérez. Entretanto, quando Chávez –vestido com o uniforme militar – declarou a neutralidade da Venezuela, no conflito, o igualmente novo presidente colombiano, Pastrana, postergou a reunião que estava agendada, por interpretar essa oferta, como sendo um esforço para elevar o status das guerrilhas, dando início a um grande espiral de desentendimento entre os dois governos. A troca de correspondência e notas de protesto, entre os dois, passaram a ter uma ocorrência quase que diária. Um dos momentos mais críticos ocorreu no início de 2001, quando Chávez comandou um exercício militar venezuelano em Castilletes, uma sensível região da fronteira, adjacente ao Golfo da Venezuela. A Comissão de Fronteira Binacional, foi suspensa até o final daquele ano,<sup>96</sup> assim como o chamado Procedimento Operacional Vigente (POV), um acordo de 1997 para coordenar as ações de segurança da fronteira. Este último continua sem ser revisado.<sup>97</sup>

A esquerda revolucionária está presente na Venezuela desde os anos 60 e conseguiu infiltrar-se nas forças armadas. O crescimento da descredibilidade popular, com os partidos tradicionais corrompidos, abriu as portas para o recente reaparecimento. O golpe de estado fracassado, contra o presidente Carlos Andrés Pérez em 1992, marcou a primeira aparição pública de Chávez, na época um tenente coronel, como um dos líderes mais importantes e visíveis da conspiração. Muitos ex-guerrilheiros fizeram parte da coligação política que o levou ao poder, e alguns ocupam cargos importantes no atual governo.<sup>98</sup> A filosofia do movimento, enfatiza as comunidades indígenas latino-americanas e levou a alianças e afinidades com os movimentos revolucionários, da região, mas particularmente

---

<sup>90</sup> *El Colombiano*, "Lucha Antiterrorista opaca el drama de los refugiados" 15 de setembro de 2002.

<sup>91</sup> *Ibid.* e Entrevista do ICG, Bogotá, 19 de novembro de 2002.

<sup>92</sup> De acordo com Ricardo Soberón do PCS, a Guarda Nacional da Venezuela, tenta visar os colombianos que eles acreditam serem imigrantes ilegais e não solicitantes de asilo, em potencial. Entrevista do ICG, Bogotá, 19 de novembro de 2002.

<sup>93</sup> Por exemplo, na cidade de El Amparo, localizada próxima ao departamento colombiano de Arauca, houvera cerca de 40 mortes violentas este ano, a maioria das vítimas, sendo colombianas. *El Tiempo*, 15 de outubro de 2002, p. 1/4

<sup>94</sup> Para uma discussão sobre os altos e baixos da relação durante a administração Pastrana, na Colômbia, 1998-2002, ver E. Cardozo, *Venezuela ante el conflicto colombiano*, typescript, 2002; Socorro Ramírez, "La compleja relación colombo-venezolana. Una mirada histórica a una conyuntura crítica", in *Análisis Político*, maio/Agosto de 2002.

<sup>95</sup> Ver abaixo e também: Juan Romero, *El dilema democrático en Venezuela* (Maracaibo, s.d.).

---

<sup>96</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 4 de fevereiro de 2003.

<sup>97</sup> *El Universal*, 25 de agosto de 2002.

<sup>98</sup> Ver Alberto Garrido, *Guerrilla y conspiración militar en Venezuela. Testimonios de Douglas Bravo, William Izarra, Francisco Prada*. (Caracas, 1999) e Alberto Garrido, *Historia secreta de la revolución bolivariana. Conversaciones con Harold, Puerta Aponte y Camilo* (Mérida, 2000). Um dos mais notáveis ex-guerrilheiros, no governo é Alí Rodríguez Araque, o "Comandante Fausto", que é atualmente chefe executivo da companhia petrolífera estatal PDVSA. Ele foi um dos representantes da Venezuela na OPEP e até atuou como presidente da organização.

na Colômbia. Chávez teve várias reuniões com as guerrilhas colombianas em 1995. Em 2000, uma delegação das FARC visitou Caracas, sem o conhecimento e o consentimento do governo colombiano, para assistir a um simpósio sobre o Plano Colômbia, convidada por seus simpatizantes no Parlamento.<sup>99</sup>

O governo venezuelano, tem criticado o Plano Colômbia, muito mais que os outros governos da região, por acreditar que este seja uma justificativa para a intervenção militar americana. Ele alega que a ajuda para a segurança que a Colômbia recebe, poderia ajuda-la em ter supremacia militar em disputas bilaterais futuras, com relação a questões de fronteira.<sup>100</sup> Uma outra preocupação tem sido a de que uma maior atividade militar possa aumentar o deslocamento tanto dos colombianos como dos próprios insurgentes que, devido aos enfrentamentos, seriam impelidos a cruzar a fronteira. Algumas dessas preocupações foram minimizadas – o que não significa que foram esquecidas- devido à mudanças, em 2001, no Plano Colômbia original. O apoio americano à Iniciativa Andina Anti-drogas, como descrito acima, colocou uma ênfase nas questões sociais e ambientais e visualiza mais assistência para os outros países da região.<sup>101</sup> Até então os efeitos dos desbordamentos nunca foram tão dramáticos como temiam os críticos.

A Venezuela se recusa a declarar os insurgentes das FARC e do ELN como terroristas, depois que os E.U.A. declarou a sua “guerra ao terrorismo” e não participou da mais recente pesquisa do presidente Uribe, argumentando que isso poderia ser interpretado como uma interferência nos negócios da Colômbia. Entretanto

ela deve declarar como terroristas, os paramilitares colombianos. Depois do ataque a bomba do 7 de fevereiro de 2003, no clube social El Nogal, em Bogotá, a Venezuela passou a apoiar a resolução 837 do Conselho Parlamentar da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou a ação, identificou as FARC como responsáveis e obrigou os estados membros a tomarem medidas, incluindo o cumprimento das resoluções da ONU e os tratados internacionais sobre terrorismo.<sup>102</sup> Chávez enviou a Uribe uma declaração formal de condolências e solidariedade com a Colômbia e a sua luta contra o “terrorismo”, mais sem expressamente mencionar as FARC.<sup>103</sup>

A grave crise interna na qual a Venezuela vem entrando – incluindo o golpe de abril de 2002 que retirou por um breve espaço de tempo o presidente Chávez e desencadeou greves por vários meses no final de 2002 e início de 2003, que tentaram tirar-lo prematuramente do poder – forçaram a administração venezuelana a fazer ajustes técnicos em sua atitude com relação ao conflito colombiano. Ela agora deve calibrar todas suas ações com relação ao seu vizinho, por causa da possibilidade de sofrer impactos que possam ameaçar a sua própria sobrevivência política.<sup>104</sup>

O retorno de Chávez à presidência em abril de 2002, só ocorreu devido ao apoio de parte das forças armadas, um apoio em massa por parte de seus simpatizantes e depois de a OEA e líderes regionais rejeitarem a mudança constitucional.<sup>105</sup>

<sup>99</sup> El Tiempo, 28 de novembro de 2000. Um outro incidente produziu desentendimentos diplomáticos, envolvendo José María Ballestas, um membro do ELN, acusado de seqüestrar um avião da Avianca, com seus 41 passageiros em 1999. Ele foi detido em março de 2001, por agents da polícia venezuelana e da Interpol mas extraditado para a Colômbia, por ordem da Corte Suprema Venezuelana, após dez meses de negociações entre os dois governos. O presidente Chávez criou um outro incidente diplomático em abril de 2001, quando na presença do ministro da defesa colombiano ele afirmou sua oposição a uma solução military para o conflito de seu vizinho e disse que a Venezuela não vê os insurgents como inimigos desde que estes não ataquem aos cidadãos venezuelanos. *El Universal*, 1 de maio de 2001.

<sup>100</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 13 de novembro de 2002.

<sup>101</sup> Além do que o montante concebido para a Venezuela para 2004, US\$ 5 milhões é considerado pequeno demais para fazer alguma diferença. Entrevista do ICG, Bogotá, 29 de março de 2003.

<sup>102</sup> OEA, *Resolución del Consejo Permanente CP/RES. 837 (1354/03), Condena a actos terroristas en Colombia*.

<sup>103</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 17 de fevereiro de 2003.

<sup>104</sup> Para a Colômbia, a crise venezuelana causou, acima de tudo, uma queda em suas exportações para aquele país. Durante os primeiros 53 dias de greve geral entre o período de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003, as exportações colombianas para a Venezuela caíram de 40 por cento. Em seguida a paralização da extração de petróleo na Venezuela ocasionou falta de combustível em alguns departamentos colombianos. Ver “El coletazo”, em *Semana*, 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 2003, pp. 26-27.

<sup>105</sup> Em 12 de abril de 2002, em meio a uma grande confusão, Chávez foi substituído por um suposto governo de transição comandado por Pedro Carmona, que foi o presidente da FEDECAMARAS, a federação das câmaras de comércio. Esse ato foi caracterizado como um golpe, depois que decretou a suspensão de todos os poderes políticos. Enquanto que Chávez voltava rapidamente ao

Em seguida ao seu retorno ao poder em abril de 2002, Chávez passou a adotar um tom menos confrontador em vista à Colômbia e aos E.U.A. Este último que após de ter dado sinais ambíguos, logo em seguida o fim do golpe, fez esforços através da OEA e de outros, para dar apoio ao governo constitucional.

A polarização interna em todos os níveis, na Venezuela, parece ser o principal fator de impedimento a implantação da política externa de Chávez. Não existe reconciliação para a crise do final de abril de 2002 e a situação agravou-se nos meses que se seguiram. A oposição representa uma convergência de setores empresariais, trabalhistas, sociedade civil, muitos partidos políticos e alguns dissidentes militares. Ela tem sido liderada desde junho de 2002 pela Coordenadoria Democrática (CD), que foi estabelecida em seguida a assinatura do Acordo de Reconstrução Democrática e é agora reconhecida tanto interna como internacionalmente, como sendo a interlocutora para a oposição.<sup>106</sup>

A CD sentou à mesa junto com a OEA, o Grupo Mediador Tripartidário (OEA, PNUD e o Carter Center), e o governo. Seu percurso anticonstitucional em abril de 2002, fez com que a oposição perdesse a simpatia internacional. Entretanto, pelo fato de focalizar-se num voto antecipado para o fim do governo Chávez, ela foi capaz de se reagrupar interna e internacionalmente. Ainda assim a CD, assim como o governo, tem sido criticada, por falhar na aceitação de compromissos razoáveis. Ainda que exista uma crítica generalizada à maneira errática de governo de Chávez, e preocupações quanto às violações à liberdade civil, a oposição falhou na definição de uma proposta política convincente e de uma estratégia de estabilização e

reconstrução pós-Chávez. A remoção parece ser o seu único propósito.<sup>107</sup>

A oposição persegue seu objetivo, apresentando mais de dois milhões de assinaturas ao Tribunal Eleitoral Nacional, em 4 de novembro de 2002, em busca de um referendo antecipado, pedindo a renúncia do presidente. A recusa do governo em aceitar tal referendo, desencadeou uma greve geral de três meses, que afetou a indústria petrolífera e que resultou numa perda de receita estimada em cerca de U.S.\$ 4 bilhões. As previsões são de que o PIB possa cair de 17 a 20 por cento em 2003.<sup>108</sup> A greve também levou a ameaças de um aumento da violência civil em larga escala, o que levou o Secretário Geral da OEA, general Cesar Gaviria (ex-presidente colombiano) à Caracas várias vezes.<sup>109</sup>

Gaviria e o Grupo Mediador Tripartidário mudaram-se virtualmente para a capital, onde eles se reuniam quase que diariamente, num esforço para evitar uma confrontação. Também está agora envolvido o Grupo de Apoio à Venezuela, criado pelo presidente brasileiro Lula da Silva, durante a posse do presidente equatoriano Lucio Gutiérrez e que inclui: Brasil, Chile, México, Portugal, Espanha e os E.U.A.<sup>110</sup> A intenção básica do grupo é dar apoio à tentativa de Gaviria em encontrar uma solução negociável e constitucional. Enquanto que o ministro das relações exteriores da Venezuela, Roy Chaderton deu boas vindas à iniciativa, o presidente Chávez expressou a consternação por a Venezuela não ter sido consultada antes do estabelecimento do grupo e disse que ele gostaria

---

poder, 85 pessoas morreram e 565 ficaram feridos durante o ato. Para uma análise da crise, ver: A. Francés & C. Machado, eds., *Venezuela: La crisis de abril* (Caracas, 2002).

<sup>106</sup> O Acordo de Reconstrução Democrática concluído pela oposição Anti-Chávez, contempla a “construção de uma democracia eficiente, onde o trabalho das instituições é cumprido de forma transparente, com plena liberdade e responsabilidade; o desenvolvimento de uma prosperidade duradoura que promova a livre iniciativa, igualdade e inclusão social; a criação de espaços onde os cidadãos possam se encontrar e se reunir; a criação de um aparelho do estado, não submisso às regras e interesses de um partido, respeito pelo cumprimento da democracia, participação da cidadania e a participação da Venezuela na comunidade internacional, baseada na cooperação que promova o respeito aos direitos humanos.” Paris, 6 de julho de 2002.

---

<sup>107</sup> Entrevista do ICG, Washington, 20-21 de março de 2003. Ver também, Tomás Martínez, “Er wid bleiben”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 14 de Janeiro de 2003.

<sup>108</sup> “The Bolivarian revolution marches on”, *The Economist*, 6 de fevereiro de 2003.

<sup>109</sup> Em seguida à greve, quatro dissidentes, incluindo três soldados, que a apoiavam, foram assassinados. Os líderes da oposição acusaram o governo de não ajudar com os inquéritos dos suspeitos, os quais eram supostamente, simpatizantes de Chávez. *El Tiempo*, 21 de fevereiro de 2003, pp.1/4-5.

<sup>110</sup> Os E.U.A. apoiaram a iniciativa, após haverem renunciado a uma própria. Ver: Karen De Young, “Venezuela Initiative Readied”, *The Washington Post*, 10 January 2003, p. A1.

de ter incluído outros países, tais como a China, a Rússia e a Argélia.<sup>111</sup>

Ainda assim a Colômbia continua a ser um item na “agenda quente” entre o presidente e seus oponentes, mesmo não sendo uma prioridade pra o acudado Chávez.<sup>112</sup> Tão logo em 18 de fevereiro de 2003, quando a sua greve geral estava acabando, o CD, organizou uma passeata à embaixada colombiana em Caracas, afim de expressar a sua solidariedade ou governo Uribe e condenar o terrorismo e –numa clara alusão ao próprio governo – “àqueles que apoiam isso”.<sup>113</sup> Além do mais, a relação entre Chávez e Uribe é muito delicada sendo o comlombiano, mais apoiado. O líder venezuelano não gosta da ênfasis de Uribe em querer resolver o problema colombiano através do aumento da força militar. Ele mostra-se incomodado e preocupado por saber o quão importante é o apoio, não apenas da OEA, mas também dos E.U.A. e da UE e receia que, se novas dificuldades bilaterais surgirem, a boa impressão obtida por Uribe, no exterior, possa levar a Venezuela a um rápido isolamento (e também ao seu próprio).

Esse receio de fraqueza é provavelmente, em primeira instância, o responsável por um número de ajustes políticos que a administração Chávez fez. Pelo fato de ter apoiado a resolução 837 da OEA, depois do atentado à bomba, em fevereiro, ao clube El Nogal, ele chegou mais perto do que nunca de censurar as guerrilhas e de comprometer-se a cooperar com a Colômbia, no combate a estes.<sup>114</sup> O ministro Chaderton, das relações exteriores, compareceu à reunião ministerial sobre a segurança, em Bogotá e assinou o acordo final.<sup>115</sup> Antes disso e com efeitos ainda mais práticos, a própria Venezuela, voltou atrás e aceitou o reinício dos vôos de tripulação mixta, sobre seu território, para a busca de aviões usados para o tráfico

de drogas. Quando Chávez tomou posse em 1999, ele negou permissão para esses vôos, chamando os mesmos de incompatíveis com a soberania nacional. A mudança de política ocorreu depois da visita a Caracas, em 22 de setembro de 2002, do Assistente do Secretário de Estado, Thomas Shannon.<sup>116</sup> O encontro de novembro de 2002, na Colômbia, entre Chávez e Uribe, pareceu confirmar um novo espírito de grande pragmatismo e cooperação.

Ainda é muito cedo pra saber se tudo isso representa uma mudança substancial nas relações bilaterais ou apenas uma maquiagem temporária, devido a crise interna venezuelana e a sua necessidade em evitar uma alienação da comunidade internacional. Os discursos de Chávez e muitos outros pronunciamentos oficiais, continuam contendo ainda muito do velho fervor ideológico. Como, as acusações mútuas que continuam sendo feitas, e que dizem que o outro lado não está fazendo o suficiente para patrulhar e assegurar a fronteira comum.<sup>117</sup>

### C. PANAMÁ

Ha uma histórica distância, nas relações entre os dois países, devido ao descontentamento colombiano com a separação do Panamá, defendida pelos E.U.A., em 1903, como parte das manobras para a construção do Canal do Panamá e pela ausência de uma rodovia ligando os dois países. Durante a maior parte do século vinte, o Panamá teve uma importância geoestratégica, derivada do canal, construído e controlado pelos E.U.A., mas que foi devolvido àquele país em 1999. Com 78.000 quilômetros quadrados e 2.9 milhão de habitantes, é de longe o menor vizinho da Colômbia. O governo conservador do presidente Mireya Moscoso (1999-2004) é o segundo democraticamente

<sup>111</sup> *El Tiempo*, 13 de janeiro de 2003, p. 1-4; *El Espectador*, 2 de fevereiro de 2003, P. 4A.

<sup>112</sup> Entrevista do ICG com os diplomatas andinos e americanos e com especialistas independentes venezuelanos, em fevereiro de 2003.

<sup>113</sup> *El Tiempo*, 19 de fevereiro de 2003, p. 1/8.

<sup>114</sup> Por exemplo: em 30 de março Chávez revelou, em seu programa de radio seminal, que ele tinha dado ordens para bombardear um grupo irregular armado, não especificado, colombiano, que havia cruzado a fronteira com a Venezuela. O presidente enfatizou que a operação tinha sido bem sucedida e que o grupo retornara à Colômbia. Ele em seguida confirmou que havia sido programado um encontro com Uribe, para a discussão questões de fronteira e bilaterais e diminuir as tensões. *El Tiempo*, 31 de março de 2003, p. &/7.

<sup>115</sup> *Declaración*, 12 de março de 2003, op. cit..

<sup>116</sup> *El Universal*, 28 de setembro de 2002.

<sup>117</sup> Os incidentes também continuam. Depois que o ministro do interior colombiano criticou a falha da Venezuela em declarar as FARC como uma organização terrorista, por exemplo, o presidente Chávez respondeu duramente em 23 de fevereiro de 2003, e um dia depois uma bomba explodiu no consulado da Colômbia em Caracas. Panfletos assinados por um grupo radical pró-Chávez, foram encontrados for a do prédio, ainda que o grupo não tenha assumido a autoria do violento ato. <http://www.nytimes.com/reuters/news/news-venezuela.html>.

eleito desde que os E.U.A. depôs a Manuel Noriega em 1989.<sup>118</sup>

A fronteira de 225 quilômetros, com a Colômbia, dá-se através da região de selva e montanhas de Darién e desde muito é um assunto de segurança, primária. Em seguida à derrota do exército em 1989 e sua extinção em 1994, o Panamá possui apenas uma força policial, as Forças Públicas do Panamá (FPP), que possui alguns componentes navais e aéreos. As FPP, as quais são subordinadas ao Ministério do Governo e da Justiça, não têm capacidade para patrulhar a fronteira leste, de maneira efetiva. Apesar desses problemas e da intensificação do conflito colombiano, a segurança não tem sido uma prioridade política para os governos panamenhos durante os anos 90, pelo fato de a presença de militares americanos, na Zona do Canal, ser percebida como um proteção e um fator inibidor a uma estrutura de defesa nativa.

A promulgação dos “Fundamentos da Política Panamenha de Segurança”, em junho de 2000, seis meses depois da saída dos americanos, do Panamá, foi o primeiro passo para solucionar essa situação. Essencialmente, o Panamá assumirá a responsabilidade pela segurança do Canal, sem conceder o direito de intervenção a nenhuma força estrangeira – uma grande diferença do plano feito seis meses antes, que ainda admitia o retorno de tropas estrangeiras. De acordo com o ministro do Governo e da Justiça, Winston Spadafora, a nova política, almeja combinar a coordenação entre os serviços de segurança existentes, para que possa proteger o Canal e as fronteiras, em particular a colombiana, e visualiza uma forte campanha contra o tráfico de drogas e de armas e também da criminalidade comum.<sup>119</sup>

Entretanto o Panamá continua vulnerável às incursões de grupos armado irregulares e de traficantes de drogas e armas. O último, de uma longa série de incidentes, envolvendo paramilitares colombianos, causou a morte de quatro civis, em 18 de janeiro de 2003. O ataque levou cerca de 600 pessoas a deixarem o vilarejo e a procurarem refúgio em Boca de Cupé, uma pequena cidade próxima à fronteira com a Colômbia, mas com um posto de polícia. De acordo com a imprensa e relatórios de ONGs, os paramilitares acusavam as suas

vítimas de colaborarem com as FARC, que também rondam a área.<sup>120</sup> Essa é uma justificativa comum para os massacres de civis cometidos pelas forças paramilitares dentro da Colômbia.

De acordo com a ONG Project Counselling Service, 873 colombianos, no Panamá, solicitaram o estatuto de refugiados, 763 receberam e outros 2000 estariam em condições de solicitar. A maioria dos refugiados são colombianos de origem afro ou indígena, do departamento de Chocó, onde os paramilitares e as FARC vêm disputando, por cinco anos, um corredor estratégico. A falta de recursos e a limitada presença do estado na região de Darien, são os principais responsáveis pela agressividade do governo panamenho em vista aos refugiados colombianos, o que geralmente faz com que não sejam observadas as normas nacionais e internacionais. Os maus tratos aos refugiados e o repatriamento forçado, eram comuns antes da assinatura da “Declaração Sobre Deslocamentos nas Zonas de Fronteiras Entre o Panamá e a Colômbia”, em novembro de 2000.<sup>121</sup> Ela enfatiza que as repatriações devem ser feitas em condições de segurança e dentro das normas.<sup>122</sup> Entretanto o Panamá tem mostrado pouco interesse nas questões de direito humanitário. No contexto da preocupação generalizada da população quanto ao aumento da violência, creditada à influência de delinquentes colombianos, a ênfase foi dada à segurança. Os refugiados têm sido tratados como imigrantes ilegais.<sup>123</sup> De acordo com um observador, “entre 1995 e 1996, a política oficial era repatriar os

<sup>118</sup> O predecessor de Moscoso, Ernesto Pérez, recebeu o cargo do presidente temporário, Guillermo Endara, após vencer as eleições de 1994.

<sup>119</sup> “Panamá: Plan de seguridad rechaza presencia militar extranjera”, em *Inforpress Centroamericana*, N<sup>o</sup>1374, 30 de junho de 2000.

<sup>120</sup> Consejo Noruego para Refugiados, “Incurción y asesinatos de líderes indígenas”, typescript (Bogotá, 23 de janeiro de 2003); *El Tiempo*, 28 de janeiro de 2003, p. 1/2.

<sup>121</sup> De acordo com as fontes do ICG, algumas deportações arbitrárias ocorreram sob o consentimento do Consulado da Colômbia, no Panamá, aparentando uma clara violação, por parte dos dois países, da Convenção de Geneva Sobre Refugiados.

<sup>122</sup> Entrevista do ICG, Cidade do Panamá, 3 de abril de 2002.

<sup>123</sup> Por exemplo, O Ofício Nacional para Assuntos sobre Refugiados no Panamá (OPNAR), não possui escritórios na região de Darién, onde estão a maioria dos colombianos que buscam proteção, ao invés de cuidar dos refugiados, ele concentra seu trabalho, em reuniões com as autoridades panamenhas. Entrevista do ICG com Ricardo Soberón, Bogotá, 19 de novembro de 2002.

refugiados. Agora, quando está sendo oferecida ajuda humanitária, a estratégia é aluga-los”.<sup>124</sup>

Em seguida a incursão paramilitar de janeiro de 2003, o ministro das relações exteriores, Harmodio Arias, reuniu-se em Bogotá com os ministros colombianos, para discutir sobre a segurança na fronteira e o tráfico de armas.<sup>125</sup> Eles concordaram em fazer esforços adicionais para o patrulhamento e a Ministra do Exterior, Carolina Barco, sublinhou a necessidade de uma comissão de fronteira bi-nacional, como a Colômbia já tem com os outros vizinhos. A polícia colombiana anunciou planos para a construção de quinze novos postos policiais nos vilarejos próximos à fronteira panamenha.<sup>126</sup>

O Panamá é um ponto de trânsito estratégico, não apenas por causa do seu intenso tráfico marítimo e aéreo, mas também pelo fato de a rodovia Panamericana conectar o país às américas Central e do Norte. As drogas, vindas seja das cercanias do porto de Turbo, no Golfo de Urabá, seja de localidades ao longo da costa pacífica<sup>127</sup>, são contrabandeadas, através da região de Darién, em lanchas de corrida e em pequenos aviões que as lançam em áreas remotas.<sup>128</sup>

A Zona Livre de Colón, um porto de zona franca, na costa caribenha, sempre foi um ponto de comercialização de produtos contrabandeados da Colômbia, por barco e vendidos nas cidades por uma fração do valor de produtos legalmente importados. Os contrabandistas tiram a mercadoria do Panamá, ou a registram como exportação para a Colômbia, mas a atravessam para a Colômbia, sem nota fiscal. Em 2000, a diferença entre os valores registrados, pelas autoridades panamenhas e colombianas, como

exportações para a Colômbia foi de U.S.\$ 582 milhões.<sup>129</sup> Em 2001, esse número caiu para U.S.\$ 499 milhões. Na metade e no fim dos anos 90, o contrabando vindo do Panamá chegava em média a U.S.\$ 1,4 bilhões ao ano, algo como 10 por cento do total importado pela Colômbia.<sup>130</sup>

Em novembro de 2001, 3.000 fuzis de assalto AK-47 e cinco milhões de cargas de munição foram entregues, no porto de Turbo, a um grupo paramilitar, próximo à fronteira panamenha. Eles foram vendidos pelo exército panamenho, que diz ter recebido um pedido de compra da polícia panamenha. As autoridades panamenhas disseram que os documentos de compra e venda, eram falsos<sup>131</sup>. Desde que estes países fazem parte da Convenção Interamericana Contra o Tráfico Ilegal de Armas, a OEA investigou, encontrou negligências em ambos os lados e advertiu sobre a possibilidade de uma operação de escoamento de armas, ainda maior, em benefício dos paramilitares.<sup>132</sup> Ainda que casos dessa escala, não sejam comuns, várias rotas são usadas para atravessar, armas, drogas e produtos contrabandeados – a principal razão pela qual existe uma feroz disputa, entre as FARC e os paramilitares, pelo controle dessa fronteira, relativamente pequena.

O presidente Moscoso, confirmou o apoio de seu governo à política de segurança da administração Uribe e aos esforços pelo combate às drogas, durante sua visita à Colômbia, em dezembro de 2002.<sup>133</sup> Essa é uma mudança para o Panamá, que havia expressado um apoio geral ao processo

<sup>124</sup> Por exemplo, várias centenas de colombianos localizados na cidade panamenha de Jaqué, não estão autorizados a trabalhar ou a estudar, e são trancados entre paredes todas as noites as 21h. *El Colombiano*, “Lucha Antiterrorista opaca el drama de los refugiados”, 15 de setembro de 2002.

<sup>125</sup> Em 26 de janeiro de 2003, a guarda costeira colombiana apreendeu um carregamento com 81 fuzis de assalto, AK-47, aparentemente vindos do Panamá e destinados às forças paramilitares colombianas. *El Tiempo*, 27 e 28 de janeiro de 2003, pp. 1/9 e 1/2.

<sup>126</sup> *El Tiempo*, 29 de janeiro de 2003, p. 2/7.

<sup>127</sup> Uma viagem do porto de Turbo ao porto de Colón, no Panamá, em lanchas de corrida, dura aproximadamente oito horas.

<sup>128</sup> Departamento de Estado, dos Estados Unidos - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs “International Narcotics Control Strategy Report” (março de 2002) p. V-44.

<sup>129</sup> Direção de Impostos e Aduanas Nacionais (DIAN), “Informe de Coyuntura sobre el contrabando” (Bogotá, setembro de 2001).

<sup>130</sup> *Ibid.* O valor contrabandeado do Panamá em 1995, por exemplo, foi de U.S.\$ 1,4 bilhões, enquanto que o valor total de importações na Colômbia, foi de U.S.\$ 12,929 bilhões.

<sup>131</sup> Os armamentos deixaram a Nicaragua oficialmente, para serem enviadas ao Panamá, mas o destino final era a Colômbia, onde elas foram desembarcadas, escondidas numa carga de bolas de plástico. Para mais detalhes sobre esse caso, ver: *El Tiempo*, “Arsenal burló a 4 países” 25 de abril de 2002, p.1-2

<sup>132</sup> Basicamente, o relatório de 600 páginas, da OEA, comprova a negligência e a corrupção por parte das autoridades nicaragüenhas e colombianas. Ele também diz que uma operação ainda maior de contrabando de armas para os paramilitares colombianos, pode estar em andamento. *El Tiempo*, 21 de janeiro de 2003, p. 1/8.

<sup>133</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 18 de fevereiro de 2003.

de paz, do presidente Pastrana, predecessor de Uribe, pondo em ênfase os direitos humanos e a assistência humanitária às vítimas da guerra – e a não intervenção nos assuntos internos da Colômbia. Mesmo com recursos limitados e sem exército, os sentimentos de vulnerabilidade do Panamá, levaram o seu governo a dar prioridade à uma expansão da presença do Estado ao longo da fronteira e ao desenvolvimento da região.

A nova preocupação do Panamá, sobre a segurança regional, em particular após o 11 de setembro de 2001, é refletida no acordo Becker-Salas, de 2002. Esse acordo, ainda que criticado pelo antigo presidente (Jorge Illueca, 1984) como destruidor da soberania, permite aos oficiais de justiça americanos, comandarem operações anti-drogas e efetuarem prisões no Panamá.<sup>134</sup> O governo também indicou querer Ratificar uma emenda do “Tratado Inicial de Segurança Democrática na América Central”, assinado, sob condições, pelo Panamá, em 1997. De acordo com fontes do Ministério Panamenho de Exterior, a emenda do Tratado Inicial, conteria estipulações específicas, sobre o combate ao terrorismo na região e no mundo.<sup>135</sup> Quatro dias após o atentado à bomba de 7 de fevereiro, no clube El Nogal, em Bogotá, o Panamá sediou o Encontro de Chefes de Estado centro-americanos. De uma discussão entre o ministro argentino do exterior e o presidente Uribe, saiu a Declaração do Panamá, condenando o terrorismo das FARC, discutido acima. Dentre todos os países solicitados, pelo presidente Uribe a declarar as FARC, como uma organização terrorista, apenas o Panamá aceitou, ainda que de maneira discreta.<sup>136</sup>

#### D. PERU

Face a seus graves problemas internos, a possibilidade eminente de um desbordamento do conflito colombiano, não é uma prioridade para o Peru. Uma pesquisa de opinião, conduzida antes da visita do presidente americano, George Bush, em março de 2002, mostrou que para a população de Lima, os assuntos econômicos eram muito mais significantes. Entretanto um dos aspectos desse conflito, a sua ligação com o tráfico de drogas, interessa aos peruanos, os quais suspeitam que a grande razão para o aumento no cultivo da coca e da papoula do ópio, em 2002, é a pressão

crescente que a administração Uribe vem fazendo contra isso, dentro da Colômbia.<sup>137</sup>

Apesar de muitas ligações históricas e sociais, os peruanos vêem a Colômbia como uma distante vizinha. Em agosto de 2002, quando se perguntou, qual dos países Sul-americanos eles mais admiravam, 21 por cento responderam Brasil, 16 por cento Chile e apenas 2 por cento a Colômbia. Perguntados diretamente sobre a Colômbia, 34 por cento expressaram uma visão favorável e 50 por cento uma desfavorável – uma queda em relação aos 56 por cento favoráveis em 1996, o que parece ser devido ao acirramento da guerra civil.<sup>138</sup>

A administração de Alejandro Toledo crê que uma possível erradicação dos cultivos ilícitos, na Colômbia, irá acarretar numa expansão do cultivo da coca no Peru, pelo fato de esta mesma migração ter-se dado em sentido inverso no final da década de 90 – da Bolívia e do Peru, para a Colômbia. Os primeiros sinais já são aparentes, e existem preocupações de que possam se desenvolver ligações entre os grupos armados irregulares peruanos e colombianos, ainda que isto não tenha acontecido no passado.<sup>139</sup> Existem relatórios recentes, ainda não substanciais, que dizem que remanescentes do Sendero Luminoso, que fora um forte grupo guerrilheiros peruano, estão sendo pagos para trabalhar como acompanhantes dos traficantes de drogas, quando estes movem a droga para o Brasil.<sup>140</sup>

Apesar da erradicação manual de 80.000 hectares durante os últimos seis anos, o Peru continua sendo o segundo maior produtor de folhas de coca, no mundo. Os plantadores dos vales de Alto Huallaga, Ene e Apurimac, bloquearam as rodovias e protestaram na esperança de parar com as ações de erradicação. A pasta de coca é transportada para os países vizinhos, incluindo a Colômbia e o Brasil, para ser refinada. Entretanto, desde a queda dos cartéis de drogas na Colômbia, uma parte disso está sendo agora,

<sup>134</sup> Panamá América, 18 de março de 2002.

<sup>135</sup> Entrevista do ICG, Cidade do Panamá, 3 de abril de 2002.

<sup>136</sup> Declaración de Panamá, 11 de fevereiro de 2002.

<sup>137</sup> Entrevista do ICG, com diplomatas peruanos, 19 de fevereiro de 2003.

<sup>138</sup> Números fornecidos pelo Instituto Apoyo, Lima.

<sup>139</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 7 de fevereiro de 2003. Enquanto 17.600 acres de cultivo de coca eram destruídos no Peru em 2002, o cultivo hoje cresceu para não menos de 90.400 acres.

<sup>140</sup> Entrevista do ICG, 18 de março de 2003.

feita no Peru, antes da droga ser embarcada para os E.U.A e Europa, através de portos de pesca, como os de Callao e Chimbote.<sup>141</sup> A força anti-drogas do Peru, DINANDRO, estima que existem aproximadamente, 1.200 hectares de papoula de ópio, no país, e que isso está se expandindo. A DINANDRO também localizou vários laboratórios de morfina, próximos às fronteiras colombiana e equatoriana.<sup>142</sup> Existem ainda a especulação de que as FARC distribuíram sementes da papoula do ópio para os camponeses do Vale de Huallaga e que encorajam o cultivo ativamente.<sup>143</sup>

As autoridades acreditam no entanto que a enorme fronteira de 1.600 quilômetros é uma zona também natural, na qual os grupos armados colombianos encontrarão dificuldades para operar. Durante os últimos meses de 2002, os governos Toledo e Uribe expandiram sua cooperação em segurança. Em novembro de 2002, os ministros do exterior ativaram um Mecanismo de Segurança e Cooperação Judicial<sup>144</sup>, contemplando a cooperação bilateral contra o terrorismo, as drogas, a corrupção e o tráfico de armamentos. Somando-se a isso, o Peru e a Colômbia assinaram acordos de interdição fluvial e aérea e de cooperação policial. Em outubro de 2002, os ministros da defesa criaram o Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa, para coordenar a cooperação da segurança, no mais alto nível político.<sup>145</sup> O alto comando das forças armadas dos dois países, encontram-se anualmente. Inclusive, essa colaboração bilateral é a melhor dentre todas as dos países vizinhos. Isso reflete um melhora considerável em comparação com a época em que o governo Fujimori tentava desacreditar a Colômbia, frente aos E.U.A. para apresentar a se mesmo como sendo o melhor aliado americano, na região, e Vladimiro Montesinos, Assessor de Segurança de

Fujimori e chefe de inteligência, foi envolvido na venda de armas às FARC.<sup>146</sup>

Os problemas do Peru, hoje em dia, são primariamente internos, e farão inevitavelmente, diminuir, tanto a sua inclinação quanto a sua habilidade em se tornar envolvido com as dificuldades colombianas, excetuando-se as de impacto direto em seu próprio território. A vitória eleitoral do presidente Toledo, em junho de 2001, sete meses depois da queda em desgraça, dos dez anos Fujimori, pareciam anunciar novas oportunidades para o Peru. Entretanto, a falta de uma estratégia clara e a divisão do parlamento erodiram a maior parte desse otimismo.<sup>147</sup> Mesmo que o presidente Toledo tenha recebido nas eleições de 2001, o mandato, de forma legítima, ainda que enfraquecido, alguns analistas concordam que ele não tem controlado sua agenda política durante os seus primeiros vinte meses, nem tem sido a sua organização política, *Perú Posible* (PP), capaz de fortalecer sua precária situação.<sup>148</sup>

<sup>141</sup> Caretas, "Otra vez, COCA PERU", 17 January 2002, at [www.caretas.com.pe/2002/1704/articulos/coca.phtml](http://www.caretas.com.pe/2002/1704/articulos/coca.phtml)

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> Sharon Stevenson, "The FARC's Fifth Column", in *Newsweek*, 21 de janeiro de 2002.

<sup>144</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 7 de Fevereiro de 2003. O mecanismo foi criado no ano anterior. Ele foi feito para ser utilizado pelos vice ministros do interior, defesa, justiça, e assuntos exteriores, os quais devem se encontrar em Lima, mais tarde, em 2003.

<sup>145</sup> Ministerio de Defensa, "Ministros de defensa del Perú y Colombia condenaron toda forma de delincuencia común", Nota de prensa N<sup>o</sup>055-02 OIP-MINDEF (Lima, 11 de outubro de 2002).

<sup>146</sup> A descoberta desse fato levou à ruptura entre Fujimori e Montesinos, à queda do regime, e à prisão de Montesinos. Um dos maiores esquemas para atravessar armas para a Colômbia era coordenado pelas FARC no início de 2000, quando caixas cheias de fuzis de assalto AKM-47, uma versão moderna do AK-47, eram lançadas de para-quedas pelas aeronaves sobre a selva de Guanía. Um total de 10.000 fuzis foram comprados, pelo preço de U.S.\$ 700.000, ao exército da Jordânia, o qual Alegou que estava vendendo a representantes oficiais do exército peruano. As investigações subsequentes mostraram que o homem que alegava ser o representante das Forças Armadas Peruanas era de fato um oficial da reserva que havia trabalhado no Serviço de Inteligência Nacional Peruana junto com Montesinos. Na verdade, foi Montesinos, agora diretamente implicados na operação, quem orgulhosamente anunciou, em agosto de 2000, que a inteligência peruana havia descoberto essa rede de tráfico de armas.

<sup>147</sup> O partido do presidente conseguiu fazer uma aliança de trabalho com um outro partido, para um número limitado de questões com alguns poucos parlamentares, mas essa colisão carece de uma maioria absoluta, de uma disciplina interna e de uma coerência programática. Por exemplo: cinco deputados do partido do presidente recentemente se declararam "independents". Um certo número de conflitos internos também complicaram as relações entre o parlamento e o executivo e a tomada de decisões.

<sup>148</sup> As fraquezas políticas de Toledo e do PP, refletem-se no Parlamento. Dos 120 acentos da câmara única do Congresso peruano, o PP ocupa 45. O principal partido

Fundado em janeiro de 1999, o PP constitui-se mais num movimento improvisado, construído em torno de um único líder carismático, do que um partido político sólido. Durante a campanha eleitoral de 2000, Toledo encontravam-se muito abaixo do presidente, em exercício, Fujimori e dos dois outros principais candidatos da oposição, o prefeito de Lima, Alberto Andrade, e o independente, Luis Castañeda. Entretanto, em janeiro de 2000 Toledo emergiu como maior adversário de Fujimori, devido principalmente à uma campanha sistemática de difamação e segundo devido às acusações lançadas pelo governo, contra Andrade e Castañeda. Toledo conseguiu apresenta-se como candidato pela oposição contra o regime Fujimori, por sublinhar o seu compromisso com a “democracia”, denunciando a “ditadura” Fujimori e confrontando o “passado” contra o “futuro” e a “capital” contra o “campo”. Num país onde mais de 50 por cento da população é indígena e pobre ele beneficiou-se também do fato de ter vindo desse mesmo meio e evoluído até chegar a ser um economista do Banco Mundial.

Ainda que o governo possa mostrar indicadores econômicos, promissores, como baixa inflação (2 por cento em 2002), deficit fiscal (2,2 por cento do PIB em 2002) e projeção de crescimento média (5 por cento para 2003), a difícil situação fiscal (mais gastos com a dívida externa), requer austeridade.<sup>149</sup> O governo também está pagando o preço por ter subestimado os problemas e superestimado a sua capacidade de lidar com eles. O índice de aprovação do presidente Toledo, caiu de 59 por cento, em agosto de 2001 para 14 por cento em outubro de 2002. Ainda que ele tenha melhorado um pouco no início desse ano, chegando a 30 por cento em janeiro, ele caiu novamente para 21 por cento em março.<sup>150</sup> A abertura de um espaço para a participação política e o dissenso depois da queda de Fujimori, estimulou os protestos dos setores sociais, receiosos de estarem lidando com um governo debilitado. O perigo é que esses resíduos de protestos, que algumas vezes evoluem para violência, possa ocasionar sérios problemas ao redor do país, se isso se

juntar às dificuldades que o governo está tendo em desenvolver um extensivo sistema de governos regionais. O presidente Toledo lançou uma iniciativa para eleger governos regionais, logo após a sua posse.<sup>151</sup> Isso responde à demanda geral por uma descentralização mas, o processo que foi conduzido precipitadamente, com governadores regionais e provincianos e prefeitos nos distritos, eleitos em 17 de novembro de 2002, numa eleição que viu o partido do presidente fazer muito pouco. A APRA obteve 12 dos 25 governos regionais, os independentes obtiveram 12 e o PP de Toledo apenas um.<sup>152</sup> A lei criando as regiões foi posta em vigor justamente no dia das eleições, e as relações com os departamentos existentes continua indefinida. Enquanto que o governo central insiste que o regionalismo deve ser de forma gradual, com o assentamento das autoridades e das funções, somente depois que as novas autoridades provarem suas capacidades em exercer o posto. Os resultados das eleições incentivaram os recém eleitos governos regionais, de oposição, a pressionaram para obter mais poder e maiores financiamentos. O principal partido de oposição (APRA) deseja reclamar o maior número possível de financiamentos, afim de poder produzir resultados, nos governos regionais que eles controlam, antes das eleições presidenciais e parlamentares de 2006. Entretanto algumas circunstâncias fizeram com que a APRA agisse com uma maior moderação. Seu principal líder, o ex-presidente Alan Garcia, sabe que tem que livra-se de seu estigma de líder irresponsável e populista. Até certo ponto Toledo pode beneficia-se de uma estratégia da APRA e de Garcia, evitando uma confrontação decisiva. A APRA, por sua vez, pode ter uma boa oportunidade de tomar o poder se Toledo terminar o seu mandato, sem obter muito sucesso. O governo Toledo, apesar de esforço em delegar poderes, teme que um aumento muito rápido na autonomia aliado a uma independência fiscal, nas regiões possa lhe causar sérios problemas fiscais.

de oposição, a *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) 28, *Unidad Nacional* 17, e a *Frente Independiente Mobilizador* (FIM) 11. O PP tem conseguido construir uma aliança de trabalho com o FIM e, num pequeno número de questões, com alguns outros parlamentares. Entretanto, mesmo com essa aliança, não chega a obter maioria. A aliança também carece de disciplina, o que torna incerta a capacidade do presidente de levar adiante o seu programa.

<sup>149</sup> Números fornecidos pelo Ministério da Economia e Finanças.

<sup>150</sup> [http://www.elcomerciope.com.pe/online/html/2003\\_porcento2D03\\_porcento2D17/onlpolitica7021.html](http://www.elcomerciope.com.pe/online/html/2003_porcento2D03_porcento2D17/onlpolitica7021.html); for the earlier period, *The Economist*, 14 de novembro de 2002.

A situação política interna, também tende a fazer com que Toledo pense cuidadosamente em se aproximar mais da Colômbia e da estratégia de segurança do presidente Uribe. Uma pesquisa de opinião pública, publicada a algum tempo mostra

<sup>151</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 7 de fevereiro de 2003.

<sup>152</sup> Números fornecidos pelo Ofício Nacional de Processos Eleitorais (ONPE).

a falta de sentimentos positivos em relação à Colômbia. Há também o fato de o caráter esquerdista da APRA, querer colocar em seu discurso uma ligação de Toledo e de seu partido, com o Plano Colômbia, apoiado pelos E.U.A., o que é muito impopular no Peru. Particularmente depois que aumentou o número de plantadores de coca no governo. Toledo tem tentado alinhar um perfil baixo, com uma mais pragmático de cooperação, em campo, com a Colômbia.

## E. BRASIL

Luíz Inácio “Lula” da Silva, que foi eleito como o vigésimo sétimo presidente brasileiro, em outubro de 2002, com 61,3 por cento dos votos do segundo turno, tem um programa forte mas que necessita satisfazer à enorme expectativa de seus eleitores, ao mesmo tempo em que deve enfrentar desafios internos e externos. O seu Partido dos Trabalhadores (PT) é o mais forte do país, mas ele necessita construir uma colisão no Congresso Nacional e nos estados da federação, muitos dos quais são governados por partidos da oposição. Isso tem que ser conseguido, sem afetar o apoio das alas mais tradicionais do PT, nos sindicatos, nas zonas rurais, e entre a classes baixa e os trabalhadores das cidades de médio e grande porte. Será muito importante para a política externa do seu governo, a maneira como ele conduzirá tudo isso, mas o conflito civil da Colômbia parece ser um assunto de menor consideração. As questões de prioridade internacional como as de acordos internacionais (o Acordo de Livre Comércio das Américas e as negociações OMC), as de integração regional e as da economia mundial<sup>153</sup> são as difíceis decisões, que terão que ser tomadas ao longo dos quatro anos. Para conseguir a flexibilidade necessária para fazer os investimentos sociais, o governo de Lula irá necessitar de um amplo leque de acordos internacionais, incluindo o re-financiamento dos enormes débitos que vencem no final de 2003.

Entretanto, as expectativas otimistas para com a performance macroeconômica do Brasil em 2003, continuam sendo apenas expectativas. Com uma dívida pública de mais de U.S.\$ 260 bilhões (55 por cento do PIB) e a taxa de juros básicos nacional de mais de 25 por cento ao ano, a vulnerabilidade externa da economia irá exigir uma política fiscal rígida

durante o primeiro ano, de maneira a quebrar o círculo vicioso da alta inflação, da alta taxa de juros, de mais dívidas e de maiores deficits na balança de pagamento. O governo de Lula deve ser ajudados a curto prazo, por um aumento no valor da moeda, mas irá ter que equilibrar os compromissos sociais, adquiridos durante a campanha com a fraqueza do estado em manter um superávit fiscal.

Para assegurar os observadores, alguns dos principais economistas e líderes políticos do novo governo anunciaram que a coerência fiscal pode pedir um corte seletivos dos gastos e de segurança social e reforma dos impostos para que se obtenha um superávit ainda maior do que o acordado com o FMI.<sup>154</sup> Essas circunstâncias tornam muito difícil o financiamento de um verdadeiro pacto social. Para fazer investimentos sociais, o governo Lula, necessitará de um amplo leque de acordos internacionais, incluindo o re-financiamento dos enormes débitos que vencem no final de 2003.

O novo governo ainda está formulando a sua política em vista à Colômbia. A complexidade do conflito armado e sua importância para a segurança andina é reconhecida, assim como a agenda dos E.U.A. para a América Latina. No entanto o principal interesse para a política brasileira, parece estar ligado ao papel da administração Uribe na negociações econômicas entre o Mercosul e a Comunidade andina (CAN).<sup>155</sup> A implementação do Mercosul e os projetos de integração regional na América Latina são vistos como a forma mais efetiva de assegurar que a concretização de vários tratados comerciais atualmente em andamento<sup>156</sup> sejam mais favoráveis ao Brasil.

Lula, já de início, herda um passado de diplomacia. Durante os quatro últimos anos, os governos Cardoso e Pastrana, mostraram apenas um leve interesse em desenvolver uma parceria. Ainda que a preocupação do Brasil sobre uma possível regionalização do conflito colombiano aumente, Bogotá geralmente evita um

<sup>153</sup> Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra, em *Política Externa*, vol.11, N<sup>o</sup>02, novembro de 2002, pp. 5-11 *Partido dos Trabalhadores (PT), Programa de Governo da Aliança de Governo de Lula: Política Externa para Integração Regional e Negociações Globais* (São Paulo, 2002).

<sup>154</sup> Ver febraban.com.br/des\_projecoes.asp.

<sup>155</sup> Entrevista do ICG, São Paulo, 8 de novembro de 2002.

<sup>156</sup> Isso inclui o Tratado de Livre Comércio das Américas, o encontro da OMC em Doha, Mercosul-União Européia, e acordos bilaterais com a China e com outros.

envolvimento exterior, que seja do Brasil ou da ONU.<sup>157</sup>

A política brasileira tem sido baseada nos seguintes pilares: 1) Apoio diplomático ao processo de paz; 2) os princípios de soberania e não-intervenção; 3) Melhorar a capacidade brasileira para controlar o tráfico de drogas e armas na região amazônica. Esse suporte diplomático, para o processo da paz, com as FARC e o ELN foi claro, mas discreto. Até o momento em que se estabeleceu, em março de 2001, a Comissão de Facilitação Civil (CFC), incluindo o Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela, quando o Brasil se limitou a defender a soberania da Colômbia, nos forums internacionais e se recusou a denominar os grupos armados de “forças beligerantes” ou “terroristas”.<sup>158</sup> O Brasil não voltou atrás, mesmo depois do pedido do presidente Uribe para que ele reconhecesse as FARC como um grupo terrorista, após o atentado a bomba no clube El Nogal, em 7 de fevereiro de 2003.<sup>159</sup> Nesses últimos dois anos, as iniciativas diplomáticas do Brasil, com relação à Colômbia têm sido a busca de acordos bilaterais e de colaboração técnica nos setores da agricultura, modernização administrativa, e meio-ambiente, para serem financiados pelo Banco Interamericano do desenvolvimento (BID). O Brasil, segundo informou o ex-presidente Pastrana, estaria disposto a tomar parte na (CFC), se convidado, mas isso não aconteceu.<sup>160</sup> Quando, no período de janeiro a fevereiro de 2002, o processo de paz com as FARC fracassou, o Brasil apoiou a decisão de Pastrana, em retomar a Zona Desmilitarizada (ZDM).

O Brasil sempre suspeitou do Plano Colômbia, em parte por causa da longa tradição do país em defender o princípio da não intervenção,<sup>161</sup> e em parte pelo fato de a sua opinião pública vê-lo como uma ferramenta usada pelos E.U.A. para uma intervenção. Por

exemplo, em um debate no Congresso, sobre o Plano Colômbia, em 2001, 58 por cento dos representantes do governo e 92 por cento da oposição chamaram a isto de um perigo potencial para a soberania do Brasil.<sup>162</sup> O governo, por sua vez, foi mais moderado, mas criticou a política como sendo orientada em demasia em direção ao lado militar, aproximando-o das opiniões dadas por vários outros países Latino-americanos, pela União Européia e pelo Japão. Dentre as objeções mais específicas, há a constante mudança nas justificativas dos E.U.A e da Colômbia –algumas vezes, chamando o Plano Colômbia de uma iniciativa de paz, e outras vezes de um plano para uma reconstrução econômica e institucional, e mais à frente voltando a dizer que é uma estratégia para o combate ao tráfico de drogas; o fato de não se saber como a Colômbia vai financiar a sua parte no acordo; o fato de as pulverizações aéreas de herbicidas, serem suspeitas e de causarem um alto custo social e ecológico; e de que a separação entre as operações militares anti-drogas e anti-insurgência serem artificiais, aumentando o risco de um desbordamento do conflito e de um aumento da presença militar americana.<sup>163</sup>

<sup>157</sup> Para um resumo de argumentos e evidências disponíveis sobre a “regionalização do conflito colombiano”, ver Angel Rabasa e Peter Chalk, *The Colombian Labyrinth: the synergy of drugs and insurgency and its implications for regional stability* (Washington, 2001). Para uma crítica sobre essa visão “Columbocêntrica” da crise andina, ver Socorro Ramirez, “La Internacionalización del Conflicto y de la Paz en Colombia”, em Luis Restrepo, *El Plan Colombia y la Internacionalización del Conflicto* (Bogotá, 2001), pp.13-114. Ver ainda Martha Ardila, (ed.), *Colombia y la Seguridad Hemisférica* (Bogotá, 2001).

<sup>158</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 6 de fevereiro de 2003.

<sup>159</sup> *El Tiempo*, 20 de fevereiro de 2003, p.1/7

<sup>160</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 6 de fevereiro, de 2003

<sup>161</sup> Paulo Vinentini, “O Brasil e as Noções de Soberania e Não-Intervenção”, em Wilhelm Hofmeister, *Segurança e Democracia*, (São Paulo, 2001), pp. 55-67.

<sup>162</sup> Sobre a participação do Brasil no conflito, metade dos entrevistados (governo e oposição) foram favoráveis ao fornecimento de informações do SIVAM/SIPAM à Colômbia, enquanto que metade foram contra. Sobre o envio de tropas brasileiras para ajudar o governo colombiano no combate ao tráfico de drogas e aos grupos armados, foram contra 86 por cento dos congressistas governistas e 97 por cento dos da oposição. INESC, *Plano Colômbia: Perspectivas do Parlamento Brasileiro* (Brasília, 2002), pp. 65-76.

<sup>163</sup> Para o início do Plano Colômbia e um avaliação crítica do que era uma perspectiva de oposição colombiana, ver Restrepo, *El Plan Colombia y la Internacionalización del Conflicto*, op.cit. Restrepo é agora o diretor da equipe de negociação de paz colombiana. Para ver os resultados, ver Leonardo Carvajal & Rodrigo Pardo, “La Internacionalización del Conflicto Doméstico y los Procesos de Paz: evolución reciente y principales desafíos”, in Martha Ardila, Diego Cardona and Arlene Tickner, eds., *Prioridades y Desafíos de la Política Exterior Colombiana* (Bogotá, 2002), pp. 181-236. Sobre a presença dos Estados Unidos na Colômbia, ver: [www.stratfor.com](http://www.stratfor.com). Para uma apresentação objetiva do Plano Colômbia, vista da perspectiva dos E.U.A, ver, the Congressional Research Service Report RL30541, “Colombia: Plan Colombia Legislation and Assistance” (FY2000-2001).

Sem um consenso no executivo e no legislativo, de como o Brasil poderia apoiar o processo de paz e com ressalvas sobre a maneira com que Bogotá e Washington estavam abordando os aspectos de segurança do conflito, o Brasil optou por ajudar a si mesmo. Numa rara convergência da esquerda, que se opõe à intervenção estrangeira, nos problemas da regionais, e uma extrema direita, apoiadora dos esforços de aprimoramento da capacidade brasileira em defender a sua fronteira amazônica,<sup>164</sup> uma questão ainda mais delicada, devido às especulações de tráfico de drogas entre as FARC e as tropas colombianas e brasileiras.<sup>165</sup>

A floresta tropical úmida torna difícil o monitoramento das fronteiras. Os aviões brasileiros voam sobre a Colômbia para pegar drogas nos pouco habitados e enormes departamentos de Guainía, Vichada e Vaupés, no leste da Colômbia,<sup>166</sup> as quais são geralmente trocadas por armas, estimulando um comércio ilegal de armas no Brasil. De acordo com a Polícia Federal brasileira, a cocaína refinada que entra no Brasil, por ar é distribuída nos mercados da Europa e dos E.U.A, enquanto que as drogas que entram para serem consumidas no Brasil, vêm em barcos que usam a rede fluvial que conecta os dois países.<sup>167</sup> O Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e a Prevenção do Crime (UNODCCP) também identificou rotas de tráfico entre o Brasil e a África Central e Sul.<sup>168</sup> O Brasil tornou-se o segundo maior consumidor de cocaína do hemisfério.<sup>169</sup> O governo vê uma clara ligação entre o crescimento da criminalidade nas maiores cidades do país e as drogas e o comércio de

armas com a Colômbia.<sup>170</sup> Mas essa preocupação é relativamente recente. O Brasil, durante muitos anos acreditou que a selva amazônica servia como uma barreira que forçava os contrabandistas de armas e drogas a buscarem rotas mais fáceis.

O Brasil pensou em defender a sua zona de fronteira no oeste amazônico, com uma combinação envolvendo o exército, a polícia federal e a Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN), as quais participam de um plano integrado denominados COBRA (Colômbia-Brasil). Para monitorar e defender os 1.645 Km de fronteira com a Colômbia, o Brasil mantém oito postos avançados, sobre o comando da 16<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Militar, com base em Tefé, outras unidades especiais do exército, subordinadas ao Comando Militar da Amazônia (CMA), cujo quartel general é em Manaus, o Comando Naval do Oeste Amazônico (CNAO), e o 7<sup>o</sup> Comando Aéreo Regional (VII COMAR). Em adição a um programa permanente para a segurança e o desenvolvimento da fronteira norte (o projeto Calha Norte), as forças armadas participam regularmente de exercícios e operações na região. Em maio de 2002, por exemplo, houve uma operação integrada (TAPURU) envolvendo a marinha, o exército e a aeronáutica nos 252.000 quilômetros quadrados da região entre Tefé, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.<sup>171</sup>

Quanto ao lado da política e do reforço das leis, a captura, em 2001, na Colômbia, de Luiz Fernando da Costa (conhecida como Fernandinho Beira-Mar) e a sua rápida expatriação para uma prisão brasileira, foi um novo marco, no ponto de vista qualitativo, para a cooperação bilateral.<sup>172</sup> Sem muita ajuda dos

---

<sup>164</sup> Entrevista do ICG, Washington, 14 de março de 2003.

<sup>165</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 6 de fevereiro de 2003. Por exemplo, em novembro de 1998 unidades das FARC atacaram e ocuparam temporariamente, posições estratégicas em Mitú, a capital do departamento colombiano de Vaupés. No combate que se sucedeu, as tropas colombianas perseguiram os insurgentes através da fronteira com o Brasil e usaram uma pista de pouso brasileira, sem uma permissão prévia. Isso levou o exército brasileiro a responder, o que produziu um incidente diplomático entre os dois países.

<sup>166</sup> Durante o ano de 2001, 25 desses vãos foram detectados pelas autoridades colombianas. Dirección Nacional de Estupefacientes, "La lucha de Colombia contra las drogas ilícitas: acciones y resultados 2001" (Bogotá, março de 2002), p. 55.

<sup>167</sup> United States Department of State - Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs "International Narcotics Control Strategy Report" (Washington, março de 2002), p. IV-13.

<sup>168</sup> Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e a Prevenção do Crime, "Global Illicit Drug Trends 2002" (junho de 2002), p. 116.

<sup>169</sup> Entrevista do ICG, Washington, 14 de fevereiro de 2003.

---

<sup>170</sup> Entrevista do ICG, 7 de fevereiro de 2003

<sup>171</sup> Para informações complementares, ver os sites de internet da Divisão das Américas do Itamaraty – O Ministério do Exterior Brasileiro ([www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)), do Comando Naval da Amazônia Oeste ([www.cnao.mar.mil.br](http://www.cnao.mar.mil.br)), do Comando Militar da Amazônia ([www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br)), do Sétimo Comando Regional Aéreo ([www.aer.mil.br](http://www.aer.mil.br)); da Agência Brasileira de Inteligência Nacional ([www.abin.gov.br](http://www.abin.gov.br)) e do Departamento da polícia Federal ([www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)).

<sup>172</sup> Fernandinho encontravam-se na selva colombiana, próximo à cidade de Barrancominas (Guainía), depois de ter escapado das autoridades brasileiras e paraguaias. De lá ele atravessava, por via aérea, cocaína para o Brasil e

E.U.A – a administração Bush requisitou, em 2003, apenas U.S. \$ 29.5 milhões para o Brasil, dentro da Iniciativa Regional Andina (comparados com U.S.\$ 537 milhões para a Colômbia) e um montante semelhante para o orçamento do Ano Fiscal 2004<sup>173</sup> - O governo brasileiro, ainda assim conseguiu aumentar suas próprias operações anti-drogas. Por exemplo, em 2001, a Polícia Federal, apreendeu 8,1 toneladas métricas de cocaína, duas vezes o montante do ano precedente e também aumentou o número de produtos químicos sob controle federal.<sup>174</sup>

O projeto mais ambicioso do Brasil é SIVAM/SIPAM (Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia), que envolve Vigilância e unidades de alerta antecipado compostos por radares fixos (Três, baseados em Tabatinga, São José da Cachoeira e Tefé), imagens aero-espaciais, sensores de área, Vigilância aérea, e unidades de interceptação. O que significa estar apto à coletar e processar um grande número de informações sobre vôos, violações de fronteira, pistas de aterrissagem, plantações, laboratórios, procedimentos ilegais e outros atos ilegais, na vasta região da Amazônia brasileira, que apenas em sua parte Oeste, cobre 2,19 milhões de quilômetros quadrados. Inaugurado em 2002, espera-se que esteja completamente Operacional em 2004.<sup>175</sup>

Enquanto que a selva amazônica tem mostrado não ser impenetrável, as autoridades continuam considerando que ela impõe grandes limites técnicos para qualquer tentativa seja de grupos armados ilegais, traficantes de drogas ou mesmo as forças armadas regulares, que queiram atuar na região amazônica. Eles estão relativamente tranquilos, mesmo, quanto à possibilidade de o conflito colombiano chegar, de maneira significativa ao território brasileiro. Por isso o governo Cardoso, trabalhou durante o ano 2002, com a assunção, de que mesmo estando o conflito se deteriorando dentro da Colômbia ele não estava desbordando. Os analistas brasileiros interpretam os

---

um pouco de armas e munições do Brasil e do Paraguai, para as FARC.

<sup>173</sup> FY2004 Budget, International Affairs Accounts, op. cit.

<sup>174</sup> Sobre a Iniciativa Andina e a ênfase no desenvolvimento e nas operações anti-drogas, ver Larry Storrs and Nina Serafino, “Andean Regional Initiative (ARI): FY 2002 Supplemental and FY 2003 Assistance for Colombia and Neighbours” (Washington, julho de 2002). Para um relatório completo sobre a performance da política brasileira anti-drogas, ver; U.S. Department of State, “International Narcotics Control Strategy Report: Brazil” (Washington, dezembro de 2001).

<sup>175</sup> Para uma lista sobre os tipos de informações que irão ser produzidas pelos módulos meteorológico, ambiental e territorial do SIPAM, ver, [www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br)

ataque a bomba em Bogotá, que marcaram a posse de Uribe e a forte presença das FARC em Medellín e Cali, nesse período, como uma internalização do conflito, de forma que o Brasil, considera manter um apoio diplomático formal, mas distanciando-se de qualquer envolvimento direto. Essa atitude foi explicada pelo ministro do exterior brasileiro, como uma oportunidade para o Brasil de manter-se imparcial e assim, poder ajudar ambos os lados, caso se comece uma negociação, que traga novos termos.<sup>176</sup>

A política do Brasil teve que ser revista após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, o colapso do processo de paz na Colômbia em fevereiro de 2002 e da ofensiva militar lançada por Uribe, contra as FARC e o ELN, assim que este tomou posse. O Brasil então passou a adotar deliberadamente uma postura diplomática ainda mais distante, esperando para ver como a nova estratégia colombiana evoluiria e assim poder avaliar as reações do governo Bush e do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, aos pedidos de ajuda da Colômbia.<sup>177</sup>

O presidente Uribe, não tinha feito solicitações específicas ao Brasil até o momento em que pediu a ele e aos outros países vizinhos, que declarassem as FARC, como uma organização terrorista, após o atentado à bomba, cometido no EL Nogar. As relações diplomáticas rotineiras e a troca de informações entre os serviços de segurança, têm continuado<sup>178</sup> ao mesmo tempo em que o Brasil reorganiza a sua estrutura de política exterior <sup>179</sup>e a política em vista a

---

<sup>176</sup> Entrevista do ICG, Brasília, 22 de outubro e 2002. O cepticismo da esquerda e da extrema direita em relação à abordagem internacional ao conflito, fornece uma razão adicional para que Brasília, evite uma política ativista.

<sup>177</sup> STRATFOR, “Colombian News Leaks May Be Aimed at Washington”, 8 de outubro de 2002, at [www.stratfor.com](http://www.stratfor.com).

<sup>178</sup> De acordo com o embaixador da Colômbia no Brasil, Jorge E. Garavito Mejia, o governo colombiano estava satisfeito com o grau de cooperação das autoridades brasileiras na vigilância e repreensão dos tráfico de drogas e contrabando de armas e precursores químicos. A principal questão nessa área foi sobre custos e procedimentos para o acesso às informações do SIVAM/SIPAM. Conferência de Jorge Garavito, no seminário sobre “Missões de Paz, Segurança e Defesa” (Rio de Janeiro, 25-27 de novembro de 2002).

<sup>179</sup> O ministro das relações exteriores está trabalhando na criação de uma sub-secretaria para a América do Sul.

Colômbia, continua sendo re-analisada.<sup>180</sup> O Brasil já indicou que ele não pensa em declarar as FARC como uma organização terrorista, porque ele quer ser capaz de atuar no papel de mediador em qualquer negociação subsequente.<sup>181</sup>

Existem indicações de que o relacionamento irá melhorar de alguma forma.<sup>182</sup> Algo disso pode ser atribuído aos contatos diretos entre os presidentes Uribe e Lula na recente solenidade de posse do presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, quando estes discutiram o conflito e uma potencial colaboração, incluindo o desenvolvimento alternativo e uma atividade anti-drogas mais agressiva. Isso parece ser o reflexo de uma descoberta feita em outubro de 2002, que mostrava os esforços dos traficantes para tentar implantar laboratórios no território brasileiro, e também relatava um ou dois encontros destes com as forças das FARC, no mesmo período, e ainda, a descoberta, em fevereiro de 2003, de refúgios das FARC, no Brasil.

A preocupação geral com o impacto direto no Brasil, causado pelo tráfico de drogas na Colômbia está crescendo e vai desde a violência relacionada às drogas, nas grandes cidades, e do aumento no consumo de drogas, por parte dos cidadãos à corrupção gerada pelo dinheiro destas. A exploração de uma possível colaboração também mostra a intenção do novo

governo brasileiro em exercer uma maior liderança na América do Sul.<sup>183</sup> Uma futura discussão entre os presidentes, em março, produziu a decisão em expandir o acesso da Colômbia ao programa SIVAM/SIPAM e, em contrapartida, uma promessa de Lula em dar mais apoio político – mas não uma declaração brasileira considerando as FARC como grupo terrorista.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 6 de fevereiro de 2003.

<sup>181</sup> [www.estadao.com.br/eleicoes/governolula/noticias/2003/ma/27/118.htm](http://www.estadao.com.br/eleicoes/governolula/noticias/2003/ma/27/118.htm).

<sup>182</sup> Nos polos representativos, conduzidos pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), entre janeiro e setembro de 2001, quase todas as entrevistas (99 por cento) mostravam que o Brasil deveria se envolver mais nas questões internacionais, enquanto que 83 por cento acreditavam que o ele deveria ser mais agressivo nas negociações comerciais. Essa opinião é compatível com os problemas que o Brasil enfrenta e era percebida pelos entrevistados, 75 por cento dos quais declararam que o protecionismo dos países ricos é hoje o maior problema para o Brasil, seguido pela desigualdade econômica e tecnológica, entre as nações (52 por cento) e o tráfico de drogas (49 por cento). No Hemisfério Oeste, os países considerados os mais importantes para o Brasil, eram os Estados Unidos (99 por cento), Argentina (96 por cento) e Colômbia (61 por cento). De acordo com a mesma pesquisa, o conflito entre as guerrilhas e o governo colombiano era visto como um problema crítico para o Brasil, em 27 por cento das respostas e como um problema importante, mas não crítico, para 52 por cento. A conclusão foi a de que existe um claro conceito sobre a importância da Colômbia para os planos do Brasil sobre participação internacional. Amaury de Souza, *A Agenda Internacional do Brasil: Um estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa* (Rio de Janeiro, 2002).

---

<sup>183</sup> Entrevista do ICG, fevereiro de 2003.

<sup>184</sup> “Brazil's Lula Pledges Solidarity with Colombia War”, 7 March 2003, [http://story.news.yahoo.com/news?tmpl=story2&cid=574&ncid=574&e=5&u=/nm/20030307/wl\\_nm/brazil\\_colombia\\_dc\\_2](http://story.news.yahoo.com/news?tmpl=story2&cid=574&ncid=574&e=5&u=/nm/20030307/wl_nm/brazil_colombia_dc_2).

### III. CONCLUSÃO

O conflito colombiano está produzindo uma repercussão negativa, significativa, nos cinco países fronteiriços, sendo cada um deles afetado de maneira diferente, de acordo com suas particularidades. É muito pouco provável que os grupos ilegais armados da Colômbia, tenham como objetivo, atingir algum desses cinco governos e nem tão pouco, que eles tenham alguma forte ligação com grupos locais, que possa vir a causar um desafio revolucionário. Mesmo assim, o conflito faz aumentar as pressões internas. O outro lado da moeda é que as políticas anti-drogas e anti-insurgentes da Colômbia são fracamente amparadas por estes vizinhos.

- O Equador e o Panamá são os mais apreensivos, sobre a insegurança de suas regiões de fronteiras, com a Colômbia, pelo fato dessas regiões estarem entre as suas mais pobres e menos desenvolvidas e estarem muito próximas dos maiores centros de cultivo de coca da Colômbia. Ainda que o fluxo de refugiados, resultante da intensificação das pulverizações aéreas com pesticidas e da violência na Colômbia, não tenha sido tão grande como previam alguns observadores, continua a preocupação de que a instabilidade irá piorar a situação econômica local, que já é ruim. Se na pior das hipóteses, o frágil equilíbrio econômico e político do Equador vier a piorar, os grupos armados e os traficantes de drogas colombianos teriam oportunidades de obterem mais acesso e influência. A liberdade relativa de que eles desfrutam atualmente, para transportar o narcótico pelo Equador, já é demasiado séria, para ter feito o presidente Gutiérrez uma linha mais forte, em seu primeiros meses de mandato.
- O Brasil também reagiu ao impacto negativo do conflito no país – basicamente um aumento na criminalidade, nas grandes cidades, alimentado pelas drogas da Colômbia – mas está muito mais tranquilo, quanto à possibilidade de sérios desbordamentos possam por em risco a segurança ou a estabilidade nacional. Isto está fortemente relacionado com a sua selva tropical e a vigilância em larga escala do sistema SIVAM/SIPAM que está em vias de finalização.
- O Peru parece também confiar nas condições adversas de seu terreno de fronteira, como uma barreira parcial contra a entrada de grupos armados e refugiados, mas recentemente também montou uma cooperação militar, em segurança,

com a Colômbia por também entender que os efeitos das operações anti-drogas, do seu vizinho, batem à sua porta na forma de um aumento no cultivo e de trânsito de cocaína purificada, através de seu território. Seu grande receio é perder os benefícios de sua própria campanha de erradicação, na década passada. O quanto o presidente Toledo, pode responder aos pedidos da Colômbia, para uma maior segurança na fronteira, irá depender principalmente de como ele maneja os problemas de sua política interna, criados pelos novos plantadores de coca e pelo programa político de regionalização.

- A postura “neutra” do governo Chávez quanto ao conflito colombiano e em especial às FARC, fez da Venezuela um caso à parte. Na verdade, o governo tolerou e em alguns casos promoveu a presença de insurgentes colombianos na Venezuela, desde que eles não prejudicassem a população. Um predisposição ideológica evidente motivava o governo Chávez, em seus primeiros anos, a distância-se dos esforços de Contenção da insurgência, feitos pelo governo Pastrana, para então permitir às FARC uma presença “diplomática” em Caracas e um presença militar das FARC na região de fronteira, fornecendo ainda a estas um certo apoio técnico. Sua capacidade, mesmo que com desejo político, em monitorar e patrulhar a fronteira, de maneira eficiente, é questionável, mas ele pode fazer mais do que tem feito. A presença e as atividades criminosas dos contingents das FARC na Venezuela tem sido um argumento utilizado pelo grande movimento oposicionista, para pressionar a mudança de governo, durante os últimos quinze meses, mesmo que de uma maneira questionável em termos de constitucionalidade. Essa crise, incluindo seus sérios efeitos econômicos, fez com que Chávez se distanciasse, dos insurgentes, pelo menos temporariamente e assumisse algumas importantes cooperações com os Estados Unidos e a Colômbia, contra os traficantes de droga.

O conflito colombiano é alimentado pela entrada de armas, explosivos, precursores químicos e, algumas vezes, pasta de coca e pela saída de cocaína e de heroína, que vem aumentando, as quais são destinadas aos mercados estrangeiros. Os elementos oficiais mostram, a implicação dos

cinco países da região em atividades ilícitas, seja em um nível ou em outro, porém a maioria das transações têm sido de caráter comercial e não político. Com exceção de alguns setores do governo venezuelano, nenhum, dos países vizinhos tem ajudado os grupos armados colombianos, por causa de afinidades ideológicas. Nem tão pouco esses grupos armados fizeram alguma incursão, em um país vizinho, por causa de razões políticas. Não existem grupos revolucionários equivalentes, nos países limítrofes, ou se existem (no Peru e no Equador), tratam-se apenas de alguns remanescentes de grupos de outrora, ou de grupos ainda no estágio embrionário.<sup>185</sup> A presença dos grupos irregulares armados da Colômbia nas cercanias, é uma questão apenas, tática, técnica ou econômica.<sup>186</sup>

O presidente Uribe tem tido um sucesso limitado nas suas tentativas diplomáticas para conseguir mais apoio regional, contra os insurgentes. Depois do maior ataque a bomba no clube El Nogal em Bogotá, em 7 de fevereiro de 2003, apenas o Panamá respondeu à sua solicitação, para rotular as FARC oficialmente como um grupo terrorista.<sup>187</sup> Essa cautela se aplica ainda mais quando se deve implementar medidas concretas para impedir os insurgentes de obterem aquilo do que necessitam para poderem manter a sua luta armada através da intercâmbio de drogas ou do uso dos dólares da droga. O Equador e o Panamá não querem entrar profundamente no conflito, devido às suas vulnerabilidades. O Brasil e a Venezuela estão relutantes em fazer uma declaração formal sobre as FARC, em parte por que eles não querem entrar nas ações globais dos E.U.A por uma “guerra ao terrorismo”, especialmente enquanto Washington promove uma campanha isolada de guerra no Iraque. O presidente Chávez, tem a sua razão ideológica e o Brasil acredita que um tal movimento pode tornar mais difícil, a sua assistência, numa futura negociação pela

---

<sup>185</sup> Os recém-nascidos, grupos paramilitares da Venezuela são talvez a exceção mas grupos como estes existem em muitos países, incluindo no Sul dos E.U.A, na fronteira com o México.

<sup>186</sup> Uma razão pra isso pode ser natureza conservadora do maior desses grupos, as FARC, como uma organização insurgente. Seus líderes, não confiam na maior parte de seus membros para chegar a envia-los ao exterior. As deserções dos combatentes, quando em missão no exterior, têm aumentado a cautela das FARC a esse respeito. Entrevista do ICG, Bogotá, 19 de fevereiro de 2003.

<sup>187</sup> Para a consternação que isso produziu em Bogotá, ver os comunicados recentes do Ministro do Interior Fernando Londoño e da Ministra da Defesa, Martha Ramírez, Radio Caracol, 21 de fevereiro de 2003 e *El Tiempo*, 21 e 23 de fevereiro de 2003.

paz.<sup>188</sup> O Peru tem respondido mais mas a posição política relativamente frágil do seu presidente e as suas preocupações interna fazem com que pareça difícil que ele possa fazer mais do que tem feito até o presente.

Nem por isso o conflito colombiano deixa de ser um problema regional e não somente nacional; as implicações regionais são recíprocas. Enquanto mostra-se óbvio que ele afeta mais direta e extensivamente a estabilidade da Colômbia, ele também afeta a capacidade de todos os países andinos em cumprir com os seus próprios e sérios desafios internos. A Colômbia e os seus vizinhos necessitam fazer mais para conseguirem juntos a paz e a estabilidade, não importando se as FARC sejam ou não declaradas como terroristas. A maneira de se conseguir isto é por fim às acusações e recriminações mútuas e iniciar uma cooperação mais eficiente e compreensiva, para o controle e o desenvolvimento das fronteiras, intercâmbio e informações e cooperação judicial, confiança entre os serviços de segurança e na luta contra às drogas e o tráfico de drogas.

Seria benéfico a formação de uma estratégia de segurança regional dentro do quadro da Comunidade Andina de Nações (CAN) e nas bases de acordos de cooperação entre a CAN e o Brasil e o Panamá, mas uma ação conjunta pode também ser tomada imediatamente via acordos políticos *ad hoc*. A Colômbia havia esperado este mesmo resultado quando convocou seus vizinhos à nível ministerial depois da adoção da Resolução 837 da OEA e das resoluções de apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, depois do terrível atentado do El Nogal. Pelo fato de essa iniciativa não ter atingido às expectativas, a cúpula para a segurança do hemisfério, que será realizada no México, em maio de 2003, poderá ser uma nova oportunidade.

Os seis países deveriam concentrar os seus esforços nas seguintes áreas:

*Controle das fronteiras e suporte Operacional.* Todas as fronteiras da Colômbia necessitam ser mais monitoradas e patrulhadas. Se o seu exército adquirir a maior mobilidade e capacidade que Uribe está buscando, tendo

---

<sup>188</sup> Entrevista do ICG, Bogotá, 6 de fevereiro de 2003.

aliados para operações que neguem refúgio aos grupos ilegais, poderá ser um elemento vital para uma estratégia militar mais efetiva. Essa pode ser a mais importante ação singular, que os vizinhos da Colômbia poderiam promover. Planos de contingência conjuntos devem ser desenvolvidos para minimizar os riscos de desentendimentos e aumentar as chances de sucesso nos eventos de larga escala, quando os militares enfrentam os grupos armados junto às fronteiras. A prioridade deve ser dada aos setores mais vulneráveis da fronteira colombiana, esses junto ao Equador, Panamá e a Venezuela.

Em vista à magnitude dessas tarefas, às condições geográficas adversas, e à falta de efetivos, é indispensável que os guardas de fronteira colombianos se mantenham em constante contato com os seu homólogos, nos países vizinhos. No intuito de uma melhor cobertura, a patrulha deve ser compartilhada. Os guardas de fronteira em ambos os lados devem ser melhor equipados com lanchas velozes e onde se faça necessário, helicópteros para que possam ir rápido ao local de um incidente.

Também poderia ser mais fácil, do ponto de vista político, se ficasse claro que uma maior cooperação em questões de segurança, pressupõe uma estratégia que tente incluir os grupos ilegais armados, à mesa de negociações.

*Desenvolvimento de fronteiras.* A segurança também depende do desenvolvimento das regiões de fronteiras as quais em sua maioria são muito pobres e subdesenvolvidas. A experiência entre o Peru e o Equador no desenvolvimento das fronteiras e a Zona Integrada de Fronteiras entre a Colômbia e do Equador podem fornecer importantes lições. O Trabalho das cinco comissões bi-nacionais de fronteira pode ser intencificado e colocado num nível político mais elevado. Quando existem centros populacionais junto às fronteiras, deve ser dada uma ênfase para a construção de uma infra-estrutura e de uma assistência humanitária, e um desenvolvimento social e econômico. Isso poderá incluir benefício nos impostos, para os investidores, “crédito facilitado” para fazendeiros e artesões e à extensão de serviços básicos de saúde e educação. Em outras regiões, programas ecológicos, como os de reflorestamento ou o estabelecimento de reservas naturais transfronteiriças, podem ser alternativas que podem receber apoio de agências de cooperação técnica internacional, do BID e do Banco Mundial.

*Troca de informações de inteligência, reforço das leis e cooperação judicial.* Um maior controle fronteiriço e

uma maior segurança, pressupõe uma capacidade de inteligência avançada. Os guardas de fronteira só podem impedir os traficantes de drogas e armas e os grupos armados irregulares se eles souberem onde eles estão. É crucial que o Brasil e a Colômbia concordem rápido com os termos pelos quais a Colômbia poderá obter mais informações produzidas pelo SIVAM/SIPAM. Mais intercâmbio de informações com os E.U.A e cooperação entre as agências de inteligência da região deve também ser visualizável.

Cooperação entre os setores de reforço da lei e da justiça é mais um pilar na luta contra os traficantes de armas e de drogas e os grupos armados irregulares da Colômbia. De maneira a se tomar uma maior ação contra os esquemas de lavagem de dinheiro e as alianças regionais do tráfico de armas e de drogas, mais informação deve ser tomadas através das agências de reforço das leis, as normas legais devem tornar-se compatíveis e os procedimentos judiciais gerais devem ser expedidos.

*Consolidação da confiança entre as forças militares e policiais.* A fornecimento de equipamentos militares sofisticados, americanos para o Plano Colômbia, não tem sido bem recebida pelos militares dos países vizinhos, particularmente os da Venezuela. Esse fato gera preocupações sobre um desequilíbrio militar em favor da Colômbia. A troca com a Iniciativa Andina de Contenção às Drogas, com alguma extensão em assistência militar, econômica e social, para os estados da região, pode ter apaziguado um pouco a situação, mas no contexto das disputas de fronteiras existentes e das tensões políticas entre a Colômbia e a Venezuela, torna-se importante que haja confiança entre as forças de segurança dos dois países. Os encontros, mais ou menos regulares entre as lideranças militares e policiais da Colômbia com as dos seus vizinhos, deve se tornar mais frequentes e especificamente direcionados à cooperação para a defesa e a segurança e nas medidas de consolidação.

Na medida do possível, devem ser estabelecidas regras claras para se saber o que os militares vizinhos estão preparados para fazer quando forem avisados pela Colômbia que ações militares contra a guerrilha ou grupos paramilitares, na fronteira, estão para serem tomadas. Por isso, estas informações devem ser

confiáveis e devem receber uma resposta, verdadeira, segura e confiável, para que se possa atuar com base nas mesmas. Um encontro entre os ministros da defesa e das relações exteriores, das nações andinas, ou seus representantes, do Brasil e do Panamá, promovido pelo Presidente Uribe, em 12 de março de 2003, facilitou de algum modo essas trocas.

*Ação regional combinada na luta contra as drogas e os traficantes.* A recente política anti-drogas da Colômbia, foi recebida com reservas pelos seus vizinhos. A própria Colômbia foi criticada, particularmente pela pesada concentração de pulverizações aéreas, utilizada como a sua principal ferramenta para a erradicação. Os E.U.A. foram também criticados por terem colocado peso demais nos aspectos militares e de menos nas violações dos direitos humanos e ainda por concentrarem as suas atenções, quase que exclusivamente, na Colômbia. Uma mudança em direção a uma abordagem andina, nesses dois últimos anos, amenizou algumas preocupações, mas não as críticas de que a sua política é desequilibrada e pende em direção à ajuda militar, mesmo estando, os estados da região, conscientes de carecerem de uma melhor assistência militar. Parte do problema, entretanto, está relacionada diretamente às preocupações sobre o cultivo e o tráfico de drogas, em particular, se uma abordagem mais ampla não for feita, pelo fato de que os ganhos obtidos com a erradicação na Colômbia, ocasionarem um aumento da pressão para o cultivo, no Peru e no Equador e ainda as de que o sucesso colombiano, na interdição das rotas de tráfico no Norte, fará com que aumente a procura por novas rotas através desses outros países.

Há a necessidade de um programa regional a nível andino para o combate às drogas, envolvendo o Brasil e o Panamá, que complemente o Plano Colômbia e que quem o total apoio e envolvimento dos E.U.A, da UE e de outros. Ambos, o Programa Internacional das Nações Unidas para o Controle da Drogas (UNDCP) e a Comissão Inter-americana para o Abuso e Controle das Drogas, da Organização dos Estados Americanos (CICAD), podem desempenhar um papel na ajuda da concretização desse objetivo. Um programa como esse deveria ter como componentes chaves, inevitavelmente a erradicação, interdição, reforço das leis, e alternativas para o desenvolvimento, porém deveria dar mais recursos prioridade ao desenvolvimento alternativo. Também poderia buscar um consenso em torno da importância de se esboçar um enfoque, a longo prazo, sobre as necessidades dos países da região, tendo como doadores os E.U.A., a U.E, e outros países, assim como a colaboração das instituições financeiras internacionais, para se re-pensar a prioridade dada ao combate da pobreza rural. Removendo os obstáculos diante das oportunidades econômicas, para o camponês pobre, ao passo em que se aumenta a presença do estado no tocante ao acesso à escola, saúde, proteção física e legal, segurança, poderá ser o componente que está faltando à política de longo termo de combate às drogas.

**Bogotá, Bruxelas, 8 de abril de 2003**

## ANEXO A

### MAPA DA COLÔMBIA E DOS SEUS VIZINHOS

#### COLOMBIA AND ITS NEIGHBOURS



## ANEXO B

### REFUGIADOS COLOMBIANOS E SOLICITANTES DE ASILO

|           | Em dezembro de 2000 |                       |       | Em dezembro de 2001 |                       |       | Em dezembro de 2002 |                       |       |
|-----------|---------------------|-----------------------|-------|---------------------|-----------------------|-------|---------------------|-----------------------|-------|
|           | Refugiados          | Solicitantes de asilo | Total | Refugiados          | Solicitantes de asilo | Total | Refugiados          | Solicitantes de asilo | Total |
| Equador   | 1602                | 150                   | 1752  | 1957                | 2472                  | 4429  | 3517                | 7441                  | 10958 |
| Panamá    | 1381                | 90                    | 1471  | 1474                | 63                    | 1537  | 1573                | 88                    | 1661  |
| Peru      | 687                 | 7                     | 694   | 683                 | 63                    | 746   | 693                 | 83                    | 776   |
| Venezuela | 132                 | 101                   | 233   | 59                  | 311                   | 370   | 58                  | 1019                  | 1083  |
|           |                     |                       |       |                     |                       |       |                     |                       |       |
| REGIONAL  | 3802                | 348                   | 4150  | 4173                | 2909                  | 7082  | 5841                | 8637                  | 14478 |

(1) Fontes: Relatório Estatístico Anual, UNHCR (2000, 2001). Números para 2002 são preliminares e sujeitas à mudanças quando do fechamento do Relatório Estatístico Anual.

(2) Pessoas sob Proteção Humanitária Temporária são incluídas na categoria de "Refugiados"

## ANEXO C

### GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

---

|       |   |
|-------|---|
| ABIN  | Agência Brasileira de Inteligência Nacional                         |
| ALCA  | Associação de Livre Comércio da Américas                            |
| APRA  | Aliança Popular Revolucionária Americana, Peru                      |
| AUC   | Autodefesas Unidas da Colômbia                                      |
| AVC   | Alvaro Vive Carajo, Ecuador   |
| CAN   | Comunidade Andina de Nações   |
| CD    | Coordenadoria Democrática, Venezuela                                |
| CFC   | Comissão de Facilitação Civil, Colômbia                             |
| CMA   | Comando Militar da Amazônia, Brasil                                 |
| CNAO  | Comando Naval da Amazônia, Brasil                                   |
| COMAR | Comando Regional Aéreo, Brasil                                      |
| CTV   | Confederação de Trabalhadores da Venezuela                          |
| DNE   | Direção Nacional de Entorpecentes, Colômbia                         |
| ELN   | Exército de Libertação Nacional, Colômbia                           |
| FAN   | Forças Armadas da Venezuela   |
| FARC  | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia                          |
| FIM   | Frente Independente Moralizadora, Peru                              |
| GTT   | Grupo de Trabalho Tripartidário, Venezuela                          |
| INE   | Instituto Nacional de Estatística, Venezuela                        |
| IRA   | Iniciativa Regional Andina  |
| OEA   | Organização dos Estados Americanos                                  |
| OMC   | Organização Mundial do Comércio                                     |
| ONPE  | Ofício Nacional de Processos Eleitorais, Peru                       |
| PCS   | Project Counselling Service   |
| PNUD  | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                   |
| POV   | Procedimento Operacional Vigente                                    |
| PP    | Peru Possível   |
| PPF   | Força Pública Panamenha   |
| PT    | Partido dos Trabalhadores, Brasil                                   |
| SIVAM | Sistema de Vigilância e Proteção da Amazônia                        |
| UNDCP | Programa Internacional das Nações Unidas para o Contrôlo das Drogas |
| ZDM   | Zona Desmilitarizada, Colômbia                                      |

## ANEXO D

### SOBRE O INTERNATIONAL CRISIS GROUP

Internacional Crisis Group (ICG) é uma organização multinacional, independente e sem fins lucrativos, que emprega uma equipe de cerca de 90 pessoas, nos cinco continentes, trabalhando em análises de campo e na sensibilização a fim de evitar e resolver conflitos letais.

A abordagem do ICG é baseada em pesquisas de campo. Equipes de analistas políticos estão localizados dentro ou próximos aos países de risco de crise ou de aumento ou retorno de conflitos violentos. Baseado nas informações e nos dados de campo, o ICG, produz relatórios regulares que contêm recomendações práticas endereçadas à políticos e a outras pessoas chaves em âmbito internacional.

Os relatórios e os documentos do ICG são distribuídos, globalmente, por e-mail e em forma de edições impressas, para ministros do exterior e organizações internacionais e também são postos à disposição, simultaneamente, através do site de internet da organização, [www.crisisweb.org](http://www.crisisweb.org). O ICG trabalha próximo aos governos e àqueles que os influenciam, incluindo a media, para evidenciar suas análises e conseguir apoio para as suas recomendações políticas.

A diretoria do ICG – a qual inclui figuras proeminentes, da política, da diplomacia, dos negócios e da *media* – está diretamente engajada em ajudar a levar os relatórios do ICG e as suas recomendações, à atenção das pessoas de decisão, ao redor do mundo. O ICG é dirigido pelo ex-presidente da Finlândia, Martti Ahtisaari; e o seu presidente e chefe executivo desde janeiro de 2000 tem sido o ex-ministro do exterior, da Austrália, Gareth Evans.

O escritório geral do ICG é em Bruxelas, com escritórios filiados em Washington DC, Nova York

e em Paris e um escritório de *media* em Londres. A organização atualmente coordena onze escritórios de campo (em Aman, Belgrado, Bogotá, Islamabad, Jakarta, Nairobi, Osh, Prístina, Saraievo, Serra Leoa e Skopje), com analistas trabalhando em mais de 30 países afetados por crises e em territórios em quatro continentes.

Na *África*, esses países incluem: Burundi, Ruanda, a República Democrática do Congo, Serra Leoa-Libéria-Guiné, Somália, Sudão e Zimbábue; na *Asia*: Indonésia, Myanmar, Kirgistão, Tadjquistão, Uzbequistão, Paquistão, Afeganistão e a Casimira; na *Europa*: Albânia, Bósnia, Kosovo, Macedônia, Montenegro e Sérbia; no *Oriente Médio*: toda a região desde o Norte da África até o Irã; na *América Latina*: Colômbia.

O ICG obtém fundos dos governos, das fundações de caridade, de companhias e doadores individuais. Os seguintes governos: Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, República da China (Taiwan), Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Os doadores do setor privado e das fundações incluem: The Atlantic Philanthropies, Carnegie Corporation of New York, Ford Foundation, Bill & Melinda Gates Foundation, William & Flora Hewlett Foundation, The Henry Luce Foundation, Inc., John D. & Catherine T. MacArthur Foundation, The John Merck Fund, Charles Stewart Mott Foundation, Open Society Institute, Ploughshares Fund, The Ruben & Elisabeth Rausing Trust, the Sasakawa Peace Foundation, the Sarlo Foundation of the Jewish Community Endowment Fund and the United States Institute of Peace.

**abril 2003**

## ANEXO E

### RELATÓRIOS E DOCUMENTOS INFORMATIVOS DO ICG\*

---

#### AFRICA

---

##### ALGERIA\*\*

*The Algerian Crisis: Not Over Yet*, Africa Report N°24, 20 October 2000 (also available in French)

*The Civil Concord: A Peace Initiative Wasted*, Africa Report N°31, 9 July 2001 (also available in French)

*Algeria's Economy: A Vicious Circle of Oil and Violence*, Africa Report N°36, 26 October 2001 (also available in French)

##### ANGOLA

*Dealing with Savimbi's Ghost: The Security and Humanitarian Challenges in Angola*, Africa Report N°58, 26 February 2003

*Angola's Choice: Reform Or Regress*, Africa Report N°61, 7 April 2003

##### BURUNDI

*The Mandela Effect: Evaluation and Perspectives of the Peace Process in Burundi*, Africa Report N°21, 18 April 2000 (also available in French)

*Unblocking Burundi's Peace Process: Political Parties, Political Prisoners, and Freedom of the Press*, Africa Briefing, 22 June 2000

*Burundi: The Issues at Stake. Political Parties, Freedom of the Press and Political Prisoners*, Africa Report N°23, 12 July 2000 (also available in French)

*Burundi Peace Process: Tough Challenges Ahead*, Africa Briefing, 27 August 2000

*Burundi: Neither War, nor Peace*, Africa Report N°25, 1 December 2000 (also available in French)

*Burundi: Breaking the Deadlock, The Urgent Need for a New Negotiating Framework*, Africa Report N°29, 14 May 2001 (also available in French)

*Burundi: 100 Days to put the Peace Process back on Track*, Africa Report N°33, 14 August 2001 (also available in French)

*Burundi: After Six Months of Transition: Continuing the War or Winning the Peace*, Africa Report N°46, 24 May 2002 (also available in French)

*The Burundi Rebellion and the Ceasefire Negotiations*, Africa Briefing, 6 August 2002

*A Framework For Responsible Aid To Burundi*, Africa Report N°57, 21 February 2003

##### DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO

*Scramble for the Congo: Anatomy of an Ugly War*, Africa Report N°26, 20 December 2000 (also available in French)

*From Kabila to Kabila: Prospects for Peace in the Congo*, Africa Report N°27, 16 March 2001

*Disarmament in the Congo: Investing in Conflict Prevention*, Africa Briefing, 12 June 2001

*The Inter-Congolese Dialogue: Political Negotiation or Game of Bluff?* Africa Report N°37, 16 November 2001 (also available in French)

*Disarmament in the Congo: Jump-Starting DDRRR to Prevent Further War*, Africa Report N°38, 14 December 2001

*Storm Clouds Over Sun City: The Urgent Need To Recast The Congolese Peace Process*, Africa Report N°38, 14 May 2002 (also available in French)

*The Kivus: The Forgotten Crucible of the Congo Conflict*, Africa Report N°56, 24 January 2003

##### RWANDA

*Uganda and Rwanda: Friends or Enemies?* Africa Report N°15, 4 May 2000

*International Criminal Tribunal for Rwanda: Justice Delayed*, Africa Report N°30, 7 June 2001 (also available in French)

*"Consensual Democracy" in Post Genocide Rwanda: Evaluating the March 2001 District Elections*, Africa Report N°34, 9 October 2001

*Rwanda/Uganda: a Dangerous War of Nerves*, Africa Briefing, 21 December 2001

*The International Criminal Tribunal for Rwanda: The Countdown*, Africa Report N°50, 1 August 2002 (also available in French)

*Rwanda At The End of the Transition: A Necessary Political Liberalisation*, Africa Report N°53, 13 November 2002 (also available in French)

##### SOMALIA

*Somalia: Countering Terrorism in a Failed State*, Africa Report N°45, 23 May 2002

*Salvaging Somalia's Chance For Peace*, Africa Briefing, 9 December 2002

*Negotiating a Blueprint for Peace in Somalia*, Africa Report N°59, 6 March 2003

##### SUDAN

*God, Oil & Country: Changing the Logic of War in Sudan*, Africa Report N°39, 28 January 2002

*Capturing the Moment: Sudan's Peace Process in the Balance*, Africa Report N°42, 3 April 2002

*Dialogue or Destruction? Organising for Peace as the War in Sudan Escalates*, Africa Report N°48, 27 June 2002

---

\* Released since January 2000.

\*\* The Algeria project was transferred to the Middle East Program in January 2002.

*Sudan's Best Chance For Peace: How Not To Lose It*, Africa Report N°51, 17 September 2002

*Ending Starvation as a Weapon of War in Sudan*, Africa Report N°54, 14 November 2002

*Power and Wealth Sharing: Make or Break Time in Sudan's Peace Process*, Africa Report N°55, 18 December 2002

*Sudan's Oilfields Burn Again: Brinkmanship Endangers The Peace Process*, Africa Briefing, 10 February 2003

## WEST AFRICA

*Sierra Leone: Time for a New Military and Political Strategy*, Africa Report N°28, 11 April 2001

*Sierra Leone: Managing Uncertainty*, Africa Report N°35, 24 October 2001

*Sierra Leone: Ripe For Elections?* Africa Briefing, 19 December 2001

*Liberia: The Key to Ending Regional Instability*, Africa Report N°43, 24 April 2002

*Sierra Leone After Elections: Politics as Usual?* Africa Report N°49, 12 July 2002

*Liberia: Unravelling*, Africa Briefing, 19 August 2002

*Sierra Leone's Truth and Reconciliation Commission: A Fresh Start?*, Africa Briefing, 20 December 2002

## ZIMBABWE

*Zimbabwe: At the Crossroads*, Africa Report N°22, 10 July 2000

*Zimbabwe: Three Months after the Elections*, Africa Briefing, 25 September 2000

*Zimbabwe in Crisis: Finding a way Forward*, Africa Report N°32, 13 July 2001

*Zimbabwe: Time for International Action*, Africa Briefing, 12 October 2001

*Zimbabwe's Election: The Stakes for Southern Africa*, Africa Briefing, 11 January 2002

*All Bark and No Bite: The International Response to Zimbabwe's Crisis*, Africa Report N°40, 25 January 2002

*Zimbabwe at the Crossroads: Transition or Conflict?* Africa Report N°41, 22 March 2002

*Zimbabwe: What Next?* Africa Report N° 47, 14 June 2002

*Zimbabwe: The Politics of National Liberation and International Division*, Africa Report N°52, 17 October 2002

*Zimbabwe: Danger and Opportunity*, Africa Report N°60, 10 March 2003

---

## ASIA

---

### CAMBODIA

*Cambodia: The Elusive Peace Dividend*, Asia Report N°8, 11 August 2000

### CENTRAL ASIA

*Central Asia: Crisis Conditions in Three States*, Asia Report N°7, 7 August 2000 (also available in Russian)

*Recent Violence in Central Asia: Causes and Consequences*, Central Asia Briefing, 18 October 2000

*Islamist Mobilisation and Regional Security*, Asia Report N°14, 1 March 2001 (also available in Russian)

*Incubators of Conflict: Central Asia's Localised Poverty and Social Unrest*, Asia Report N°16, 8 June 2001 (also available in Russian)

*Central Asia: Fault Lines in the New Security Map*, Asia Report N°20, 4 July 2001 (also available in Russian)

*Uzbekistan at Ten – Repression and Instability*, Asia Report N°21, 21 August 2001 (also available in Russian)

*Kyrgyzstan at Ten: Trouble in the "Island of Democracy"*, Asia Report N°22, 28 August 2001 (also available in Russian)

*Central Asian Perspectives on the 11 September and the Afghan Crisis*, Central Asia Briefing, 28 September 2001 (also available in French and Russian)

*Central Asia: Drugs and Conflict*, Asia Report N°25, 26 November 2001 (also available in Russian)

*Afghanistan and Central Asia: Priorities for Reconstruction and Development*, Asia Report N°26, 27 November 2001 (also available in Russian)

*Tajikistan: An Uncertain Peace*, Asia Report N°30, 24 December 2001 (also available in Russian)

*The IMU and the Hizb-ut-Tahrir: Implications of the Afghanistan Campaign*, Central Asia Briefing, 30 January 2002 (also available in Russian)

*Central Asia: Border Disputes and Conflict Potential*, Asia Report N°33, 4 April 2002 (also available in Russian)

*Central Asia: Water and Conflict*, Asia Report N°34, 30 May 2002 (also available in Russian)

*Kyrgyzstan's Political Crisis: An Exit Strategy*, Asia Report N°37, 20 August 2002 (also available in Russian)

*The OSCE in Central Asia: A New Strategy*, Asia Report N°38, 11 September 2002

*Central Asia: The Politics of Police Reform*, Asia Report N°42, 10 December 2002

*Cracks in the Marble: Turkmenistan's Failing Dictatorship*, Asia Report N°44, 17 January 2003

*Uzbekistan's Reform Program: Illusion or Reality?*, Asia Report N°46, 18 February 2003

### INDONESIA

*Indonesia's Crisis: Chronic but not Acute*, Asia Report N°6, 31 May 2000

*Indonesia's Maluku Crisis: The Issues*, Indonesia Briefing, 19 July 2000

*Indonesia: Keeping the Military Under Control*, Asia Report N°9, 5 September 2000 (also available in Indonesian)

*Aceh: Escalating Tension*, Indonesia Briefing, 7 December 2000

*Indonesia: Overcoming Murder and Chaos in Maluku*, Asia Report N°10, 19 December 2000

*Indonesia: Impunity Versus Accountability for Gross Human Rights Violations*, Asia Report N°12, 2 February 2001

*Indonesia: National Police Reform*, Asia Report N°13, 20 February 2001 (also available in Indonesian)

*Indonesia's Presidential Crisis*, Indonesia Briefing, 21 February 2001

**Bad Debt: The Politics of Financial Reform in Indonesia**, Asia Report N°15, 13 March 2001

**Indonesia's Presidential Crisis: The Second Round**, Indonesia Briefing, 21 May 2001

**Aceh: Why Military Force Won't Bring Lasting Peace**, Asia Report N°17, 12 June 2001 (also available in Indonesian)

**Aceh: Can Autonomy Stem the Conflict?** Asia Report N°18, 27 June 2001

**Communal Violence in Indonesia: Lessons from Kalimantan**, Asia Report N°19, 27 June 2001 (also available in Indonesian)

**Indonesian-U.S. Military Ties**, Indonesia Briefing, 18 July 2001

**The Megawati Presidency**, Indonesia Briefing, 10 September 2001

**Indonesia: Ending Repression in Irian Jaya**, Asia Report N°23, 20 September 2001

**Indonesia: Violence and Radical Muslims**, Indonesia Briefing, 10 October 2001

**Indonesia: Next Steps in Military Reform**, Asia Report N°24, 11 October 2001

**Indonesia: Natural Resources and Law Enforcement**, Asia Report N°29, 20 December 2001 (also available in Indonesian)

**Indonesia: The Search for Peace in Maluku**, Asia Report N°31, 8 February 2002

**Aceh: Slim Chance for Peace**, Indonesia Briefing, 27 March 2002

**Indonesia: The Implications of the Timor Trials**, Indonesia Briefing, 8 May 2002

**Resuming U.S.-Indonesia Military Ties**, Indonesia Briefing, 21 May 2002

**Al-Qaeda in Southeast Asia: The case of the "Ngruki Network" in Indonesia**, Indonesia Briefing, 8 August 2002

**Indonesia: Resources And Conflict In Papua**, Asia Report N°39, 13 September 2002

**Tensions on Flores: Local Symptoms of National Problems**, Indonesia Briefing, 10 October 2002

**Impact of the Bali Bombings**, Indonesia Briefing, 24 October 2002

**Indonesia Backgrounder: How The Jemaah Islamiyah Terrorist Network Operates**, Asia Report N°43, 11 December 2002

**Aceh: A Fragile Peace**, Asia Report N°47, 27 February 2003

## MYANMAR

**Burma/Myanmar: How Strong is the Military Regime?** Asia Report N°11, 21 December 2000

**Myanmar: The Role of Civil Society**, Asia Report N°27, 6 December 2001

**Myanmar: The Military Regime's View of the World**, Asia Report N°28, 7 December 2001

**Myanmar: The Politics of Humanitarian Aid**, Asia Report N°32, 2 April 2002

**Myanmar: The HIV/AIDS Crisis**, Myanmar Briefing, 2 April 2002

**Myanmar: The Future of the Armed Forces**, Asia Briefing, 27 September 2002

## AFGHANISTAN/SOUTH ASIA

**Afghanistan and Central Asia: Priorities for Reconstruction and Development**, Asia Report N°26, 27 November 2001

**Pakistan: The Dangers of Conventional Wisdom**, Pakistan Briefing, 12 March 2002

**Securing Afghanistan: The Need for More International Action**, Afghanistan Briefing, 15 March 2002

**The Loya Jirga: One Small Step Forward?** Afghanistan & Pakistan Briefing, 16 May 2002

**Kashmir: Confrontation and Miscalculation**, Asia Report N°35, 11 July 2002

**Pakistan: Madrasas, Extremism and the Military**, Asia Report N°36, 29 July 2002

**The Afghan Transitional Administration: Prospects and Perils**, Afghanistan Briefing, 30 July 2002

**Pakistan: Transition to Democracy?**, Asia Report N°40, 3 October 2002

**Kashmir: The View From Srinagar**, Asia Report N°41, 21 November 2002

**Afghanistan: Judicial Reform and Transitional Justice**, Asia Report N°45, 28 January 2003

**Afghanistan: Women and Reconstruction**, Asia Report N°48, 14 March 2003

**Pakistan: The Mullahs and the Military**, Asia Report N°49, 20 March 2003

---

## BALKANS

### ALBANIA

**Albania: State of the Nation**, Balkans Report N°87, 1 March 2000

**Albania's Local Elections, A test of Stability and Democracy**, Balkans Briefing, 25 August 2000

**Albania: The State of the Nation 2001**, Balkans Report N°111, 25 May 2001

**Albania's Parliamentary Elections 2001**, Balkans Briefing, 23 August 2001

**Albania: State of the Nation 2003**, Balkans Report N°140, 11 March 2003

### BOSNIA

**Denied Justice: Individuals Lost in a Legal Maze**, Balkans Report N°86, 23 February 2000

**European Vs. Bosnian Human Rights Standards**, Handbook Overview, 14 April 2000

**Reunifying Mostar: Opportunities for Progress**, Balkans Report N°90, 19 April 2000

**Bosnia's Municipal Elections 2000: Winners and Losers**, Balkans Report N°91, 28 April 2000

**Bosnia's Refugee Logjam Breaks: Is the International Community Ready?** Balkans Report N°95, 31 May 2000

**War Criminals in Bosnia's Republika Srpska**, Balkans Report N°103, 2 November 2000

**Bosnia's November Elections: Dayton Stumbles**, Balkans Report N°104, 18 December 2000

**Turning Strife to Advantage: A Blueprint to Integrate the Croats in Bosnia and Herzegovina**, Balkans Report N°106, 15 March 2001

**No Early Exit: NATO's Continuing Challenge in Bosnia**, Balkans Report N°110, 22 May 2001

**Bosnia's Precarious Economy: Still Not Open For Business**; Balkans Report N°115, 7 August 2001 (also available in Bosnian)

**The Wages of Sin: Confronting Bosnia's Republika Srpska**, Balkans Report N°118, 8 October 2001 (also available in Bosnian)

**Bosnia: Reshaping the International Machinery**, Balkans Report N°121, 29 November 2001 (also available in Bosnian)

**Courting Disaster: The Misrule of Law in Bosnia & Herzegovina**, Balkans Report N°127, 26 March 2002 (also available in Bosnian)

**Implementing Equality: The "Constituent Peoples" Decision in Bosnia & Herzegovina**, Balkans Report N°128, 16 April 2002 (also available in Bosnian)

**Policing the Police in Bosnia: A Further Reform Agenda**, Balkans Report N°130, 10 May 2002 (also available in Bosnian)

**Bosnia's Alliance for (Smallish) Change**, Balkans Report N°132, 2 August 2002 (also available in Bosnian)

**The Continuing Challenge Of Refugee Return In Bosnia & Herzegovina**, Balkans Report N°137, 13 December 2002 (also available in Bosnian)

## CROATIA

**Facing Up to War Crimes**, Balkans Briefing, 16 October 2001

**A Half-Hearted Welcome: Refugee Return to Croatia**, Balkans Report N°138, 13 December 2002 (also available in Serbo-Croat)

## KOSOVO

**Kosovo Albanians in Serbian Prisons: Kosovo's Unfinished Business**, Balkans Report N°85, 26 January 2000

**What Happened to the KLA?** Balkans Report N°88, 3 March 2000

**Kosovo's Linchpin: Overcoming Division in Mitrovica**, Balkans Report N°96, 31 May 2000

**Reality Demands: Documenting Violations of International Humanitarian Law in Kosovo 1999**, Balkans Report, 27 June 2000

**Elections in Kosovo: Moving Toward Democracy?** Balkans Report N°97, 7 July 2000

**Kosovo Report Card**, Balkans Report N°100, 28 August 2000

**Reaction in Kosovo to Kostunica's Victory**, Balkans Briefing, 10 October 2000

**Religion in Kosovo**, Balkans Report N°105, 31 January 2001

**Kosovo: Landmark Election**, Balkans Report N°120, 21 November 2001 (also available in Albanian and Serbo-Croat)

**Kosovo: A Strategy for Economic Development**, Balkans Report N°123, 19 December 2001 (also available in Serbo-Croat)

**A Kosovo Roadmap: I. Addressing Final Status**, Balkans Report N°124, 28 February 2002 (also available in Albanian and Serbo-Croat)

**A Kosovo Roadmap: II. Internal Benchmarks**, Balkans Report N°125, 1 March 2002 (also available in Albanian and Serbo-Croat)

**UNMIK's Kosovo Albatross: Tackling Division in Mitrovica**, Balkans Report N°131, 3 June 2002 (also available in Albanian and Serbo-Croat)

**Finding the Balance: The Scales of Justice in Kosovo**, Balkans Report N°134, 12 September 2002 (also available in Albanian)

**Return to Uncertainty: Kosovo's Internally Displaced and The Return Process**, Balkans Report N°139, 13 December 2002 (also available in Albanian and Serbo-Croat)

## MACEDONIA

**Macedonia's Ethnic Albanians: Bridging the Gulf**, Balkans Report N°98, 2 August 2000

**Macedonia Government Expects Setback in Local Elections**, Balkans Briefing, 4 September 2000

**The Macedonian Question: Reform or Rebellion**, Balkans Report N°109, 5 April 2001

**Macedonia: The Last Chance for Peace**, Balkans Report N°113, 20 June 2001

**Macedonia: Still Sliding**, Balkans Briefing, 27 July 2001

**Macedonia: War on Hold**, Balkans Briefing, 15 August 2001

**Macedonia: Filling the Security Vacuum**, Balkans Briefing, 8 September 2001

**Macedonia's Name: Why the Dispute Matters and How to Resolve It**, Balkans Report N°122, 10 December 2001 (also available in Serbo-Croat)

**Macedonia's Public Secret: How Corruption Drags The Country Down**, Balkans Report N°133, 14 August 2002 (also available in Macedonian)

**Moving Macedonia Toward Self-Sufficiency: A New Security Approach for NATO and the EU**, Balkans Report N°135, 15 November 2002 (also available in Macedonian)

## MONTENEGRO

**Montenegro: In the Shadow of the Volcano**, Balkans Report N°89, 21 March 2000

**Montenegro's Socialist People's Party: A Loyal Opposition?** Balkans Report N°92, 28 April 2000

**Montenegro's Local Elections: Testing the National Temperature**, Background Briefing, 26 May 2000

**Montenegro: Which way Next?** Balkans Briefing, 30 November 2000

**Montenegro: Settling for Independence?** Balkans Report N°107, 28 March 2001

**Montenegro: Time to Decide, a Pre-Election Briefing**, Balkans Briefing, 18 April 2001

**Montenegro: Resolving the Independence Deadlock**, Balkans Report N°114, 1 August 2001

**Still Buying Time: Montenegro, Serbia and the European Union**, Balkans Report N°129, 7 May 2002 (also available in Serbian)

## SERBIA

**Serbia's Embattled Opposition**, Balkans Report N°94, 30 May 2000

*Serbia's Grain Trade: Milosevic's Hidden Cash Crop*, Balkans Report N°93, 5 June 2000

*Serbia: The Milosevic Regime on the Eve of the September Elections*, Balkans Report N°99, 17 August 2000

*Current Legal Status of the Republic of Yugoslavia (FRY) and of Serbia and Montenegro*, Balkans Report N°101, 19 September 2000

*Yugoslavia's Presidential Election: The Serbian People's Moment of Truth*, Balkans Report N°102, 19 September 2000

*Sanctions against the Federal Republic of Yugoslavia*, Balkans Briefing, 10 October 2000

*Serbia on the Eve of the December Elections*, Balkans Briefing, 20 December 2000

*A Fair Exchange: Aid to Yugoslavia for Regional Stability*, Balkans Report N°112, 15 June 2001

*Peace in Presevo: Quick Fix or Long-Term Solution?* Balkans Report N°116, 10 August 2001

*Serbia's Transition: Reforms Under Siege*, Balkans Report N°117, 21 September 2001 (also available in Serbo-Croat)

*Belgrade's Lagging Reform: Cause for International Concern*, Balkans Report N°126, 7 March 2002 (also available in Serbo-Croat)

*Serbia: Military Intervention Threatens Democratic Reform*, Balkans Briefing, 28 March 2002 (also available in Serbo-Croat)

*Fighting To Control Yugoslavia's Military*, Balkans Briefing, 12 July 2002 (also available in Serbo-Croat)

*Arming Saddam: The Yugoslav Connection*, Balkans Report N°136, 3 December 2002

*Serbia After Djindjic*, Balkans Report N°141, 18 March 2003

## REGIONAL REPORTS

*After Milosevic: A Practical Agenda for Lasting Balkans Peace*, Balkans Report N°108, 26 April 2001

*Milosevic in The Hague: What it Means for Yugoslavia and the Region*, Balkans Briefing, 6 July 2001

*Bin Laden and the Balkans: The Politics of Anti-Terrorism*, Balkans Report N°119, 9 November 2001

---

## LATIN AMERICA

*Colombia's Elusive Quest for Peace*, Latin America Report N°1, 26 March 2002 (also available in Spanish)

*The 10 March 2002 Parliamentary Elections in Colombia*, Latin America Briefing, 17 April 2002 (also available in Spanish)

*The Stakes in the Presidential Election in Colombia*, Latin America Briefing, 22 May 2002

*Colombia: The Prospects for Peace with the ELN*, Latin America Report N°2, 4 October 2002 (also available in Spanish)

*Colombia: Will Uribe's Honeymoon Last?*, Latin America Briefing, 19 December 2002 (also available in Spanish)

---

## MIDDLE EAST

*A Time to Lead: The International Community and the Israeli-Palestinian Conflict*, Middle East Report N°1, 10 April 2002

*Middle East Endgame I: Getting to a Comprehensive Arab-Israeli Peace Settlement*, Middle East Report N°2, 16 July 2002 (also available in Arabic)

*Middle East Endgame II: How a Comprehensive Israeli-Palestinian Settlement Would Look*, Middle East Report N°3; 16 July 2002 (also available in Arabic)

*Middle East Endgame III: Israel, Syria and Lebanon – How Comprehensive Peace Settlements Would Look*, Middle East Report N°4, 16 July 2002 (also available in Arabic)

*Iran: The Struggle for the Revolution's Soul*, Middle East Report N°5, 5 August 2002

*Iraq Backgrounder: What Lies Beneath*, Middle East Report N°6, 1 October 2002

*The Meanings of Palestinian Reform*, Middle East Briefing, 12 November 2002

*Old Games, New Rules: Conflict on the Israel-Lebanon Border*, Middle East Report N°7, 18 November 2002

*Voices From The Iraqi Street*, Middle East Briefing, 4 December 2002

*Yemen: Indigenous Violence and International Terror in a Fragile State*, Middle East Report N°8, 8 January 2003

*Radical Islam In Iraqi Kurdistan: The Mouse That Roared?*, Middle East Briefing, 7 February 2003

*Red Alert In Jordan: Recurrent Unrest In Maan*, Middle East Briefing, 19 February 2003

*Iraq Policy Briefing: Is There An Alternative To War?*, Middle East Report N°9, 24 February 2003

*War In Iraq: What's Next For The Kurds?* Middle East Report N°10, 19 March 2003

*War In Iraq: Political Challenges After The Conflict*, Middle East Report N°11, 25 March 2003

*War In Iraq: Managing Humanitarian Relief*, Middle East Report N°12, 27 March 2003

*Islamic Social Welfare Activism In The Occupied Palestinian Territories: A Legitimate Target?*, Middle East Report N°13, 2 April 2003

## ALGERIA\*

*Diminishing Returns: Algeria's 2002 Legislative Elections*, Middle East Briefing, 24 June 2002

---

## ISSUES REPORTS

### HIV/AIDS

*HIV/AIDS as a Security Issue*, Issues Report N°1, 19 June 2001

*Myanmar: The HIV/AIDS Crisis*, Myanmar Briefing, 2 April 2002

### EU

*The European Humanitarian Aid Office (ECHO): Crisis Response in the Grey Lane*, Issues Briefing, 26 June 2001

*EU Crisis Response Capability: Institutions and Processes for Conflict Prevention and Management*, Issues Report N°2, 26 June 2001

*EU Crisis Response Capabilities: An Update*, Issues Briefing, 29 April 2002

---

\* The Algeria project was transferred from the Africa Program in January 2002.

## ANEXO F

### MEMBROS DO CONSELHO DIRETIVO DO ICG

---

**Martti Ahtisaari, Chairman**

*Former President of Finland*

**Maria Livanos Cattau, Vice-Chairman**

*Secretary-General, International Chamber of Commerce*

**Stephen Solarz, Vice-Chairman**

*Former U.S. Congressman*

**Gareth Evans, President & CEO**

*Former Foreign Minister of Australia*

**S. Daniel Abraham**

*Chairman, Center for Middle East Peace and Economic Cooperation, U.S.*

**Morton Abramowitz**

*Former U.S. Assistant Secretary of State and Ambassador to Turkey*

**Kenneth Adelman**

*Former U.S. Ambassador and Director of the Arms Control and Disarmament Agency*

**Richard Allen**

*Former U.S. National Security Adviser to the President*

**Saud Nasir Al-Sabah**

*Former Kuwaiti Ambassador to the UK and U.S.; former Minister of Information and Oil*

**Louise Arbour**

*Supreme Court Justice, Canada; Former Chief Prosecutor, International Criminal Tribunal for former Yugoslavia*

**Oscar Arias Sanchez**

*Former President of Costa Rica; Nobel Peace Prize, 1987*

**Ersin Arioglu**

*Member of Parliament, Turkey; Chairman, Yapi Merkezi Group*

**Emma Bonino**

*Member of European Parliament; former European Commissioner*

**Zbigniew Brzezinski**

*Former U.S. National Security Adviser to the President*

**Cheryl Carolus**

*Former South African High Commissioner to the UK; former Secretary General of the ANC*

**Jorge Castañeda Gutman**

*Former Foreign Minister, Mexico*

**Victor Chu**

*Chairman, First Eastern Investment Group, Hong Kong*

**Wesley Clark**

*Former NATO Supreme Allied Commander, Europe*

**Uffe Ellemann-Jensen**

*Former Minister of Foreign Affairs, Denmark*

**Ruth Dreifuss**

*Former President, Switzerland*

**Mark Eyskens**

*Former Prime Minister of Belgium*

**Marika Fahlen**

*Former Swedish Ambassador for Humanitarian Affairs; Director of Social Mobilization and Strategic Information, UNAIDS*

**Yoichi Funabashi**

*Chief Diplomatic Correspondent & Columnist, The Asahi Shimbun, Japan*

**Bronislaw Geremek**

*Former Minister of Foreign Affairs, Poland*

**I.K.Gujral**

*Former Prime Minister of India*

**Carla Hills**

*Former U.S. Secretary of Housing; former U.S. Trade Representative*

**Asma Jahangir**

*UN Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions; Advocate Supreme Court, former Chair Human Rights Commission of Pakistan*

**Ellen Johnson Sirleaf**

*Senior Adviser, Modern Africa Fund Managers; former Liberian Minister of Finance and Director of UNDP Regional Bureau for Africa*

**Mikhail Khodorkovsky**

*Chairman and Chief Executive Officer, YUKOS Oil Company, Russia*

**Wim Kok**

*Former Prime Minister, Netherlands*

**Elliott F. Kulick**

*Chairman, Pegasus International, U.S.*

**Joanne Leedom-Ackerman**

*Novelist and journalist, U.S.*

**Todung Mulya Lubis**

*Human rights lawyer and author, Indonesia*

**Barbara McDougall**

*Former Secretary of State for External Affairs, Canada*

**Mo Mowlam**

*Former Secretary of State for Northern Ireland, UK*

**Ayo Obe**

*President, Civil Liberties Organisation, Nigeria*

**Christine Ockrent**

*Journalist and author, France*

**Friedbert Pflüger**

*Foreign Policy Spokesman of the CDU/CSU  
Parliamentary Group in the German Bundestag*

**Surin Pitsuwan**

*Former Minister of Foreign Affairs, Thailand*

**Itamar Rabinovich**

*President of Tel Aviv University; former Israeli Ambassador  
to the U.S. and Chief Negotiator with Syria*

**Fidel V. Ramos**

*Former President of the Philippines*

**Mohamed Sahnoun**

*Special Adviser to the United Nations Secretary-General on  
Africa*

**Salim A. Salim**

*Former Prime Minister of Tanzania; former Secretary  
General of the Organisation of African Unity*

**Douglas Schoen**

*Founding Partner of Penn, Schoen & Berland Associates,  
U.S.*

**William Shawcross**

*Journalist and author, UK*

**George Soros**

*Chairman, Open Society Institute*

**Eduardo Stein**

*Former Minister of Foreign Affairs, Guatemala*

**Pär Stenbäck**

*Former Minister of Foreign Affairs, Finland*

**Thorvald Stoltenberg**

*Former Minister of Foreign Affairs, Norway*

**William O. Taylor**

*Chairman Emeritus, The Boston Globe, U.S.*

**Ed van Thijn**

*Former Netherlands Minister of Interior; former Mayor  
of Amsterdam*

**Simone Veil**

*Former President of the European Parliament; former  
Minister for Health, France*

**Shirley Williams**

*Former Secretary of State for Education and Science;  
Member House of Lords, UK*

**Jaushieh Joseph Wu**

*Deputy Secretary General to the President, Taiwan*

**Grigory Yavlinsky**

*Chairman of Yabloko Party and its Duma faction, Russia*

**Uta Zapf**

*Chairperson of the German Bundestag Subcommittee on  
Disarmament, Arms Control and Non-proliferation*